

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V.4, N.2, JUL./DEZ. 2005



Fas. 46907 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.4 n.2
jul. dez. 2005

O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Cooperar com o Governo e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos a empresas públicas.

SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação.

As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoa jurídica, como sócios contribuintes.



Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB

aab@aab.org.br

Avenida Presidente Vargas, 1733 sala 903 – CEP: 20210-030 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239/ 3852-2541

arquivo & administração

v. 4, n. 2

jul./dez. 2005

SUMÁRIO

EDITORIAL 3 Paulino Lemes de Sousa Cardoso

ARTIGOS 5 Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica
Armando B. Malheiro da Silva

33 A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original
João Vieira

46 Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas
José Maria Jardim

54 Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB
Wilson Santiago da Silva

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 4	n. 2	p. 1-80	jul./dez. 2005
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Copyright © 2005 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação e revisão: Paulino Lemes de Souza Cardoso

Catalogação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 46908

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

2º Tesoureiro: Carolina da Conceição Braga Machado

1º Secretário: Laura Regina Xavier

2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Maria Odila Fonseca

Paulo Elian

Sérgio Conde de Albite Silva

EDITORIAL

A revista *Arquivo & Administração*, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, cumpre, com esta edição, a meta estabelecida pela atual direção que é a de publicar dois números da revista por ano, um a cada semestre.

Neste número, contamos mais uma vez com a colaboração de eminentes figuras da Arquivologia, no Brasil e Portugal. Começamos com Armando B. Malheiro da Silva, que dispensa apresentação. Português de nascimento e brasileiro por merecimento, brinda-nos com mais um texto de sua já vastíssima obra voltada para a Ciência da Informação. "Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica", terceiro de uma série iniciada com *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação* cumpre o seu propósito que é o de "elaborar uma trilogia" de tópicos "fundamentais no âmbito de uma epistemologia simultaneamente crítica e consolidadora da Ciência da Informação".

Português também é o professor João Vieira, Arquivista-Chefe da Divisão de Arquivos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Portugal. É dele o texto que aqui foi apresentado em outubro passado, no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, em Campos do Jordão, SP: "A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original". Com a mesma verve que o professor Malheiro nos convida a buscar na Diplomática apoio e contribuição, o Prof. João Vieira traz à discussão a busca de um repensar a Arquivística nas suas origens. Procura, assim, em suas palavras, "apresentar uma visão crítica sobre a forma como o conceito de ordem original e outros com ele relacionados têm sido formulados e postos em prática pela comunidade arquivística em geral".

Como não poderia ser diferente, temos a honra de contar com a colaboração sempre freqüente do Mestre da Arquivologia brasileira, professor e doutor em Ciência da Informação, José Maria Jardim, nosso assíduo colaborador e conselheiro. "Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas" aborda as ações que devem promover a integração cultural e informacional no âmbito do Mercosul.

Finalmente, "Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB", de Wilson Santiago da Silva, traz ao nosso conhecimento as transformações operadas, ao longo do tempo, nos métodos e propósitos das coleções documentais organizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Boa leitura.

Paulino Lemes de S. Cardoso

DOCUMENTO E INFORMAÇÃO: AS QUESTÕES ONTOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA

Armando B. Malheiro da Silva

D.C.T.P. - FLUP.

1. Pre(é-)texto e dedicatória

O tema deste ensaio aguardava, há algum tempo, uma abordagem monográfica apropriada, mas faltava o impulso decisivo que chegou através da oportuna e louvável organização de um livro colectivo de homenagem ao Professor Doutor José Marques, Mestre e Amigo.

Sob a sua égide, especialmente a do Historiador medievalista e do diplomata-paleógrafo, trazemos para este espaço um contributo destinado a reflectir e vincar bem os contornos do objecto da emergente Ciência da Informação, que terá de representar, efectivamente, um salto qualitativo não tanto em relação à Ciência da Documentação, nascida da inovadora e fecunda herança de Paul Otlet¹ e de Henri La Fontaine e passível de ser incluída por inteiro naquela, mas em relação às práticas ainda dominantes de um documentalismo e de uma arquivística descritivos, normativistas e pré-científicos.

Pretendemos, enfim, deslocar para um plano de renovada discussão epistemológica a temática/problema do documento, que o Professor Doutor José Marques, em sucessivas e minuciosas achegas, tem sabido tratar no quadro, nunca por ele esquecido, da contribuição originária da Diplomática para o método

¹ Paul Otlet (1868-1944) foi o primeiro a usar os termos documento e documentação numa acepção moderna que valoriza o conteúdo em detrimento do suporte, antecipando e prevendo a omnipresença da Informação em diferentes suportes: *En 1934, Paul Otlet livre la clé de voûte de son œuvre en publiant son Traité de documentation, le livre sur le livre. Dans cette œuvre fondatrice, l'auteur se montre visionnaire. Pour lui, la notion de document est entendue au sens large et englobe le livre. Il pressent la multiplication des supports de l'information, tous également porteurs de mémoire. Ainsi un chapitre est-il consacré aux: "Documents graphiques autres que les ouvrages imprimés", un autre aux: "Documents dits substitués du livre", où même la télévision, alors balbutiante, trouve sa place. Œuvre prémonitrice, le Traité est riche d'anticipations pertinentes. Toutefois, au-delà de cet aspect visionnaire, la réflexion d'Otlet sur le rapport entre l'homme et la technique constitue la véritable modernité du livre. "Perfectionner le livre, c'est perfectionner l'humanité". La réflexion d'Otlet repose sur une logique d'usage et de réappropriation dans laquelle la technique est un dépassement contrôlé de l'homme. C'est dans cette logique qu'il définit les principes de la documentation: "Les buts de la documentation organisée consistent à pouvoir offrir sur tout ordre de fait et de connaissance des informations: 1/ universelles quant à leur objet, 2/ sûres et vraies, 3/ complètes, 4/ rapides, 5/ à jour, 6/ faciles à obtenir, 7/ réunies d'avance et prêtes à être communiquées, 8/ mises à la disposition du plus grand nombre". Pour Otlet, finalement, la documentation est l'un des moyens de l'entente entre les hommes et, dans son système de pensée, la cause de la documentation se confond avec celle de la paix (Cf. CACALY, Serge — Otlet, Paul (1868-1944). In Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation. Paris: Éditions Nathan, 1997, p. 447. Não surpreende face ao que ficou transcrito que o mesmo Cacaly tenha considerado Otlet como le fondateur des sciences de l'information et de la documentation (p. 446).*

historiográfico. Fazemo-lo à nossa maneira — pomos a tónica no binómio Documento-Informação e cumprimos, assim, o propósito de elaborar uma trilogia ensaística iniciada com *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação*?² e finalizada em torno de Informação-Comunicação, porque estes tópicos são fundamentais no âmbito de uma epistemologia simultaneamente crítica e consolidadora da Ciência da Informação tal como surgiu perspectivada em livro recente³. A rematar essa trilogia está prevista a abordagem do trinómio Informação, Cultura e Património⁴ dentro do mesmo projecto de indagações epistemológicas.

2. Ponto de partida...

Num livro recente sobre *El documento* e com o sugestivo subtítulo *Entre la tradición y la renovación*⁵, a autora, professora na área de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de León, propôs uma reflexão fundamental, mas árdua, sobre *el documento, las distintas concepciones existentes, su extensión y límites, sus componentes básicos, las diferencias entre el documento informativo y administrativo, y las novedades que en la concepción tradicional introduce el documento digital*⁶. Um programa de pesquisa e reflexão ambicioso, mas imprescindível como salientou no prefácio José Antonio Moreiro González: *Estamos, pues, ante un estudio valiente y comprometido sobre un punto esencial de los fundamentos teóricos de la información-documentación, que se establece como referencia axial y señal orientativa tanto de quienes quieren convertirse en especialistas de la información, como de quienes trabajan y investigan ya en este campo. Es así por proponerse alumbrar una de las nociones esenciales del área de la información, cuyo primer valor es servir de introducción a este campo disciplinar desde la comprensión de la naturaleza del objeto que la ocupa: el documento; lo que no se alcanzará si no se atiende a describir sus fines y a desarrollar una visión que apoye su comprensión global*⁷.

² Ver SILVA, Armando Malheiro da — *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação*. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) — *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 23-41.

³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

⁴ Um texto de SILVA, Armando B. Malheiro da — *Arquivística e cultura popular: algumas notas sobre o binómio informação e cultura*. In *Cultura popular: congresso; vol. 2 - actas do congresso (comunicações)*. Maia: Câmara Municipal, 2000, p. 73-92, outro do mesmo autor sobre Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto 42, 3-4 (2002) pp. 59-95 e o ensaio problematizador de MIRANDA, José A. Bragança de — *Teoria da cultura*. Lisboa: Edições Séc. XXI, 2002, servem de estímulo e base de arranque para um exercício mais cabal sobre o mencionado trinómio complementar.

⁵ RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca — *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón; Ediciones Trea, S.L., 2002.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 13.

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 10.

Blanca Rodríguez Bravo impôs a si mesma um ambicioso esforço de revisitação, e sobretudo de clarificação, sendo certo e evidente para ela (e também para nós) que a importância dada à difusão da informação, a partir da segunda metade do séc. XX, e os desenvolvimentos tecnológicos que em igual período surgiram e se intensificaram, vertiginosamente, perturbaram “certezas” intocáveis e desfizeram distâncias aparentes: *Antes — diz-nos ela —, la dicotomía estaba clara: documento (archivo)/libro (biblioteca). Cada un de estos centros tenía sus funciones, sus documentos particulares y sus formas de tratamiento. (...) El documento de archivo y el de biblioteca no se diferencian en su forma sino en su origen*⁸.

Seguiu, por isso, um trajecto marcado por seis capítulos, abordando, no primeiro, o domínio do conhecimento em que os estudiosos e profissionais da documentação/informação se movem e que, em Espanha, é geralmente designada por Ciência da Documentação, uma disciplina frágil e ainda “jovem ou imatura”, cujas maiores dificuldades derivam, segundo a autora, de *su carácter de metadisciplina o de interdisciplina, pues presta su apoyo a otras ciencias además de trascenderlas para desarrollarse como ciencia propia*, além de que esta *pretensa ciencia* (o itálico é nosso) *no tiene un objeto en exclusividad; da igual que pensemos en el documento o en la información: nuestra ciencia se ocupa de algunos de sus aspectos, no de todos*⁹. No segundo capítulo, o destaque é dado ao conceito de Informação o que se, por um lado, representa um salto qualitativo importante face a posições mais “duras” ou “fechadas” do documentalismo europeu e espanhol, por outro, não escapa nem ao logro que permanece dominante e que consiste em (persiste em) definir, de forma difusa e, tantas vezes, confusa, o termo/conceito Informação em vez dos factos, fenómenos, situações ou realidade a que esse termo/conceito se pode referir com um desejável grau de precisão ou delimitação, nem à sua inevitável e generalizada consequência oportunamente denunciada por Pérez Gutiérrez: *Se utiliza alegremente para denotar distintas cosas que poco tienen que ver entre sí, es decir, el lenguaje corriente lo ha dotado de un amplio contenido semántico, se ha convertido en uno de los principales comodines léxicos de nuestra época: abarca desde hechos identificables con el conocimiento o el significado de un mensaje, hasta aspectos relativos a la importancia o la verdad del mismo. La consecuencia de esta situación es la ambigüedad del término y la pobreza y confusión conceptual*¹⁰. No terceiro capítulo, a ênfase é posta no conceito de documento através de dois tipos de abordagem: a funcional ou evolutiva baseada no estudo da etimologia do termo; e a estrutural, forjada por uma mudança de postura que Blanca Rodríguez Bravo de algum modo sinaliza ao assumir que *documento, en el contexto en que nos movemos de la ciencia de la documentación, es un soporte portador de un mensaje emitido con intención comunicativa y potencialmente informativo para el receptor*¹¹, sendo, assim, importante valorizar os componentes constitutivos (a mensagem e o suporte; e na opinião de Martín Vega são os *físicos ou*

⁸ Cf. *Ibidem*, 14.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 17-18.

¹⁰ Cit. RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca — *El documento*, ob. cit., p. 43-44.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 85.

materiais, os *formais* que respeitam à estruturação da matéria básica a fim de mostrar um conteúdo ou de transmitir um conhecimento e os *conceptuais*, pois todos os documentos propiciam um significado¹²⁾ e a relação ou eventual distinção com fonte de informação, que possui, segundo a autora, um sentido bem mais abrangente e equívoco, acrescentando o seguinte: *Pensamos que el concepto de fuente de información es más amplio que el de documento y reposa en la utilidad informativa que determinada cosa, objeto o acontecimiento incluso puede tener para un usuario particular; es decir, en la información efectiva o real. Fuente de información sería cualquier ente del que alguien en un momento dado extraiga información, haya sido concebido o no para este fin*¹³⁾. Passando ao capítulo quarto, toda a atenção é dedicada ao documento de arquivo em moldes que diríamos “clássicos”, residindo a particularidade na assunção, própria da tradição administrativa espanhola, italiana e alemã, de que *todo documento de archivo, con vigencia jurídica o sin ella, con valor histórico o sin él, es un documento administrativo*¹⁴⁾. E era de esperar que um capítulo — neste caso o quinto — fosse reservado a tratar, entre outros tópicos pertinentes e actualíssimos, os desafios e os problemas de preservação duradoura e fiável, postos pelo documento digital ou ainda os múltiplos e complexos aspectos do hipertexto, designado também por *contenido de los documentos digitales*¹⁵⁾. Ficando, por fim, o capítulo sexto dedicado ao desenvolvimento da temática anterior sob o tópico igualmente muito em voga dos Arquivos e Bibliotecas Digitais.

Mas se prestarmos a devida atenção às Conclusões do livro, fixadas no capítulo sétimo, obtemos, sem dificuldade, a posição de síntese elaborada pela autora e plasmada em dezesseis pontos, dos quais se destacam os seguintes:

1º - O objecto da documentação se centra habitualmente na informação e no documento, parecendo, porém, evidente que aquela é maioritariamente registada e este se concebe geralmente como informativo. A autora conclui, por isso, não existirem diferenças entre ambas as concepções, ocorrendo uma proximidade entre elas justificável pelo facto da documentação dirigir seu interesse para os conteúdos mais que para o suporte, embora este seja necessário para que o documento possa transmitir a sua mensagem.

2º - A Ciência da Documentação, que engloba a Biblioteconomia e a Arquivística, não é a única que estuda o documento, nem a informação, restringindo-se ela a elaborar a representação e organização dos conteúdos documentais, tendo em conta a sua posterior recuperação, de acordo com as necessidades informativas dos utilizadores.

3º - Até há pouco tempo, a informação que interessava à Ciência da Documentação era a de carácter permanente em suporte estável, isto é, a informação científica e técnica por um lado e a documental por outro, que recolhida em um único suporte permite a sua acessibilidade repetidamente. Entretanto, as Bibliotecas começaram a ampliar os seus fins, de forma a controlar o espectro informacional do seu meio envolvente,

¹²⁾ Cit. por RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca — *El documento*, ob. cit., p. 102.

¹³⁾ Cf. *Ibidem*, p. 116.

¹⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 149.

¹⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 181.

e atendem também à informação efémera e de interesse difuso, como é o caso da informação de carácter prático. Através da *web* assiste-se a uma aproximação de objectivos entre Arquivos, Bibliotecas e Museus.

4º - O documento é entendido como o suporte que contém e dá acesso a uma mensagem potencialmente informativa para um receptor. A mensagem é emitida sempre com uma intenção comunicativa, daí que se torne necessário distinguir os conceitos de documento, de fonte de informação e de recurso informativo: no primeiro, há a vontade do emissor de informar ou de deixar registo de um facto para a posteridade, sendo a informação potencial; e, os outros dois conceitos, ultrapassam o sentido estrito de documento, na medida em que abarcam tudo o que proporcione a um utilizador concreto *información, documentos, objetos, instituciones y personas*.

5º - A fixação do conceito de documento não pode depender do conceito de informação, porque esta só ocorre numa situação determinada pelo receptor e sua subjectividade: *La información, en nuestra concepción sólo existe cuando un usuario concede a los datos contenidos en un mensaje una utilidad que modifique o confirme su estado de conocimiento*.

6º - Para a Ciência da Documentação não é aceitável considerar *a priori* a utilidade informativa que qualquer objecto pode ter para um utilizador concreto: *No nos interesa la información efectiva ni la real. Preferimos apoyar nuestro concepto de documento en los mensajes que contienen información potencial para usuarios indeterminados*.

7º - Decorre do ponto anterior a perspectiva integradora, que sob o conceito de documento inclui tanto o documento científico e técnico, cuja função é informar (daí ser designado de informativo ou cognitivo) e sejam quais forem seus suportes, como do documento administrativo próprio dos Arquivos e concebido com valor testemunhal e probatório.

8º - A principal singularidade do documento de arquivo é a sua origem administrativa natural ou involuntária, que o dota de um carácter testemunhal, ao invés da origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo. Esta distinção reflecte-se numa diferente organização que contrapõe o fundo de Arquivo à colecção de Biblioteca.

9º - No que respeita ao suporte, estabelece-se uma classificação provisional em quatro grupos, sendo a principal diferença a que se verifica entre documentos analógicos e digitais. Introduziu-se ainda a variável de acesso ao conteúdo, imediato ou mediatizado por aparatos, a tangibilidade e a estabilidade do suporte: *Se aprecia como en la evolución de los soportes se ha ido perdiendo estabilidad, duración e immediatez en el acceso a favor de la distribución espacial*.

10º - O documento digital, que continua sendo, segundo a autora, documento por ter um conteúdo fixado num suporte e uma intencionalidade comunicativa, singulariza-se pelo facto de que a união da mensagem ao suporte não é indissolúvel, o que permite a virtualidade do documento digital, a fácil distribuição dos seus conteúdos e a problemática da sua conservação temporal: a difusão espacial tem primazia sobre a temporal.

11º - Mantém-se a convicção, apesar do impacto do hipertexto ou multimédia, que mescla diferentes códigos de informação, sobre a *pervivencia del libro tradicional, al menos como soporte de obras de creación. La tecnología todavía no puede competir con la sencillez y comodidad del papel*.

12º - Arquivos e Bibliotecas devem incorporar documentos digitais, tal como incorporam os analógicos, na medida em que se prevê uma coexistência longa e, ao utilizador, o que interessa é a informação e não os suportes onde ela se acha registada. Terão ainda que potenciar e normalizar a autodescrição dos documentos digitais por intermédio dos metadatos, bem como a avaliação da informação a reter em “memória”, face à exponencial produção de documentos a que se assiste e a edição electrónica, veio expandir de forma extraordinária.

13º - *Los archivos buscarán salvaguardar la integridad y autenticidad de los documentos digitales para reemplazar la autoridad del documento escrito, y las bibliotecas perseguirán un sistema útil de gestión de los derechos de autor que permita el uso de la información reteniendo un control razonable de los derechos de los documentos*¹⁶.

A posição assumida por Blanca Rodríguez Bravo, corresponde não só à perspectiva ainda dominante na Europa e no Mundo de que apesar do impacto, profundo e extenso da “revolução” informática, que permite enfatizar os conteúdos (a informação), em detrimento dos continentes (os suportes), o objecto de estudo e de trabalho de arquivistas, bibliotecários e documentalistas nunca poderá deixar de ser o documento e a Ciência da Documentação terá de ser forçosamente uma “ciência interdisciplinar”¹⁷, na medida em que a organização, recuperação e difusão dos documentos serve e possibilita o desenvolvimento das mais diversas ciências. A autora subscreve um modo de ver/de abordar (um paradigma¹⁸) empírico-patrimonialista e tecnicista com várias *nuanças* e correcções, que devem ser reconhecidas, mas entre a tradição e a renovação a sua efectiva preferência ficou prisioneira de uma prática profissional de, pelo menos, dois séculos que resiste a um radical posicionamento, face não só ao estatuto epistemológico das Ciências Sociais, mas também face ao debate actual sobre os fundamentos perenes da Ciência e a contingência da Pós-Modernidade. Não surpreende, por isso, que se captem traços de positivismo ingénuo em alguns dos pontos apresentados, nomeadamente no 1º, 2º e 4º, tal a necessidade e esforço em apresentar o documento como objecto palpável e claramente identificável, ao contrário da informação que sendo subjectiva é difusa e indeterminada.

3. Da Einaudi à Filosofia da Informação

3.1. Karl Popper e o insustentável “documentalismo objectivo”

O indelével lastro positivista que o recente livro, posto em destaque, não conseguiu dissolver por completo, apesar das lufadas de renovação reactivas e impostas pelas alterações concretas trazidas com o uso

¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 257-260.

¹⁷ Esta ideia, muito discutível do ponto de vista epistemológico, é claramente defendida por Yves Le COADIC: *A ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimentos onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações* (Cf. *Idem* — *A Ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996, p. 22 (trad. de livro da colecção Que sais-jé?, PUF, 1994). Esta aposta na interdisciplinaridade, como estratégia de recurso para a cientificação da C.I., aparece subscrita por vários autores, além de Le Coadic, como refere ROBREDO, Jaime — *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília, DF: Thesaurus Editora/SSRR Informações, 2003, p. 62 e ss.

intensivo e extensivo da informática e da globalização telemática, está bem patente na prática dos profissionais de Biblioteca e de Arquivo, ainda que haja pudor em assumi-lo.

Foi, por isso, ousada e clarificadora a intervenção de António Miranda, num texto sugestivamente intitulado *A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário*¹⁹. Recorre, aí, à teoria dos três Mundos do filósofo britânico de origem austríaca, Karl Popper, para significar com ele que a *objetivação do conhecimento transforma-o em objeto observável, em fenómeno independente. A literatura científica — e, por extensão, todo e qualquer registro — se “coisifica” e se converte em matéria prima da ciência que, como a Ciência da Informação, pretendem entender sua natureza, comportamento, regularidades, possibilidades e as leis que fundamentam sua existência e desenvolvimento. O conhecimento objetivo, assim concebido, seria uma “coisificação” ou a autonomia da informação de seu criador. Uma vez produzido, o texto é público, sujeito a críticas, apropriações e reformulações até mesmo pelo seu criador. De fato, bibliotecários sempre coisificaram seus acervos, criando medidas e parâmetros relativos às suas propriedades físicas que permitem a sua seleção, aquisição, tratamento técnico, armazenamento, uso, sua propagação por diferentes tipos de mídia, etc. Informação no sentido tangível, mensurável, deteriorável física e intrinsecamente, com volume, peso, preço e outras propriedades administráveis*²⁰.

Popper ajudou António Miranda a colocar, de forma incisiva, a questão nuclear e vital da razão de ser da pesquisa em Ciência da Informação e da legitimação funcional das profissões de bibliotecário, de documentalista e de arquivista. A questão pode pôr-se assim: a finalidade é descrever, armazenar, recuperar e tornar conhecido o documento, entendido como um objecto ou coisa destinada a ser lida/vista e/ou ouvida, ou antes as informações contidas nesse documento? A resposta de Miranda encontra, no Mundo 3 de Popper, a âncora que permite restringir a acção investigativa e compreensiva dos cientistas da informação ao vasto acervo de registos físicos do conhecimento humano, o que daria à C. I. o invejado privilégio de possuir ou de trabalhar com “matéria” palpável, externa e independente do sujeito observador. Mas como é isto possível?! Será a C. I. uma dessas disciplinas que Odília Fachin agrupou sob a designação de ciências factuais/naturais a par da Química, da Física e da Biologia²¹? Ou será, pelo contrário, uma ciência factual/humana juntamente com a Sociologia, Antropologia, Política, História, Psicologia, Economia, Educação? Ou, como sustentam alguns autores, não saiu ainda da fase pré-paradigmática em que prevalece o cariz prático e descritivo (me-

¹⁸ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 153-155; e *Idem* — *Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação*, art. cit., p. 64-65.

¹⁹ Cf. MIRANDA, António — *A Ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário*. In AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.) — *O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 9-24; e *Idem* — *Ciência da informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*. Elmira Simeão (org.). Brasília DF: Thesaurus Editora, 2003, p. 173-187.

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 13-14; e *Ibidem*, p. 176-177.

ramente tecnicista) das “primeiras disciplinas” fundadoras do “campo da informação” de acordo com a discutível selecção de Le Coadic²²? A verificar-se esta terceira hipótese ganha força a evidência de que não é correcto, nem tão pouco proveitoso confundir actividade profissional com estatuto científico. Dito de modo mais simples: não vale confundir ou estabelecer relação automática entre profissão e ciência.

3.2. A reinvenção historiográfica e cultural do documento

Para um começo de resposta a estas perguntas urge ver o que a crítica lapidar ao positivismo historiográfico de oitocentos traçou acerca da noção de documento, sinteticamente condensada por Jacques Le Goff no verbete *Documento/Monumento* do volume 1, *Memória – História*, da Enciclopédia Einaudi²³.

E, logo a abrir o seu texto, lança a seguinte prevenção basilar: os materiais do passado podem *apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador*²⁴. Estamos, na óptica de Le Goff, perante palavras e noções distintas, como a respectiva génese etimológica evidencia: a palavra latina *monumentum* resulta da combinação do verbo *monere* (que significa “fazer recordar” e, consequentemente, “avisar”, “iluminar” e “instruir”) com a raiz indo-europeia *men*, associada a uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*); e a palavra latina *documentum* deriva de *docere* “ensinar”, tendo adquirido depois a acepção de prova com amplo uso na terminologia legislativa, sobretudo a partir do séc. XVII, altura em que se generalizou na terminologia jurídica francesa a expressão *titres et documents*, ainda que o sentido actual de testemunho actual só date do séc. XIX²⁵. Uma rápida panorâmica traçada pelo autor — destacado representante da *Nouvelle Histoire*, herdeira e continuadora da obra marcante de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores dos *Annales d'histoire économique et sociale* (1929) — permite-nos perceber que da Renascença ao Iluminismo se opera uma cisão entre documento e monumento, ficando aquele refém da escola histórica positivista de finais do séc. XIX e início do séc. XX: o documento é consagrado, a partir de então, como fundamento do facto histórico *ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objectividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito*²⁶. E percebe-se ainda que só através da revolução

documental do séc. XX, provocada pela ampliação da noção de documento proposta por Bloch e Lefebvre, é redescoberto o binómio documento/monumento, sintetizando Le Goff a sua tese seminal de modo impressionante:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos, em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica — sempre útil, decerto — do falso, devem superar essa problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro — incluindo, e talvez sobretudo, os falsos — e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos²⁷.

Completando esta tese pode acrescentar-se que o documento ultrapassa bastante o texto, devendo o historiador diversificar as fontes codificadas (texto, números, desenhos, mapas, imagens, músicas e sons) e os mais diversos objectos (peças arqueológicas, artefactos antigos e modernos, vestígios naturais, etc.), o que aproxima claramente a noção de monumento da de fonte de informação referida por Branca Rodríguez Bravo. Torna-se, assim, proeminente o papel da interpretação do sujeito ou do sujeito-interpretante que busca, interpela e “lê” documentos/monumentos e colecções. E a respeito desta noção, tão cara a bibliotecários, arquivistas, museólogos e historiadores, não pode ser esquecido o verbete de Krzysztof Pomian, inserido no mesmo volume da *Einaudi*, e do qual tem interesse para aqui destacar o seguinte:

De um lado estão as *coisas*, os *objectos úteis*, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos*, *objectos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se portanto orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da

²¹ Cf. FACHIN, Odília — *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1993, p. 33.

²² São as seguintes: Biblioteconomia, Museoeconomia, Documentação e Jornalismo. Cf. LE COADIC, Yves — *A Ciência da informação*, ob. cit., p. 14-18.

²³ Ver LE GOFF, Jacques — Documento/Monumento. In *Enciclopédia Einaudi: volume 1 memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

²⁴ Cf. Ibidem, p. 95.

²⁵ Cf. Ibidem, p. 95.

²⁶ Cf. Ibidem, p. 95-96.

²⁷ Cf. Ibidem, p. 103-104.

utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são todavia opostas na maior parte das vezes²⁸.

Será o documento/monumento de Le Goff um semióforo tal como nos apresenta Pomian? E que interessa isso para o debate introduzido pelo livro de Branca Bravo? Que interesse tem o contributo de Le Goff e de Pomian para a clarificação epistemológica do objecto material da Ciência da Informação?

Em jeito de esboço de resposta, é altura de nos perguntarmos por que razão os positivistas de oitocentos e os inúmeros anónimos antes e depois deles valorizaram tanto o texto a ponto de torná-lo sinónimo de documento. E, por extensão, podemos interrogar-nos ainda sobre a evidente força ou predominância do textual como prova jurídica — por exemplo, a força de um testamento em que alguém declara oralmente e/ou por escrito a sua vontade quanto ao espiritual e quanto ao temporal. Não será porque o texto sai, como um suspiro, como uma lágrima, ou como um sorriso do interior de uma pessoa, comprometendo-a, responsabilizando-a, identificando-a com o que ficou dito ou escrito? Esta interioridade (componente biopsíquica) do texto/documento confere-lhe um valor que transcende bastante o(s) seu(s) uso(s). No interior do sujeito, em interacção permanente com o seu meio envolvente, reside a permanente construção de sentido, de significado, potenciando-se um movimento semântico e semiótico bipolar — quem diz/escreve significa e quem recebe/descodifica/interpreta capta e refaz o significado.

A essência da comunicação passa por esse movimento em espiral, contínuo e infundável, implicando emissores, meios/canais para a mensagem e receptores, mas o que importa sublinhar, aqui, é que a interioridade humana de um texto valoriza-o como autêntico, mas não necessariamente como verdadeiro. Confundir atribuição rigorosa de autoria/de contexto de produção, com verdade, constituiu o ingénuo e fatal erro dos positivistas. Daí o alerta lúcido de Le Goff e dos pais dos *Annales*, apostados em alargar até ao máximo a noção de documento — operação indispensável ao historiador e, sobretudo, muito útil para o arquivista-positivista que persista em distinguir documento de arquivo de documento de biblioteca. Distinção que Branca Rodríguez Bravo se limitou a reproduzir acriticamente: é a sua origem administrativa natural ou involuntária, que o dota de um carácter testemunhal, ao invés da origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo, como é o documento de biblioteca. O que, ao limite, disseram os novos historiadores é que esse carácter testemunhal foi, e é e será sempre uma montagem subjectiva e conjuntural passível de uma indispensável desconstrução por quem se sirva dele para (re)escrever a História. E diante deste aspecto urge perguntar: essa montagem subjectiva e conjuntural não resulta, afinal, do simples facto do ser humano se expressar de acordo com as suas características pessoais e os seus interesses e necessidades espaço-temporais concretas? Temos, de novo, a questão da interioridade humana do documento que leva, inevitavelmente, a separar conteúdo de continente/suporte; mentefacto de artefacto.

Qual dos dois é um semióforo? Serão ambos? Quando um texto perde a utilidade para que foi feito ou a função prática de que foi investido converte-se potencialmente num semióforo, para adoptarmos a acepção

de Pomian? Dêmos um exemplo: um recibo de uma compra perde utilidade fiscal ao fim de certo prazo, mas nunca deixa de ser um texto com determinadas características formais, podendo ser transcrito e incorporado num texto literário ou historiográfico elaborado muitos séculos depois... Dir-se-á que está a ser reutilizado. Mas é reutilizado tal como se reutiliza um velho gramofone restaurado e operacional?

A resposta é prematura e fica, por enquanto, em suspenso, na medida em que estamos ainda e tão só a sugerir que o documento, tomado simplesmente como pode ser — palavras, números, traços cores e imagens registados num suporte —, remete para um plano ontológico diverso da natureza de qualquer suporte. Mais: estamos a postular que o documento só faz sentido como objecto de estudo de uma Ciência Social naquilo que ele possui de intrinsecamente humano e social (a expressão codificada de ideias, sentimentos, vivências, acontecimentos, etc.) transmitido e captado através do registo (escrita, notação numérica e musical, desenho e pintura) numa qualquer superfície palpável. O documento está associado à mutação do fenómeno Informação (chamamo-lo assim) — fenómeno radicado na cognição e em outras faculdades neuro-psíquicas²⁹ — em processo comunicacional — interpessoal e colectivo³⁰.

3.3. O efeito perverso da “teoria da informação” de Shannon e Weaver

Essa mutação ocorre por intermédio do acto de registar, que tem sido sobrevalorizado pela generalidade dos profissionais e especialistas nesta área, mesmo pelos raros solistas que se destacaram do “coro do unanimismo” como foi o caso de K. J. McGarry com o seu clássico *The Changing context of Information: an introductory analysis* (1981)³¹. Por não ter considerado o termo informação sinónimo da expressão *conhecimento explícito* ficou prisioneiro da acepção comum de que a informação é algo que vem de fora, é processada pela mente humana e volta a existir enquanto entidade externa na forma de livros, revistas, jornais, discos compactos, filmes, vídeos, etc. Mas apesar desta deriva sensorialmente materialista, McGarry teve o mérito indiscutível de perceber a raiz cognitiva, mnemónica e psicolinguística do conteúdo dos documentos, como soube também evitar o propalado “canto de se-reia” da *Teoria Matemática da Comunicação*, inadequadamente designada *Teoria da Informação*, de Claude Shannon e W. Weaver (1949)³² referindo de forma taxativa o seguinte: *A perspectiva da teoria da comunicação é eleita do engenheiro de telecomunicações. Grosseiramente, a informa-*

²⁹ Ver a título propedêutico VIEIRA, António Bracinha — Cognição. In *Enciclopédia Einaudi: volume 34 - comunicação - cognição*, ob. cit., 2001, p. 296-313; e Idem — Processos cognitivos. In *Ibidem*, p. 314-356.

³⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 84 e ss.

³¹ Ver tradução portuguesa com um título diverso do original: MCGARRY, K. J. — *Da Documentação à informação: um contexto em evolução: edição realizada em colaboração com a associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BA.D)*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

³² Uma condensada e acessível introdução a esta teoria encontra-se em EPSTEIN, Isaac — *Teoria da informação*, 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1988. Ver também LE COADIC, Yves F. — *Théorie de l'information / “Information” theory*. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*, ob. cit., p. 572-574.

²⁸ Cf. POMIAN, Krzysztof — Colecção. In *Enciclopédia Einaudi: volume 1 memória-história*, ob. cit., p. 71.

ção é concebida como o oposto da incerteza e medida do imprevisto da mensagem e da incerteza assim reduzida. Mas é apenas uma quantidade e não especifica significado, utilidade, veracidade, existência de facto histórico ou propósito. Enfim, nada tem a ver com o significado duma mensagem³³. Crítica certa e irrefutável que hoje vai sendo consensual.

No entanto, o impacto generalizado dessa teoria contaminou o esforço definatório de Informação a ponto de ficar consagrado um vastíssimo espectro semântico que transpôs fronteiras anichando-se em recantos inusitados e complexos como o da Estética³⁴ e atingiu o paroxismo da hiper-interdisciplinaridade no programa de estudos, desde 1994, das *Virtual Conference on Foundations of Information Science*³⁵, sendo os temas para 2002 os seguintes: informação e causalidade; realismo e informação, a “ciência é exploração e não consenso”; tempo e três infos, “o que há acerca da desinformação?”, “passagem à moderação” e arte, forma e simetria. Em 1994, ano primeiro desta policromática iniciativa, constam do elenco temático os conceitos fundamentais em Física Quântica, Ciências da Computação, Física e Química, as células vivas e suas componentes moleculares (“sociedade das enzimas”), os neurónios, sistema nervoso e organismos (“sociedade de neurónios”) e a informação e a organização dos sistemas sociais. E, para além desta descomunal elasticidade conceptual, é preciso ainda inscrever o referido impacto em algo mais profundo — o complexo de inferioridade dos cientistas sociais relativamente ao trabalho científico “duro”³⁶, complexo esse que explica, por exemplo, a equivocada fórmula de Bertram Brookes, que exprime a passagem de um estado de conhecimento $k(S)$, para novo estado de conhecimento $K(S+dS)$, através de um acréscimo de conhecimento dK , resultante de um acréscimo de informação dI sobre $k(S)$ e, em dS , é o efeito dessa modificação verificada no estado inicial de conhecimento³⁷. Interessante esforço formalista, útil em nível da mera retórica geral e prática, mas infrutífero e inexacto no plano estritamente científico, dada a impossibilidade, à luz do construtivismo piagetiano (e seus sucedâneos) e das pesquisas em curso das neurociências, de distinguir conhecimento explícito ou comunicado/transmitido (diferente de cognição e de processos neurocerebrais) de informação³⁸, muito simplesmente porque ambos os termos/noções correspondem ao mesmo fenómeno humano e ao mesmo processo social.

Temos, assim, dois equívocos evidentes: usar a Informação como um conceito difuso e geral que se

³³ Cf. *Ibidem*, p. 18.

³⁴ Continua sendo a este propósito referência obrigatória MOLES, Abraham A. — *Théorie de l'information et perception esthétique*. Paris: Flammarion, 1958. Ver também NETTO, J. Teixeira Coelho — *Introdução à teoria da informação estética* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1973.

³⁵ Cf. <http://fis.igw.tuwien.ac.at/fis2002/prediscussion.html>. Consultada a 2/1/2004. Ver também ROBRED, Jaime — *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003, p. 68.

³⁶ É bem conhecida e comprovável no quotidiano através de órgãos de comunicação social a ideia comum e simplista difundida de que cientistas, em maiúsculas, são apenas os físicos, os químicos, os biólogos, os astrónomos, os matemáticos e poucos mais, abrangidos pela aceção moderna da Ciência, enquanto os cientistas sociais e das humanidades são relegados para uma zona cinzenta e dúbia passível de ser englobada pela noção fluída de cultura.

³⁷ Cf. SILVA, Armando Malheiro da — Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) — *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*, ob. cit., p. 24.

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 34-39.

aplica a tudo ou, pelo menos, a uma panóplia de fenómenos e de processos distintos patentes na natureza humana, animal, terrena e cósmica³⁹; e considerar, necessária e correcta, a distinção subtil entre dado, informação e conhecimento, condensada numa definição proposta em 1998 por Max Boisot⁴⁰. No final deste ensaio retomaremos a seguinte ressalva: a noção de dado se for aplicada a todos os elementos obtidos mecanicamente (sem a interferência humana directa, como a do fotógrafo ou a do cineasta que manipula e escolhe os ângulos e os enquadramentos pretendidos) na Natureza e no Cosmos é diferente da de conhecimento/informação.

Indiferente a estes equívocos, Anthony Wilden, num verbete que nos remete de novo para a *Einaudi*, seguiu e cumpriu o propósito de esclarecer e de compendiar a malha semântica do conceito Informação, através de *dois sentidos recentemente surgidos e relativamente específicos*⁴¹:

O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (*binary digit*). É a informação métrica da teoria clássica da informação [Claude Shannon], a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.

O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto

³⁹ McGarry enumera em seu livro algumas definições de Informação que, no seu conjunto, evidenciam a equivocada tentativa de formatar realidades e fenómenos radicalmente diversos debaixo do mesmo termo/conceito. Ver MCGARRY, K. J. — *Da Documentação à informação*, ob. cit., p. 15-17. Por sua vez Jaime Robredo fez uma recolha mais exaustiva e comentada: ROBRED, Jaime — *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*, ob. cit., p. 1-26.

⁴⁰ Ver BOISOT, Max — *Knowledge assets: securing competitive advantage in the information economy*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1998. Cit. por ROBERTS, Joanne — The Drive to codify: implications for the knowledge-based economy. In *Proceedings of the 8th International Joseph A. Schumpeter Society Conference, 28th June- 1st July 2000*. Manchester: University of Manchester, UK, 2000. Essa definição está traduzida para português nestes termos: **Dados** são definidos como uma série de observações, medidas ou fatos na forma de números, palavras, sons e/ou imagens. Os dados não têm significado próprio, mas fornecem a matéria prima a partir da qual é produzida a informação. **Informação** é definida como dados que foram organizados de uma forma significativa. A informação deve estar relacionada com um contexto para possuir significado. **Conhecimento** é definido como a aplicação e o uso produtivo da informação. O conhecimento é mais do que a informação, pois implica uma consciência do entendimento adquirido pela experiência, pela intimidade ou pelo aprendizado. Entretanto, a relação entre conhecimento e informação é interactiva. A geração do conhecimento depende da informação, já a coleta de informação relevante requer a aplicação do conhecimento. As ferramentas e métodos aplicados à informação também influem sobre a geração do conhecimento. A mesma informação pode dar lugar a uma variedade de tipos de conhecimento, dependendo do tipo e propósito da análise. No nível pessoal, o conhecimento pode ser visto como centrado no indivíduo. Comparado à informação, o conhecimento implica um processo muito mais amplo que, pela sua vez, envolve estruturas cognitivas capazes de assimilar a informação e de situá-la num contexto mais amplo, permitindo ações que podem ser empreendidas a partir dela (Cf. ROBRED, Jaime — *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*, ob. cit., p. 16-17).

⁴¹ Cf. WILDEN, Anthony — Informação. In *Enciclopédia Einaudi: volume 34 - comunicação - cognição*, ob. cit., 2001, p. 11.

deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo 'informação'. Hoje, porém, aplicamos muito mais a 'informação' em contextos relativamente insólitos ou pouco familiares (por exemplo, para explicar as características do sistema imunitário corpóreo, ou o comportamento de uma membrana celular).

A informação apresenta-se-nos em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações; em ideias, ideais e ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições e conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em acções e em silêncios; em visões e em silogismos. É a organização da própria variedade⁴².

Sugestiva e engenhosa a abordagem semântica da informação como organização da variedade proposta por Wilden, mas paralisante porque nos encerra num impasse conceptual inaceitável — a informação tem a ver com tudo e tudo tende a transformar-se em informação, não sendo possível definir os contornos palpáveis e concretos dessa infinita variedade que o conceito elasticamente abarca. Este impasse fica bem ilustrado, pela analogia frequente entre informação e energia, por serem ambas impossíveis de definir: *A informação — concluiu Jaime Robredo — é uma propriedade fundamental do universo e, como a energia, possui uma realidade própria. Não parece que seja possível definir de forma genérica; da mesma forma que a energia, torna-se mais compreensível quando acompanhada de um qualificativo: energia elétrica, energia hidráulica, energia nuclear; etc.; informação científica e técnica, informação codificada, informação social, informação estratégica, informação genética, etc.*⁴³. Fazem-se, é claro, as analogias para todos os gostos e feitios, com maior ou menor êxito retórico e discursivo, mas também se corre, com frequência, o risco grave da confusão e do ruído semântico total. E, no caso vertente, o risco parece-nos por demais evidente. Daí que entendamos possível uma via alternativa ao impasse ilustrado pela analogia energia-informação que consiste em secundarizar o enfoque terminológico, baseado no rastreio amplo das diferentes acepções com que se aplica o termo informação, e dar primazia à delimitação de um segmento de realidade humana e social identificável e nomeada pelo termo de informação (escolhido pela carga denotativa que é possível extrair da raiz etimológica desta palavra). Esta via será retomada adiante.

3.4. Os paradigmas de Capurro e os problemas filosóficos postos à C.I.

Entretanto, importa trazer à colação, para remate deste já longo item, o contributo de dois autores que, cada um com o seu ângulo específico de abordagem, revelam alguma afinidade com a proposta interpretativa que reservamos para o penúltimo item deste ensaio.

⁴² Cf. Ibidem, p. 11. Ver como inócuo útil ao verbete a sinopse que se encontra no fim, p. 77. Recomenda-se também e como complemento a leitura de WILDEN, Anthony — Comunicação. *Enciclopédia Einaudi: volume 34 - comunicação - cognição*, ob. cit., 2001, p. 108-204.

⁴³ Cf. ROBredo, Jaime — *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*, ob. cit., p. 147.

A ordem cronológica de apresentação tem de ser esta: da vasta e variada produção de Rafael Capurro, professor em Ciência da Informação e Comunicação na Universidade de Stuttgart⁴⁴, interessa, aqui, destacar *On the Genealogy of Information*⁴⁵ e *Epistemologia y Ciencia de la Información*⁴⁶. E, por fim, entra em cena o recentíssimo livro de Fernando Ilharco, assumidamente influenciado pela Filosofia da Informação proposta por Luciano Floridi⁴⁷.

Capurro e Floridi são ambos filósofos e têm partido da Filosofia para as suas indagações em torno e no interior da *Sociedade da Informação*⁴⁸ modelada, na segunda metade de novecentos, pelo impacto imparável e profundo das Tecnologias da Informação e Comunicação (as TIC). Capurro, ao contrário de Floridi, inclui em seu *curriculum vitae* uma formação especializada como documentalista e este facto singulariza várias das suas intervenções a respeito da temática/problemática em foco, como está bem patente nos dois textos referidos.

Em *On the genealogy of information* e no término de uma deambulação que enfatiza o debate sobre o conceito da Informação (subsumido no de Comunicação ou vice-versa), os seus matizes helénicos e as apropriações filosóficas posteriores, Rafael Capurro chega a uma agenda de questões e de inquietações⁴⁹, que constam normalmente do programa de pesquisa e de reflexão dos sociólogos da política e da comunicação

⁴⁴ Cf. www.capurro.de. Consultada a 26/12/2003.

⁴⁵ Cf. CAPURRO, Rafael — On the genealogy of information. In KORNWACHS, K.; JACOBY, K. (eds) — *Information: new questions to a multidisciplinary concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996, p. 259-270.

⁴⁶ Cf. Idem — Epistemología y ciencia de la información. In ENANCIB — ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003 — *Informação, conhecimento e transdisciplinaridade: anais*. [cd-rom]. Versão em word por windows 98. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

⁴⁷ Cf. www.wolfson.ox.ac.uk/~floridi/. Consultada a 26/12/2003, 22.27.

⁴⁸ É já volumosa a bibliografia específica sobre esta problemática, mas para se ter uma perspectiva global e consistente da abordagem sociológica produzida veja-se LYON, David — *A Sociedade da informação: questões e ilusões*. Oeiras: Celta Editora, 1992 e CASTELS, Manuel — *A Era da informação: economia, sociedade e cultura: vol. 1 — a sociedade em rede: vol. 2 — o poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁹ Na conclusão o autor sintetiza a trajetória discursiva deste modo: *Knowledge is now indeed a thing to be marketed and the marketing divisions play a key role in the expanding information industry. The modern separation between ideas and commodities was an information utopia and it seems as if we have attained now the opposite one. The same thing has happened to the other modern sharp distinctions between ideas and interests, theory and practice and science and state as analyzed by Spinner (Spinner 1992). We are in a situation where the new order can no longer be based on the principle of separation but on that of interaction or even fusion between these spheres. This insight raises new questions concerning the relation of information and power: 1. If public opinion is shaped through all kind of media and particularly through electronic networks, how can manipulation be avoided or at least restricted? // 2. If there is no neutral communication medium, what would a democratic and international control of information monopolies look like? // 3. If there is a plurality of senders, i.e., a situation of controversial truth authorities, how do we manage misinformation and disorientation? // 4. If science, economy, national and international politics and societal forces interact in such way that different structures of power are possible, where would an open discussion of alternatives take place? // And, finally, what would a social information order look like if it is to be conceived as a 'pendant' to a social market economy? (Cf. CAPURRO, Rafael — On the genealogy of information. In ob. cit.; <http://www.capurro.de/enancib.htm>). Estas questões têm cabimento dentro do campo de investigação*

(com destaque para a tónica inesgotável da *Sociedade da Informação*). Pelo meio ficou expressa a intenção de uma teoria hermenéutica da informação (associada a fenómeno antropológico) em traços claros:

The development of an anthropological information theory within the framework of hermeneutics embracing not just the interpretation but also the construction and transmission of messages is still an open task. It concerns not only information and library science but also 'informatics' (or computer science). The intersection between hermeneutics and information theory means not only a transformation of the later but also of the former seeing that traditional hermeneutics was primarily oriented towards the interpretation of the spoken word and/or printed texts. A hermeneutics of information science should also embrace the construction and transmission of messages by particularly taking into account the question of the media, as has indeed been done since Plato's criticisms of writing. In our present situation we are looking particularly for the new hermeneutic questions which arise in an electronically networks world⁵⁰.

A proposta teórica de Capurro desenvolve-se no pressuposto de que informação e comunicação são dois termos aplicados a um único fenómeno humano, sem diferenças, nem gradações. Que os dois termos andem intimamente associados parece-nos óbvio, mas que tenham de ser sinónimos é matéria de discordância e de discussão noutra espaço⁵¹.

Embora este aspecto seja ponto de alguma clivagem, assim como é, também, discutível o propósito eminentemente sociológico, do citado autor, de desmontar e denunciar a questão de poder (manipulação, monopólios e desorientação) na nova ordem da informação social — temática que entra no campo de estudo da C. I. não como ponto isolado e nuclear, mas como aspecto adjacente do comportamento informacional⁵² —, entendemos ser oportuna e correcta a recentragem do debate sobre a informação no contexto humano e social onde se inscreve a correlativa fenomenalidade. E, neste sentido, o segundo texto de Capurro é bem mais proveitoso, porque, por um lado, enuncia af com extrema clareza as raízes dessa ciência:

da Ciência da Informação se puderem ser sistematicamente exploradas e não apenas enunciadas em função da leitura ensaística das mudanças observáveis. Esta estratégia mais especulativa, que científica deve, em nossa opinião; situar-se no discurso da Filosofia.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*.

⁵¹ Está prometido um terceiro ensaio sobre o binómio Informação-Comunicação e, por isso, não adiantaremos muito mais a respeito. No entanto, é oportuno lembrar que o sentido dicionarizado de informação, como notícia, facilitou o "ruído", a confusão, ou seja, a redução do acto de informar à actividade jornalística, da rádio e do áudio-visual. Perspectiva proclamada, sem hesitação e com a mais voluntarista das intenções, por René MAHEU, Director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde 1962. São dele as seguintes palavras proferidas em 1963: *A informação, indiscutivelmente um dos elementos essenciais da vida em sociedade, e a mola indispensável, na medida em que o seu papel consiste em comunicar os conhecimentos que se referem à actualidade, sofreu, no decorrer dos últimos anos, profundas transformações quantitativas e qualitativas: a imprensa, o cinema, a rádio, a televisão introduziram uma verdadeira revolução, cujas consequências estamos ainda longe de poder avaliar. Atingindo actualmente todas as camadas sociais e territórios imensos, a imagem sonora, completando a imagem impressa sem a suplantá-la, nem mesmo concorrer com ela, deu à informação um alcance universal* (Cf. *Idem* — *A Civilização do universal*. Lisboa: Editora Ulisseia, s.d.)

La ciencia de la información tiene por así decirlo dos raíces: una es la biblioteconomía clásica o, en términos más generales, el estudio de los problemas relacionados con la transmisión de mensajes, siendo la otra la computación digital. La primera raíz nos lleva a los orígenes mismos, por cierto oscuros, de la sociedad humana entendida como un entretejido o una red de relaciones, Hannah Arendt habla del "web" of human relationships" (Arendt 1958, 183), basadas en el lenguaje, es decir en un ámbito hermenéutico abierto, donde los entrecruces metafóricos y metonímicos permiten no sólo mantener fluido el mundo de las convenciones y las fijaciones que hacen posible una sociedad humana relativamente estable, sino también que nos permiten generar la capacidad de preguntar por lo que no sabemos a partir de lo que creemos que sabemos. Es claro que esta raíz de la ciencia de la información o, como también podríamos llamarla, de la ciencia de los mensajes (Capurro 2003b), está ligada a todos los aspectos sociales y culturales propios del mundo humano. La otra raíz es de carácter tecnológico reciente y se refiere al impacto de la computación en el proceso de producción, recolección, organización, interpretación, almacenamiento, recuperación, disseminación, transformación y uso de la información y en especial de la información científica fijada en documentos impresos. Este último impacto permite explicar por qué el paradigma físico deviene predominante entre 1945 y 1960, siguiendo la periodización propuesta por Julian Warner (2001). El problema de esta periodización consiste no sólo en el hecho de que antes de 1945 existía ya en el campo de la bibliotecología lo que hoy llamamos el paradigma social, sino también, como veremos a continuación, en transformaciones posteriores de este paradigma que llegan hasta la actualidad⁵³.

Por outro, detém-se na caracterização daquilo que ele designa por paradigmas da C. I., numa acepção algo livre da formulação original de Thomas Khun⁵⁴ e no controverso pressuposto de não ser questionável o estatuto de cientificidade dessa disciplina⁵⁵. Identifica ou "isola" três: o paradigma físico, segundo Capurro, intimamente relacionado com o impacto atrás referido da teoria de Shannon e Weaver e baseado na ideia de que há algo, um objecto físico, transmitido por um emissor a um receptor, com implicações sérias no campo prático da C. I., nomeadamente a mais grave de todas que é a exclusão do papel activo do sujeito cognoscente

⁵² A importância desta linha de estudo no coração da C.I., denominada frequentemente por estudos de utilizadores e reformulada na literatura anglo-americana sob a designação de information behaviour (comportamento informacional), justificou a inclusão de uma disciplina com o nome precisamente de Comportamento Informacional no 2º ano da Licenciatura em Ciência da Informação, projecto conjunto das Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto — ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. Cit., p. 149 e seg.

⁵³ Cf. CAPURRO, Rafael — *Epistemología y ciencia de la información*, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>

⁵⁴ Ver KHUN, Thomas — *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 67-76.

⁵⁵ A mudança brusca de paradigma postulada pelo físico Thomas Khun aplica-se àquilo que ele designou por "ciência normal", categoria em que parece não entrarem outras ciências, além das "exactas" ou "naturais", como são as sociais e humanas. Sendo a C.I. necessariamente uma ciência social o modelo de Khun pode aplicar-se mas com as devidas adaptações, prevenção que não é líquido ter sido seguida por Capurro.

ou, em termos mais concretos, do utilizador no processo de recuperação da informação científica em particular, assim como em todo o processo informativo e comunicativo em geral⁵⁶; o paradigma cognitivo, proposto entre outros por Bertram Brookes, que, por seu turno, se terá inspirado na ontologia de Karl Popper com a teoria dos “três mundos”⁵⁷, subjectivando o modelo *en el que los contenidos intelectuales forman una especie de red que existe sólo en espacios cognitivos o mentales y llama a dichos contenidos “información objetiva”*⁵⁸; e o paradigma social, surgido para colmatar as limitações do paradigma anterior (a principal das quais é o facto de o utilizador ser visto exclusivamente ou em primeiro lugar como sujeito cognoscente, subestimando os condicionalismos sociais e materiais do existir humano) e sustentado pela crítica de Brend Frohmann, segundo o qual *el punto de vista cognitivo relega a los procesos sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de información a un nivel numenal, indicado sólo por sus efectos en las representaciones de generadores de imágenes atomizados. La construcción social de los procesos informativos, es decir la constitución social de las “necesidades de los usuarios”, de los “archivos de los conocimientos” y dos esquemas de los esquemas de producción, transmisión, distribución y consumo de imágenes queda así excluida de la teoría de la bibliotecología y de la ciencia de la información*⁵⁹, ou seja, Frohmann *crítica a una epistemología basada en conceptos como “imágenes mentales”, “mapas cognitivas”, “modelos del mundo”, “realidades internas”, etc.*⁶⁰. E além destes três, Capurro finaliza acrescentando um quarto paradigma que resulta da combinação do cognitivo com o social e foi desenvolvido por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen sob a designação *de domain analysis*:

en el cual el estudio de campos cognitivos está en relación directa con comunidades discursivas (“discourse communities”) es decir con distintos grupos sociales y laborales que constituyen una sociedad moderna. Una consecuencia práctica de este paradigma es el abandonar la búsqueda de un lenguaje ideal para representar el conocimiento o de un algoritmo ideal para modelar la recuperación de la información a lo que aspiran el paradigma físico y el cognitivo. Una base de datos bibliográfica o de textos completos tiene un carácter eminentemente polisémico o, como lo podríamos llamar también, polifónico. Los términos de un léxico no son algo fijo definitivamente. El objeto de la ciencia de la información es el estudio de las relaciones entre discursos, áreas de conocimiento y documentos en relación a las posibles perspectivas o puntos de acceso de distintas comunidades de usuarios (Hjørland 2003). Esto significa, en otras palabras, una integración de la perspectiva individualista y aislacionista del paradigma cognitivo dentro de un contexto social en el que diferentes comunidades desarrollan sus criterios de selección y relevancia⁶¹.

⁵⁶ Cf. CAPURRO, Rafael – *Epistemología y ciencia de la información*, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>

⁵⁷ É interessante notar que Capurro “le” Popper e seus “três mundos” de forma diversa da de António Miranda, citado atrás.

⁵⁸ Cf. CAPURRO, Rafael – *Epistemología y ciencia de la información*, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>

⁵⁹ Cf. Ibidem.

⁶⁰ Cf. Ibidem.

⁶¹ Cf. Ibidem.

Através do exercício sinóptico de Capurro chegamos a uma perspectiva de síntese, que discordamos seja mesmo um paradigma (tal como sucede com os outros três), mas, sem dúvida, preciosa para associarmos o conceito de informação a uma fenomenalidade simultaneamente humana (individual) e social (colectiva), o que hoje, após séculos de produção filosófica e científica, se torna irrefragavelmente óbvio.

Podemos, assim, pela chegada de Hjørland e Albrechtsen desembocar na abordagem de Fernando Ilharco, valiosa neste ensaio não tanto por fazer a divulgação em Portugal da área de estudo da *Filosofia da Informação* lançada por Luciano Floridi, mas sobretudo por se deter na informação enquanto fenómeno e, como refere em subtítulo, enquanto fundação da acção, da comunicação e da decisão.

Inspirando-se em Burrell e Morgan (1979), Ilharco parte dos paradigmas da Informação para a respectiva caracterização filosófica (ou antes sociológica?)⁶² desse fenómeno:

Assim, o fenómeno da informação, por exemplo e porque é o que estamos a endereçar neste texto, pode ser estudado, analisado e investigado no âmbito de um dos quatro tipos de paradigmas: interpretativista, funcionalista, humanista radical e estruturalista radical. Desta forma, em função dos pressupostos que tomamos sobre a natureza do mundo e do conhecimento, poderão variar os resultados da nossa investigação. Estes resultados são condicionados *a priori* por aquele tipo de pressupostos fundadores. (...)

A informação emerge assim de diversas formas conforme nos localizemos num ou noutro paradigma conceptual. De um ponto de vista interpretativista e radical humanista, a informação está emaranhada na problemática decisiva do significado e das relações e referências entre as coisas, isto é, entre os fenómenos. De um ponto de vista estritamente interpretativista a informação é o próprio significado; ela é o significado para o sujeito que experimenta a acção de ser/estar/ficar informado. Nesta perspectiva a informação é um fenómeno interpretativo, dependente do sujeito, assente na experiência de determinado indivíduo e na historicidade, pressupostos, contextos e envoltimentos no âmbito dos quais e com os quais esse mesmo indivíduo se informa ou é informado. (...)

Para o paradigma humanista radical a informação emerge no âmbito da acção comunicativa que define a sociedade humana. (...)

Este entendimento da informação como fenómeno situado no tempo e no espaço e dependente do contexto em que surge, caracterizando de acordo com a metodologia de Burrell e Morgan os

⁶² A nossa reserva à emergente *Filosofia da Informação* de Floridi e à própria abordagem filosófica de Rafael Capurro consiste em considerá-la apenas uma extensão salpicada de sólida erudição colhida na Filosofia (da Clássica à Contemporânea) da reflexão e da pesquisa sociológicas ilustrada, entre muitos, por autores como Daniel Bell, David Lyon e Manuel Castells. E se a confrontarmos com a linha ensaística inaugurada em meados do séc. XX por Marshall McLuhan e em que mais recentemente pontificam nomes como o de Pierre Lévy (autor, por exemplo, de *Cibercultura: relatório para o Conselho da Europa no quadro do projecto “Novas tecnologias: cooperação cultural e comunicação”*, Lisboa: Instituto Piaget, 2000) então parece ser mais flagrante a conclusão de estarmos perante a mesma “coisa” sujeita a uma mera alteração de cosmética.

paradigmas interpretativista e humanista radical, perde-se nos restantes dois paradigmas da matriz, o estruturalista radical e o funcionalista. Nestes dois a informação é objectificada, isto é, ela é entendida como um objecto — claro, preciso e definido. Estes paradigmas diferem entre eles apenas no que respeita ao que assumem sobre a natureza do mundo e da sociedade. O último, o paradigma funcionalista, partilha com o paradigma interpretativista, a noção de base de estabilidade entre as coisas, os fenómenos, as condições naturais que nos foram dados. O último, o paradigma estruturalista radical, partilha com o paradigma humanista radical, os pressupostos sobre a natureza conflituosa, competitiva e de mudança do mundo e da sociedade⁶³.

Por muito sugestivos que estes paradigmas sejam ou pareçam ser, é inevitável interrogarmo-nos o que é que os aproxima ou os afasta dos paradigmas propostos por Capurro. Há, desde logo, uma distinção evidente: Capurro amarrou os seus paradigmas ao campo (natureza e evolução) da C.I., enquanto o modelo proposto por Burrell e Morgan parece identificar-se mais com a preocupação de recensar as diferentes “escolas” ou “correntes” através das quais a informação pode ser vista e enfatizada. Ambos usam a noção khuniana de paradigma e mais uma vez fica a dúvida sobre o proveito científico de um uso operatório demasiado livre e elástico, inclusivamente se não será mais vantajoso estabelecer uma nítida separação conceptual entre paradigma e teoria científica.

Mas, mais importante que a caracterização paradigmática é a abordagem problemática do fenómeno da informação proposta por Ilharco, mesmo que este autor se recuse a explicar num item ou num parágrafo do seu livro com todos os recursos e detalhes o que entende ou como define este fenómeno. Em vez de respostas, Ilharco enumera, bastante bem, perguntas, distribuídas por dezenove problemas, desencadeados a partir de um problema fundador — *Um problema fundador ou um bom problema deve assentar a sua pertinência pelo menos numa boa dose de auto-evidência. Deve tratar-se de uma questão claramente identificada, muito rica em consequências, razoavelmente fácil de entender, mas difícil de resolver, solucionar ou decifrar, mas ainda assim acessível à investigação. O problema da informação — o que é a informação, quais as suas características, aspectos, essência, manifestações, relacionamentos, possibilidades, etc. — é uma questão que obedece ao enquadramento exposto, o qual (...) assenta numa única e poderosa questão: o que é a informação?*⁶⁴

Os problemas recensados, por Fernando Ilharco, a partir deste genuíno problema fundador são:

- a) *problema ontológico*: Qual a natureza da informação? O que é a informação? O que é essencial ao fenómeno da informação para que seja tal como é? O que é a essência da informação? Poderá definir-se, detalhar-se, fragmentar-se a informação nas suas partes constitutivas? Será a informação um fenómeno total e indivisível?⁶⁵

⁶³ Cf. ILHARCO, Fernando — *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003, p. 49-50.

⁶⁴ Cf. Ibidem, p. 57.

⁶⁵ Cf. Ibidem, p. 58.

- b) *problema epistemológico*: Como reflectir acerca do modo como buscamos conhecimento (seja qual for o entendimento que tenhamos do acto de conhecer) sem antes esclarecer a natureza da própria informação que acedemos na tentativa de obter conhecimento? Será possível pensar a epistemologia sem pensar a informação? Quais as abordagens, métodos e técnicas que poderão ser usadas para investigar adequadamente o fenómeno informação?⁶⁶

- c) *problema da realidade*: Que relação existe entre a informação e a realidade? É a informação realidade? O que é a realidade da informação? Pode o real ser informacionalizado? O que é a representação? Que tipo de correspondência há entre a informação e aquilo a que ela se refere? Que relação existe entre informação e o sujeito? E entre o sujeito e a realidade?⁶⁷

- d) *problema da verdade*: A verdade ou o ser verdadeiro, correcto, é uma característica da informação? O que é a desinformação? A desinformação é informação? Qual a relação entre informação, verdade e acção? Dando como certo a informação informar terá consequências e quais? Qual a relação entre informação, probabilidade e certeza?⁶⁸

- e) *problema do ser*: Que relação há entre informação e ser? O ser e a informação podem ou não ser ditos de muitas, mas das mesmas formas? Que relação há entre uma noção, um conceito ou um fenómeno e o outro? Será essa eventual relação accidental ou essencial? O que é a informacionalização do ser?⁶⁹

- f) *problema dos níveis de abstracção*: O relógio informa-nos sobre as horas, um livro informa-nos sobre determinado assunto, a reflexão informa-nos também sobre isto ou sobre aquilo. A que níveis de abstracção se coloca cada uma dessas informações?⁷⁰ E a que níveis de abstracção pode ser considerada a investigação do fenómeno da informação?

- g) *problema dos dados*: O que são dados? O que é um dado? Qual a distinção de informação de dados? A informação será dados com significado e os dados serão informação sem significado? O que é o significado e que relação tem com os dados e a informação?⁷¹

- h) *problema do conhecimento*: Qual a relação entre informação e conhecimento? O que é o conhecimento? É possível ser humano, estar no mundo, sem conhecimento? O que vem primeiro — os dados, a informação ou o conhecimento? E será que esta questão faz sentido, que nenhum destes fenómenos pode preceder o outro?⁷²

⁶⁶ Cf. Ibidem, p. 59.

⁶⁷ Cf. Ibidem, p. 60-61.

⁶⁸ Cf. Ibidem, p. 61.

⁶⁹ Cf. Ibidem, p. 62.

⁷⁰ Cf. Ibidem, p. 62.

⁷¹ Cf. Ibidem, p. 63.

⁷² Cf. Ibidem, p. 64.

- i) *problema da acção*: que relação há entre informação e acção? Para que serve a informação? Agimos com base em informação? Com base em conhecimento? O que é a acção? A acção precede a informação ou é o contrário? O que é uma acção informada e uma acção não informada? Para que somos ou queremos ser informados? O que é uma informação útil? Estará a informação relacionada com a diminuição da incerteza como foi postulado pela teoria de Shannon e Weaver? Ou estará também relacionada com o aumento da incerteza? Qual o papel da acção, do sujeito, do passado e do futuro no fenómeno da informação?⁷³
- j) *problema da comunicação*: O que é a comunicação? Será a comunicação a transmissão da informação? Será a recepção ou a captação de informação sempre dependente do sujeito que a capta, do contexto em que acontece, do futuro a que se destina? Qual a relação entre os fenómenos da informação e da comunicação? De que forma se relaciona a comunicação com a acção? De que forma a informação surge da comunicação? Ou de que forma a comunicação surge da informação? Que implicações tem a penetração das novas tecnologias no domínio da comunicação? De um ponto de vista ontológico qual o papel, o lugar e os contornos da comunicação?⁷⁴
- k) *problema da linguagem*: Qual a relação entre linguagem e informação? Surge a informação na linguagem ou a linguagem na informação? Algum destes fenómenos é transparente e não obstrutivo? Ou algum deles é criador da realidade, do que conta, do que nos afecta, motiva e envolve?⁷⁵
- l) *problema da inteligência artificial*: O que é a inteligência e o que é a inteligência artificial? Qual a relação da informação com ambas? A inteligência artificial trabalha com dados ou com informação? Qual a diferença entre inteligência artificial e conhecimento? Quais os processos típicos da inteligência artificial no respeitante à informação? Qual a relação da inteligência artificial e a acção humana? Como pode a informação ser considerada face à dicotomia clássica mente-corpo?⁷⁶
- m) *problema da utilidade*: Se considerarmos que a informação fundamentalmente informa o que é informar ou ser informado? Qual a sua utilidade? É a utilidade essencial à informação? O que é a utilidade? Qual a relação da informação com a utilidade e com a acção? A informação depende da utilidade? E a utilidade como critério, guia a acção?⁷⁷

- n) *problema da mudança*: Qual a relação entre a informação e a mudança a todos os níveis (culturais, políticos, sociais, organizacionais e até individuais)? Dependerá a informação da mudança ou a mudança da informação?⁷⁸
- o) *problema da tecnologia em geral*: Que relação há entre a eficiência tecnológica e a informação? Será a eficiência um processo de informação? Ou será a conceptualização da informação um processo tecnológico?⁷⁹
- p) *problema da tecnologia de informação e comunicação (TIC)*: O que é a tecnologia de informação e comunicação? Qual o carácter tecnológico da informação? O que é informacional na tecnologia? Como se conectam no mesmo fenómeno das TIC os fenómenos tecnologia, informação e comunicação? Podemos considerar, por exemplo, TIC o telescópio de Galileu?⁸⁰
- q) *problema da informação tecnológica como contexto*: à medida que mais organizações partilham o background da informação e comunicação tecnológica, mais provável é que as organizações que se mantêm à margem deste "novo mundo", por opção ou por incapacidade de o absorverem, venham a enfrentar crescentes desvantagens competitivas?⁸¹
- r) *problema ético*: Emerge das profundas mudanças de comportamento, de estruturas, de valores, de estratégias e de poderes provocadas e relacionadas com a difusão das TIC e desmultiplica-se em várias questões como a da dignidade da pessoa humana, do respeito pelos direitos dos profissionais, do respeito pela privacidade da vida pessoal de cada um, da responsabilidade social, da solidariedade e, entre outras, da partilha de valores com a comunidade onde vivemos.⁸²

Não podíamos deixar de reproduzir este extenso elenco de problemas, embora nem todas as questões ilustrativas nos pareçam adequadas ou bem articuladas com o problema respectivo. De qualquer modo, trata-se de um núcleo de problemáticas essenciais que podem e devem ser abordadas por uma Ciência da Informação, situada claramente no campo das Ciências Sociais e afirmada com base na confluência e na interacção transdisciplinares de práticas/disciplinas como a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e a Informática aplicada à Gestão da Informação nas mais diversas Organizações.⁸³

Operamos, assim, uma espécie de "confiscação" das questões que Ilharco inseriu na emergente *Filosofia da Informação* e que nos parecem indissociáveis do objecto material da C.I. em evolução, construção e em curso de validação nas próximas décadas.

⁷³ Cf. Ibidem, p. 64-65.

⁷⁴ Cf. Ibidem, p. 65.

⁷⁵ Cf. Ibidem, p. 65-66.

⁷⁶ Cf. Ibidem, p. 66-67.

⁷⁷ Cf. Ibidem, p. 67.

⁷⁸ Cf. Ibidem, p. 68.

⁷⁹ Cf. Ibidem, p. 69.

⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 69-70.

⁸¹ Cf. Ibidem, p. 70.

⁸² Cf. Ibidem, p. 70-71.

⁸³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 79-128.

Reconfigurando o dito objecto à luz dessas questões o esforço popperiano de António Miranda fica muito aquém da complexidade que está em jogo e sobressai também a prevenção de não confundir ciência com actividade profissional. Com efeito, as competências e tarefas de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e gestores de informação assentam numa herança secular, mas exigem um referencial teórico-metodológico consistente e específico que a C.I. deve obrigatoriamente disponibilizar.

4. Da questão ontológica à epistemológica — a Informação como objecto científico

A ênfase, posta por Fernando Ilharco, no problema fundador parece-nos acertada, mas já não perfilhamos a ideia do imperativo filosófico, pois entendemos tratar-se de um imperativo científico, ou seja, não pode desenvolver-se consistentemente uma C. I. sem uma aposta séria e empenhada na equação dos problemas ontológico e epistemológico.

A radical e elementar pergunta “o que é a informação?” implica uma resposta adequada e urgente, sem a qual a C. I. não passará nunca de um mero equívoco académico e de um artifício corporativo (ao serviço de determinado grupo sócio-profissional). E se não conseguirmos validar epistemologicamente uma C. I. capaz de estudar e de ajudar a resolver problemas relacionados com o fenómeno humano e social da informação globalmente considerado, não serão as pesquisas sociológicas sobre a *Sociedade da Informação*, nem tão pouco a *Filosofia da Informação* que poderão assumir, com proveito, a tarefa específica e ousada de, por um lado, identificar a sua especificidade humana/social e, por outro, articular as suas múltiplas facetas ou tipos (desde a oralidade ao desenho ou à pintura e desde a representação mental intimista à produção e circulação nos mais diversos contextos de conteúdos orgânicos e estratégicos) através de um programa de pesquisas vasto, continuado, sistemático e inevitavelmente aberto a uma fecunda via interdisciplinar com outras Ciências Sociais e de outros campos epistémicos.

Concentremos, pois, toda a atenção nos problemas ontológico e epistemológico tendo em conta o que ficou exposto nos dois itens anteriores. Ao longo da trajetória desenhada fomos deixando pistas e marcas que formam agora, com outros tópicos, o nosso posicionamento epistemológico sobre o binómio em pauta.

Por comodidade expositiva, e para uma maior inteligibilidade, seguiremos alinhados, numa sequência numérica, os resultados, mais ou menos provisórios, que é possível condensar no final deste ensaio:

1º - A análise monográfica e sinóptica, de Blanca Rodríguez Bravo, sobre a génese e a evolução do conceito de documento, tem o mérito indiscutível de sublinhar a intencionalidade comunicativa deste “objecto” que, em rigor, não constitui um semióforo, tal como é definido por Pomian, porquanto mantém sempre intacta a função original de ser lido e interpretado, inerente à natureza do conteúdo (qualquer que ele seja) registado num suporte material, físico. A essência do documento está, pois, naquilo que o faz ser como é, ou seja, no conteúdo, na informação. E, se levarmos, analiticamente, até às últimas consequências, a tónica da intenção comunicativa, temos de concluir que o documento é a cristalização através de registo tecnológico (fixar a escrita na pedra, no papiro, no pergaminho, no papel ou fixar texto e imagens num suporte digital) de uma intenção comunicativa

que potencia uma efectiva situação comunicacional e, portanto, pode-se e deve-se inserir o binómio Documento - Informação no interior de outro mais abrangente — o binómio Informação-Comunicação. Decorre, aliás, daqui uma interessante implicação epistemológica: a pretensa Ciência da Documentação tem, pelo menos, de estar integrada no campo específico das Ciências da Informação e Comunicação, embora nós pensemos que se pode e deve ir mais longe através da consolidação a médio/longo prazo de uma homogénea (mas plural na sua transdisciplinaridade interna) Ciência da Informação/Comunicação, relativamente autonomizada da Sociologia, da Psicologia, dos Estudos literários e Jornalismo, das Artes Visuais e Técnicas Publicitárias, da Gestão e das Ciências da Computação.

2º - Blanca Rodríguez Bravo defende, por outro lado, no seu livro o pressuposto de que o conceito de documento não pode depender do conceito de informação, porque esta só ocorre numa situação determinada pelo receptor e sua subjectividade, ou seja, só há informação quando um utilizador concede ao conteúdo de uma mensagem uma utilidade capaz de lhe alterar o seu estado de conhecimento. Conceção equivocada que parece negar ao documento o estatuto de mentefacto⁸⁴ e que se firma na apregoada distinção entre dados (elementos sem significado), informação (significado estático e útil) e conhecimento (produção de novos significados). Uma distinção baseada apenas no senso comum e não em resultados credíveis e recentes das ciências cognitivas, entre outras, portadoras de achegas importantes para a revisão deste importante tópico. E, além disto, ocorre lembrar o que sustentamos noutro ensaio⁸⁵: a actividade cerebral/cognitiva de uma pessoa distingue-se, do ponto de vista fenomenológico, da formulação e da expressão/transmissão da informação (conteúdos mentais codificados) que é sinónimo de conhecimento explícito⁸⁶ e que pode ser também sinónimo de dado, desde que este não corresponda a sinais, traços ou dígitos procedentes da realidade animal e natural por mediação mecânica/tecnológica (um electroencefalograma, um cardiograma, uma imagem de satélite, um registo sismográfico, etc., etc.). Neste caso dado remete para uma outra raiz ontológica.

⁸⁴ Abarca todo o produto informacional com diferentes variações de código e estilo e foi, assim, refocado como monumento por Jacques Le Goff, mas com uma elasticidade semântica muito permissiva a situações difusas que carecem de clarificação. Através da noção de monumento o historiador pode dizer que extrai informação de um texto escrito e de um fragmento de cerâmica. No entanto e se tivermos em atenção a definição do fenómeno humano e social exposta a seguir no ponto 3º deste elenco de proposições, um texto escrito, uma sequência de contas ou equações matemáticas, uma fotografia, um organograma, um desenho, uma pintura e uma partitura de música ou um cd musical constituem manifestações desse mesmo fenómeno (que designamos por informação), ao passo que um fragmento de cerâmica ou uma pedra ou um bocado de madeira não é, mas suscita informação. É, no entanto, muito comum e muito espontâneo confundir ser informação com suscitar (a um sujeito humano) informação.

⁸⁵ SILVA, Armando Malheiro da — Conhecimento/Informação: sinónmia e/ou diferenciação. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) — *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*, ob. cit.

⁸⁶ Em vez da fórmula simplista e equivocada do ponto de vista dos ensinamentos da Psicologia e das Neurociências: informação + experiência = conhecimento; propomos outra mais complexa e mais consentânea com a literatura científica disponível: mente + acção + meio/vivências = informação/conhecimento.

3º - Se é verdade que a noção de documento apresenta uma carga denotativa mais clara, também é certo que o conceito informação se “perde” e “afunda” numa enorme porosidade conotativa, sendo aplicado a uma extrema variedade de fenómenos e de situações. O resultado desta estratégia instavelmente re-significadora está patente no perturbador impacto da teoria de Shannon e Weaver, e pode captar-se em toda a sua extensão, em textos de síntese, como é o verbete da *Enciclopédia* assinado por Anthony Wilden. Consideramos, por isso, que é um equívoco querer definir o conceito de informação, com o intuito generalista de abarcar todas as acepções criadas, desde que o termo passou a ser usado e a generalizar-se. A alternativa ao equívoco, ainda predominante, consiste não na proposta de Jaime Robredo, em distribuir atributos, resultando desta operação fragmentadora um infinito sortido de possibilidades — a informação científica e técnica, a informação codificada, a informação social, a informação estratégica, a informação genética, etc. —, o que, bem vistas as coisas, não resolve, antes multiplica em parcelas o mesmo equívoco, mas consiste, pelo contrário, em definir, de acordo com os preceitos científicos⁸⁷, algo (uma propriedade, um objecto, um acontecimento, um fenómeno ou uma situação) escolhido como alvo de estudo e de pesquisa por uma determinada disciplina científica. Foi, aliás, esta a perspectiva adoptada pelos autores de *Das “ciências” documentais à ciência da informação* ao definirem informação como um **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda, magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**⁸⁸.

4º - A definição exposta, a que aderimos⁸⁹, é, naturalmente, uma resposta possível ao problema ontológico cartografado por Fernando Ilharco e surge completada por um elenco de propriedades gerais ou universais⁹⁰, sugeridas por Harold Borko na sua definição de Ciência da Informação publicada em 1968⁹¹, que balizam intrinsecamente o fenómeno, pelo que só podem ser confirmadas, alteradas

⁸⁷ Ver sobre conceitos e definições científicas a súmula explicativa de FACHIN, Odília — *Fundamentos de metodologia*, ob. cit., p. 89.

⁸⁸ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 37.

⁸⁹ Mas com uma objecção radicada na hipótese de a investigação em curso em inteligência artificial, robótica e vida artificial vir a emular por inteiro o comportamento humano cognitivo e emocional. A leitura atenta, por exemplo, de EVANS, Dylan — *Emoção: a ciência do sentimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p. 129-157, suspende-nos em total expectativa face a um futuro cada vez mais depressa presente.

⁹⁰ São para já seis: *estruturação pela acção humana e social - o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação; integração dinâmica - o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção; pregnância - enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação; quantificação - a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente; reprodutibilidade - a informação é reproduzível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e transmissibilidade - a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável*. Cf. Ibidem, p. 42.

⁹¹ Ver Ibidem, p. 53-54.

ou negadas através do normal e prolongado processo de investigação polifacética da C. I. e de importantes momentos de síntese, associados ou não a crises/alterações paradigmáticas.

5º - As implicações epistemológicas dessa definição, que resulta de um nítido esforço de demarcação ontológica do objecto da C.I., são variadas, mas aqui avulta sobretudo a necessidade de reexaminarmos, à luz de um objecto menos difuso e mais confinado a limites precisos (só é informação/conhecimento o que for produzido mentalmente pelos seres humanos⁹² através de uma variedade de códigos - gestual, verbal, numérico, musical, geométrico e cromático - e potencialmente comunicado entre eles), os paradigmas de Rafael Capurro. Um reexame que nos leva a suspeitar da artificialidade desses paradigmas e a considerar a função clássica da Biblioteconomia, da Documentação e da Arquivística (meras práticas de descrição e normalização do acesso a conteúdos) como pré-paradigmática em termos científicos, ou então abrangida somente por um paradigma pré-científico: o paradigma técnico e empírico-patrimonialista⁹³. E nos obriga a um investimento exigente no aparelho metodológico (adopção do método quadripolar⁹⁴).

6º - Os autores de *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, partindo da definição que propõem, postulam a informação como fenómeno e processo, mas esta última noção operatória carece de uma explicação que ainda não foi dada com clareza. De uma forma simples pode dizer-se que a informação é o fenómeno gerado na mente humana e que ao sair do sujeito fica submetido a um processo natural de reprodução (uma das propriedades do fenómeno) e de transmissão/comunicação (outra propriedade do fenómeno), mas a comunicação só ocorre efectivamente dentro das condições semióticas e hermenêuticas verificáveis numa situação de pleno *interface* emissor-receptor. O processo é, em suma, a passagem ou o *intermezzo* da produção informacional para a consumação comunicacional, onde se consuma a fruição e a reelaboração semântica (a questão hermenêutica ou interpretativa e a questão da verdade da mensagem e/ou da autenticidade do contexto de (re)produção situa-se aqui e a C.I. não pode ser-lhes indiferente). E o documento é a cristalização operada nesse *intermezzo*. Por exemplo: a transmissão em directo de um noticiário televisivo está a ser gravada e desta simples e rotineira gravação nasce um/o documento, enquanto a interacção comunicacional com o público está a acontecer num outro espaço e pode até vir a acontecer em outros tempos através de sucessivos visionamentos daquele noticiário através da cassete-vídeo com o respectivo registo/gravação.

⁹² É preciso, no entanto, ter atenção à objecção referida na nota 49.

⁹³ Ver Ibidem, p. 153; e Idem - Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação, art. cit., p. 65-66.

⁹⁴ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 84-121.

7º - Outra implicação importante da definição aceite é a valorização do contexto de acção e de produção informacional e de consumação comunicacional, deixando, por isso, de fazer sentido distinções sensoriais como a que Blanca Rodríguez reproduz entre, por exemplo, livro ou artigo de um periódico e *documento de arquivo*, porque as diferentes manifestações do fenómeno informação por muito vincadas/específicas que sejam não chegam para negar a homogeneidade ontológica do mesmo. Dito por outras palavras: se a C. I. eleger o seu objecto material como aquele fenómeno poliédrico produzido mentalmente e partilhado socialmente, a C. I. compromete-se, do ponto de vista epistemológico, a compreender e a relacionar entre si as diferentes manifestações (do texto verbal literário ou administrativo até à pintura) desse fenómeno a fim de as tornar acessíveis (em memória), recuperáveis e utilizáveis sejam quais forem os contextos e os objectivos de uso. Pressente-se aqui uma finalidade ideológica para a C. I. que deve vir a ser cuidadosamente discutida pelos seus praticantes: indagar cientificamente as condições humanas e sociais de produção, de memorização, de recuperação, de fruição/uso e de reprodução da massa universal de mentefactos (textos, equações e números, partituras musicais, quadros, figuras geométricas ou, usando outra terminologia mais comum e genérica, as letras, as artes, a técnica, a ciência...) onde se projecta indelevelmente o devir da Humanidade.

8º - De todos os problemas recenseados por Fernando Ilharco, e para lá do ontológico e do epistemológico (que arrastam consigo outros - o da realidade, o da verdade, o do ser, o dos níveis de abstracção, o dos dados, o do conhecimento, o da acção, o da comunicação e o da linguagem), consideramos, naturalmente ínsitos a um programa alargado de pesquisa em C. I., os problemas da inteligência artificial, da utilidade, da mudança, da tecnologia em geral e da TTC em particular, da informação tecnológica como contexto e o ético. Um programa aberto a uma fecunda interdisciplinaridade que privilegie, naturalmente, o campo das Ciências Sociais. Recusamos a C. I. como interdisciplina (vemos esta ideia como um absurdo pós-moderno), mas entendemos que ela depende vitalmente de uma intensa prática interdisciplinar pelo simples facto de que o seu fenómeno-objecto é também estudado e aproveitado parceladamente por uma multiplicidade de Ciências.

5. Ponto de recomeço...

No estado actual das reflexões e das pesquisas sobre o objecto material da C. I. é, sem dúvida, bastante pretensioso querer concluir. Urge, por isso e ao invés, prolongar e aprofundar mais e mais o debate e a análise com o objectivo construtivo de afirmar e de consolidar o estatuto paradigmático deste campo científico, no quadro, claro está, das Ciências Sociais.

Em vez de um ousado e fictício ponto de chegada, devemos, afinal e tão só, proclamar a promessa e o incentivo de um recomeço em espiral, que signifique, na prática, o relançamento possível da deambulação exploratória aqui exposta com novas metas, mais ricas e mais complexas, rumo a uma compreensão mais completa e universal. A lição de Penélope inspira e inspirará sempre o que entendemos ser a lógica intrínseca do trabalho científico, racional e exigente.

A ARQUITECTURA DOS ARQUIVOS: REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE ORDEM ORIGINAL*

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

João Vieira

Arquivista

Licenciado em História e Pós-graduado em Ciências Documentais – Arquivo

Chefe da Divisão de Arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios

e Monumentos Nacionais (Portugal) jvieira@dgemn.pt

RESUMO

As novas condições tecnológicas que assistem a produção, a gestão e a utilização de documentos e arquivos forçaram, na opinião de alguns estudiosos da Diplomática e da Arquivística, a um retorno às origens, a um repensar dos conceitos fundacionais desta última ciência e técnica.

Através deste trabalho procuro apresentar uma visão crítica sobre a forma como o conceito de Ordem Original e outros com ele relacionados têm sido formulados e postos em prática pela comunidade arquivística em geral. É ainda objectivo deste texto expor a minha posição pessoal sobre o assunto.

ABSTRACT

The new technological conditions that assist the creation, the management and use of records have forced the archival community to discuss and review some of the fundamental concepts of Archival Science. With this paper I intend to present a critical analysis of the way the concept of Original Order has been formulated and used within the archival community, as well as my own perspective on this issue.

PALAVRAS-CHAVE - Ordem original; Proveniência; Novas tecnologias.

"Arquivo é um conjunto orgânico de documentos...". Todos sabemos de cor esta verdade incontestada da Arquivística¹ contemporânea. Estamos habituados a que figure com destaque em qualquer definição de arquivo. O atributo da *organicidade*² tem, de facto, desempenhado desde sempre um papel central na identificação genética dos arquivos.

Elio Lodolini, por exemplo, apresenta uma sugestiva imagem para explicar o carácter orgânico do arquivo:

* Comunicação apresentada ao VI Congresso de Arquivologia do Mercosul: Arquivos - o saber e o fazer, Campos do Jordão (SP), Brasil, de 17 a 20 de Outubro de 2005 sob o título: "Princípios arquivísticos: sua (re)definição e seu papel no contexto das novas tecnologias"

*"L'archivio può essere paragonato ad un monumento, a formare il quale non bastano le pietre o i mattoni e magari i preziosi marmi e bassorilievi di cui il monumento è composto: essenziale è anche, e soprattutto, la disposizione delle pietre in un certo ordine, cioè l'idea del progettista che ha ideato e realizzato quel monumento."*³

*Lo stesso discorso vale per un archivio, che è ben diverso dalla somma dei documenti che lo compongono, ma è (...) il complesso organico di quei documenti più il complesso organico di tutte le relazioni reciproche che esistono fra i documenti medesimi, ciascuno dei quali perciò può assumere uno ed un solo posto nel complesso."*³

Esta analogia ao mesmo tempo simples e poderosa entre arquitectura e arquivos sempre teve para mim a vantagem de sublinhar como nenhuma outra o carácter sistémico e artificial do objecto arquivístico. O arquivo simultaneamente como:

- o conjunto dos documentos produzidos "naturalmente"⁴ no decurso das actividades de uma qualquer entidade e
- conjunto das relações recíprocas estabelecidas entre esses documentos:
 - umas automaticamente, necessariamente, traduzindo a sucessão "natural" e ordenada de actos e formalidades procedimentais que esses registos documentam e ou suportam,
 - outras, ao invés, intencionalmente, ao serviço de uma ideia criadora, de um projecto construtivo concreto, como elementos aglutinadores de um edificio documental / informativo com o contexto, a estrutura e o conteúdo considerados, num dado momento, os mais adequados para servir, com eficácia, determinados desempenhos funcionais.

Todavia, é o próprio Lodolini que, à primeira vista, noutras passagens da mesma obra, trata de refrear esta minha abusiva interpretação da sua analogia quando refere que a ordem por que os documentos se dispõem num arquivo respeita necessária e directamente a ordem da produção dos mesmos no decurso de

¹ N.B. em Portugal não é comum o uso do termo Arquivologia; o termo Arquivística é, em geral, utilizado indistintamente no sentido da ciência e da técnica que têm por objecto os arquivos.

² O termo Ordem Original é aqui considerado na sua acepção mais ampla, de modo a abranger não só a ordenação dos documentos individuais e compostos como também a estrutura de organização do próprio arquivo, incluindo a das unidades arquivísticas que o integram aos mais diversos níveis.

³ Lodolini, Elio, *Archivistica: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli, 1987, p.150. Tradução do autor: "O arquivo pode ser comparado a um monumento, para cuja edificação não bastam as pedras, os tijolos ou talvez até os preciosos mármore e baixos-relevos que o compõem: é igualmente essencial, e acima de tudo, a disposição das pedras numa certa ordem, ou seja, a ideia do projectista que concebeu e realizou esse monumento." O mesmo discurso vale para um arquivo, que é bem diferente da soma dos documentos que o compõem, antes sendo (...) não só o complexo orgânico desses documentos mas também o complexo orgânico de todas as relações recíprocas que existem entre os próprios documentos, cada um dos quais podendo assumir, pois, um e apenas um lugar nesse complexo (...).

⁴ A discussão sobre o carácter natural ou artificial da produção documental é aqui propositadamente afastada.

uma actividade. A ordem dos arquivos será, portanto, segundo aquele teórico, uma ordem natural, espontânea, involuntária. Ao contrário da ordem em arquitectura, que é, inevitavelmente, uma ordem artificial, construída de acordo com um projecto, uma ideia. Escusando-me, por agora, de explorar o aparente paradoxo de Lodolini, importa verificar que, na verdade, todas as concepções de arquivo espelhadas pela produção teórica da Arquivística e, em consonância, importantes opções de intervenção técnica no território arquivístico por todo o mundo se fundam na ideia de que o vínculo arquivístico corresponde exactamente ao vínculo estabelecido entre os documentos no momento da sua produção, no decurso ou desenvolvimento de uma determinada actividade ou função.

Poderia apresentar múltiplos exemplos do que acabo de dizer. Limito-me, contudo, por razões de economia de discurso, a citar apenas três conceituados autores de épocas e origens geográficas distintas:

Hilary Jenkinson (1949) – "(...) archives are not documents collected artificially, like the objects in a museum (...) but accumulating naturally in offices for the practical purposes of administration."⁵

Robert-Henri Bautier (1961) – "[o arquivo] découle, en quelque sorte automatiquement, des activités quotidiennes d'une administration publique (...) d'une famille ou d'un particulier. Les documents se déposent dans les archives exactement comme se forment les sédiments des couches géologiques, progressivement, constamment."⁶

Luciana Duranti (2003) – "Archival bond (...) the necessary link that each record has with the records belonging to the same aggregation, arising at the moment of creation and determined by the function that the record is meant to fulfil. This incremental network of relationships gives meaning to a record, identifies it, and authenticates it by placing it in perpetuity in a unique location among the records of the archival fond."⁷

Quais as razões para tão ampla e persistente unanimidade no conjunto da comunidade arquivística? Em primeiro lugar, a justificada necessidade de definir com clareza o objecto da Arquivística enquanto ciência e técnica, por oposição aos objectos da Biblioteconomia e da Museologia, enfatizou desde sempre o carácter natural da orgânica do arquivo em contraposição com a noção de colecção bibliográfica ou museológica, conjunto de documentos reunidos de acordo com um critério artificial, subjectivo, da responsabilidade do coleccionador. Depois, a tese segundo a qual a salvaguarda da relação entre um documento e o respectivo

⁵ *Op. cit.*, p. 172. Tradução do autor: "(...) arquivos não são documentos coligidos artificialmente, como os objectos num museu (...), mas sim documentos acumulados naturalmente em escritórios por razões práticas de administração."

⁶ *Op. cit.*, p. 172. Tradução do autor: "[o arquivo] deriva, de alguma forma automaticamente, das actividades quotidianas de uma administração pública (...), de uma família ou de um particular (...). Os documentos depõem-se nos arquivos exactamente como se formam os sedimentos das camadas geológicas, progressivamente, constantemente."

⁷ Duranti, Luciana, "More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era" in *Cadernos BAD*, 2/2003, p. 8. Tradução do autor: "O vínculo arquivístico [é o] (...) necessário elo que liga um documento a outros pertencentes à mesma agregação, surgindo no momento da produção e sendo determinado pela função que o documento deve cumprir. Esta rede incremental de relações atribui significado ao documento e confere-lhe autenticidade, ao colocá-lo para sempre num único lugar entre os documentos de um fundo de arquivos."

contexto administrativo de produção é condição essencial para garantir, no tempo, a qualidade diplomática desse mesmo documento – ou seja, a sua integridade e autenticidade –, veio reforçar a importância e o estatuto de aparente inevitabilidade da ordem natural nos arquivos. Por fim, a distância física e temporal que normalmente separa a fase definitiva de um arquivo do momento da sua produção acaba por condicionar a forma como esse mesmo arquivo é percebido enquanto objecto de conhecimento e de acção por parte da maioria dos profissionais. Estes, nem sempre munidos dos conhecimentos e das técnicas que os habilitem a reconhecer, compreender e respeitar estruturas documentais muitas vezes desmaterializadas, erigidas de acordo com “inusitados” sistemas, métodos, processos e tecnologias de construção com o propósito de responder a “insondáveis” lógicas e necessidades funcionais, tendem, compreensivelmente, a valorizar em exclusivo as componentes mais básicas e intuitivamente perceptíveis desses conjuntos documentais: os documentos eles próprios e a sua relação com os actos e actividades que documentam ou suportam.

Discordo, porém, em absoluto desta concepção naturalista, ou, se se preferir, determinista da ordem dos arquivos.

Em primeiro lugar porque, desde logo, arquivar um documento (ou seja, integrá-lo num sistema de arquivo) não é, em rigor, ao contrário do que a maioria de nós estará habituada a considerar, uma operação mecânica, automática, inevitável, natural⁸. Trata-se de um acto administrativo e, como tal, tanto a sua forma, como a sua substância, como ainda a sua utilidade são susceptíveis de crítica. A decisão de arquivar um documento ou um tipo de documentos deverá resultar de uma avaliação da necessidade de manter no tempo a eficácia desse documento ou tipo de documentos enquanto instrumento de prova e/ou de informação quer relativamente ao acto/facto político, administrativo, técnico, etc. que lhe deu origem ou que suporta (valor primário), quer em relação a qualquer outro aspecto superveniente (valor secundário)⁹.

Depois porque se é certo que um dos objectivos primordiais do arquivista consiste em tornar explícita e persistente a relação entre os documentos e os correspondentes contextos administrativos de produção como uma das estratégias para *conservar*, no tempo, os atributos essenciais desses documentos – designadamente a sua integridade e o seu carácter autêntico – e, dessa forma, promover a sua eficácia como instrumentos de prova e informação, será certamente errado considerar que a *ordenação física* dos mesmos respeitando a sequência da sua produção – ordenação essa alicerçada ou não numa *classificação* de base funcional – seja

⁸ Cabe aqui lembrar a distinção que no contexto da gestão documental anglo-saxónica vulgarmente se faz entre *Document* e *Record*, sendo este último o documento cuja eficácia diplomática a administração verifica ser necessário fazer perdurar no tempo, atribuindo-lhe, por isso, o estatuto de “documento de arquivo”, ou seja, integrando-o num arquivo.

⁹ Existe uma estreita relação funcional entre o acto/facto representado e o registo que o representa ou institui. Nessa perspectiva, os registos podem classificar-se, simultânea ou sucessivamente, nas seguintes categorias: *registos dispositivos* (instituição de factos); *registos instrumentais* (comunicação, transmissão de dados e informações); *registos probatórios* (testemunho, memória, prova de factos ou actos). Ver Duranti, Luciana, *Diplomatics: new uses for an old science*. Chicago: Scarecrow Press, SAA e ACA, 1998. A *eficácia* de um registo é, pois, determinada pela forma como a referida relação funcional se produz e conserva no tempo. A existência ou não do referido processo de avaliação, a forma como se processa e a eficácia e eficiência dos seus resultados variam, como é óbvio, em função do contexto civilizacional, sócio cultural, político, administrativo e legal em que decorre.

o único método para o atingir. A história das práticas arquivísticas é fértil em exemplos de como essa relação essencial entre documento e seu contexto administrativo é muitas vezes produzida com recurso, por exemplo, à *descrição* e à *indexação*. Nestes casos, a ordem natural de um arquivo é assegurada de forma intelectual, ou seja, indirectamente, através de instrumentos de descrição e de índices, enquanto que a classificação, reproduzida ou não pela ordenação física, é usada para arquitectar e escorar outras ordens, por vezes múltiplas ordens, ordens projectadas e construídas para fazer face a necessidades e contingências específicas de conservação¹⁰, acesso e utilização de documentos e informação que, de outra forma, através da *acumulação* natural dos documentos, por exemplo, não seriam satisfatoriamente acauteladas.

Depois, e em consonância com o que acabo de dizer, porque também não considero correcto o argumento de que a perspectiva Actividade / Função seja sempre aquela que melhor se adequa à estruturação da ordem dos arquivos, supostamente por ser a que melhor acomoda e representa a sucessão ordenada dos actos e formalidades que os documentos registam e ou suportam. Amiudadas vezes se constata que a(s) perspectiva(s) que determinada organização privilegia para garantir uma maior eficácia na recuperação, acesso e utilização dos documentos por si produzidos e recebidos no âmbito de uma determinada acção difere(m) da especificamente funcional¹¹. Encontramos, de facto, muitos casos em que, entre muitas outras hipóteses, é, por exemplo, o *tipo de objecto* da acção:

- edifício
- entidade / pessoa
- bem móvel
- produto
- circunscrição geográfica
- actividade
- (...),

conjugado ou não com determinados *atributos* desses mesmos objectos, (como sejam, por exemplo, no caso de um edifício:

- tipo funcional de arquitectura
 - arquitectura judicial
 - arquitectura religiosa
 - arquitectura residencial
 - (...)

¹⁰ Conservação é aqui entendida com o sentido original de preservação dos atributos diplomáticos dos documentos – integridade, autenticidade, etc. –, garantes da eficácia documental.

¹¹ A este propósito não deixa de ser curioso como certas análises históricas menos informadas ou mais desatentas sobre teoria e prática arquivísticas tendam a associar a utilização do critério funcional na organização dos arquivos a uma suposta fase científica e moderna dessa técnica.

- tipo estilístico
 - arquitectura gótica
 - arquitectura barroca
 - (...)
- localização geográfica
- (...)

que é considerado relevante para a constituição de unidades arquivísticas a qualquer nível da estrutura (arquivo / série / processo / ...).

Mas mesmo nos casos em que se considera a perspectiva funcional como o critério privilegiado para a construção da ordem de um determinado arquivo, concertado ou não com os critérios acima enunciados, ou outros, haverá ainda que aferir, dentro dessa mesma perspectiva, qual(is) a(s) faceta(s) funcional(is) que melhor servirá(ão) esse propósito. Com efeito, para além da clássica distinção entre funções-meio e funções-fim, diversos pontos de vista funcionais poderão ser usados para a estruturação da ordem de um arquivo. A título de exemplo:

- Tipo de actividade
 - Criação
 - Edição
 - Exposição
 - Conferência
 - Curso
- Estrutura da actividade
 - Acto
 - Acção
 - Projecto
 - Programa
- Fase do ciclo da gestão
 - Levantamento
 - Estudo
 - Planeamento
 - Execução
 - Controlo
- Objectivo funcional
 - Divulgação
 - Protecção
 - Remodelação
 - Cooperação
 - Valorização

Para além disso, haverá igualmente que ponderar a forma como a distribuição funcional ocorre no interior de uma organização. Com efeito, e ao contrário do que a referida concepção determinista parece sugerir ao fazer a defesa de uma ordem documental necessária e imperturbável, perfeitamente alinhada com o ritmo pendular das actividades das organizações, estas raramente agem como blocos monolíticos. Normalmente, as diversas unidades de uma mesma organização são susceptíveis de intervir numa mesma actividade, de acordo com a sua especificidade funcional. Essa interdependência funcional acaba por se traduzir num grau maior ou menor de interdependência informativa, o que também é altamente significativo na escolha da ordem a dar ao arquivo, dentre o leque de opções em presença. Todavia, o facto de agirem a partir de quadrantes hierárquicos e funcionais distintos dentro da mesma organização faz com que os seus objectivos e os seus pontos de vista sobre essa mesma actividade possam não ser coincidentes. E, se isso assim for, será inevitável que a forma como cada um processa e utiliza a informação de que necessita seja divergente e, por vezes, até incompatível. A este propósito, e a título de exemplo, importa lembrar que, em arquivos em suporte tradicional, a duplicação física de documentos, longe de resultar de uma situação de descontrolo ou má gestão documental, decorre, amiúde, da necessidade de multiplicar as linhas discursivas e de fornecer leituras e significados distintos a esse mesmo documento, no respeito pelas diferentes perspectivas ou necessidades de conservação e acesso previamente diagnosticadas. Ao contrário do que refere Duranti no excerto acima apresentado, um mesmo documento pode, de facto, integrar simultaneamente vários contextos arquivísticos. Nos casos em que não existe suficiente compatibilidade de pontos de vista quanto às necessidades e contingências de conservação, acesso e utilização de documentos por parte das diversas unidades funcionais dentro de uma organização não estará somente em causa a decisão quanto à ordem que melhor serve os distintos objectivos e necessidades em presença. Será igualmente forçoso considerar a possibilidade da criação e manutenção de diferentes arquivos especializados e autónomos do ponto de vista tanto da sua estrutura como dos desempenhos funcionais que procuram atingir e dos utilizadores a quem servem preferencial ou exclusivamente.

Não obstante, e conforme se advinha do que fica dito, a questão da ordem a dar ao edifício arquivístico não remete apenas para os problemas de natureza formal ou morfológica. Tal como, aliás, sucede com a criação arquitectónica, também com a obra arquivística a estrutura a projectar e construir, para além de procurar responder eficazmente às necessidades funcionais apuradas, deve ainda utilizar um sistema construtivo e aplicar as mais adequadas soluções técnicas e tecnológicas tendo em vista a estabilidade e a robustez dessa construção. A forma como o “arquitecto” do arquivo utiliza e, sobretudo, conjuga a utilização dos diversos instrumentos ou ferramentas técnicas que tem ao seu dispor para produzir e sustentar a referida ordem — seja a classificação, a ordenação física e a cotação, a indexação e ou a descrição — é, pois, de suprema importância para caracterizar essa mesma ordem. Ao contrário da ordem arquitectónica, que inevitavelmente traduz na dimensão física a ideia criadora do autor, a ordem arquivística não carece de ser materializada, ou seja, reproduzida na ordenação dos documentos. Com efeito, mesmo no paradigma tecnológico do papel e seus antecedentes encontramos inúmeros exemplos de arquivos ou de agregações arquivísticas de nível inferior — séries, processos — cuja estrutura organizativa não coincide, no todo ou em parte, com a ordem física dos documentos que os integram, encontrando-se explicitada tão-só na dimensão lógica, intelectual, através de um qualquer instrumento de descrição ou de indexação.

Em suma, o arquivo é formado pelo conjunto dos documentos que o integram, o conjunto das relações natural e artificialmente estabelecidas entre esses documentos e o conjunto dos instrumentos e dispositivos técnicos que os suportam. Este complexo coeso de diversos elementos interrelacionados caracteriza-se, essencialmente, por servir um objectivo comum: a conservação, o acesso e a utilização eficazes de documentos autênticos. Na medida em que releva determinados significados administrativos nos documentos que o integram, para além do sentido que lhes é conferido pelo lugar que ocupam na sequência da produção, o arquivo é também, em grande medida, um sistema de significação de documentos, ou seja, ele próprio um documento. É muitas vezes só através desse macro-documento, desse discurso definido pela ordem dada aos documentos, pelas relações arquivísticas projectadas e estabelecidas entre eles, que nos é possível surpreender a organização naquilo que ela tem de mais recôndito e, por vezes, inconsciente ou inconfessado, naquilo que constitui os traços essenciais do seu ser e do seu agir: a maneira como se prefigura a si própria, como se posiciona nos vários cenários que percorre, como considera os vários actores com que contracenam e os vários papéis que lhe são distribuídos ou que escolhe. E essa informação funciona, quase sempre, como contraponto do discurso escrito, formal. Por isso é historicamente muito relevante.

É óbvio que, como o arquitecto, também o arquivista¹² se confronta com determinadas condicionantes extrínsecas e intrínsecas ao acto projectual:

- a missão ou o papel definido para os arquivos no âmbito do sistema de informação organizacional:
 - recurso de prova e informação relativamente a uma dada transacção jurídica, facto, objecto ou ideia;
 - recurso de informação de apoio: i) ao processo decisório e à actividade administrativa e técnica da organização produtora, designadamente às funções de diagnóstico, estudo e investigação, concepção, planeamento, execução e controlo da execução; ii) à salvaguarda e valorização da identidade e da cultura organizacionais;
 - recurso de investigação científica e técnica para comunidades externas especializadas e fonte de fruição cultural para o público em geral (nestes casos, a organização considera que os seus arquivos não são só um recurso interno, assumindo que a sua disseminação junto de terceiros joga um papel directamente relevante tendo em vista a consecução do seu mandato institucional).
- os factores de natureza organizacional: missão, competências, actividades; grau de interdependência funcional e informativa; grau de sofisticação das necessidades de informação; relações formais de autoridade e responsabilidade; métodos de trabalho e normas de procedimento; implantação/distribuição geo-espacial das unidades orgânicas; cultura organizacional;

¹² Para efeitos deste texto, considera-se arquivista a pessoa (singular ou colectiva) ou o grupo de pessoas a quem cabe decidir a ordem a dar aos arquivos.

- as características intrínsecas e extrínsecas dos documentos e do conjunto documental: dimensão; qualidade/valor; frequência de utilização; tecnologias de registo; estado de preservação e conservação;
- a qualidade e a quantidade dos recursos aplicados na gestão dos documentos: recursos humanos, financeiros, tecnológicos, infraestruturais;
- as determinações legais de âmbito geral ou específico sobre produção, tramitação, conservação e comunicação de documentos.

Todavia, essas influências e condições estão longe de predeterminar em absoluto o resultado final. A qualidade e força criativas da obra, quer no caso do arquitecto, quer no caso do arquivista, dependerão, em última análise, da forma como, no quadro dessas condicionantes, tiverem sido ponderadas as diversas capacidades e soluções organizativas disponíveis.

Por vezes, é certo, essa ordem revela-se, logo desde a sua criação, frágil, pouco eficaz e inconsistente. Por exemplo, no contexto da administração pública portuguesa contemporânea - e creio não me arriscar em demasia se estender o exemplo ao mundo ibero-americano -, os planos de classificação, quando existem explicitamente, nem sempre são eficazes no controlo e recuperação documental dos arquivos correntes. Por outro lado, é muito rara a utilização da indexação como técnica de representação de conteúdos documentais a partir de tesouros ou de outro tipo de linguagens controladas. Este facto atesta o grau incipiente e pouco sofisticado dos sistemas arquivísticos desenvolvidos naquele universo institucional, o que, por outro lado ainda, demonstra as reduzidas expectativas que o desempenho dos sistemas arquivísticos suscitam nos seus utilizadores naturais, neste aspecto muito pouco exigentes. As estruturas orgânicas dos arquivos daquelas instituições, não estando explicitamente representadas por ferramentas do tipo plano de classificação, surpreendem-se directamente na estante. Todavia, a expressão física da organização (a ordenação) não é, na maior parte dos casos, eficazmente salvaguardada por sistemas objectivos de cotação, nem tão-pouco consta com frequência de instrumentos de registo ou descrição, do tipo inventário ou de outro género de instrumento de descrição menos elaborado (ficheiros, relações, etc.), que a fixem no tempo e a libertem das memórias e das subjectividades individuais.

Por outro lado, a eficácia de um arquivo enquanto sistema de controlo e recuperação de documentos em fase corrente pode decrescer por força das sucessivas mudanças verificadas nas diversas variáveis presentes no momento da sua construção, designadamente no decurso de alterações na orgânica, no perfil funcional ou nas necessidades de informação dos seus utilizadores. Nesses casos é admissível e desejável que a ordem do arquivo seja objecto de consecutivos ajustamentos, ampliações ou mesmo profundas remodelações. Tal como num edifício, por vezes ocorre a necessidade da sua demolição total e da sua reconstrução utilizando os mesmos materiais construtivos, os documentos e, eventualmente, determinadas agregações documentais, mas obedecendo a uma outra ordem. Outras vezes, ainda que cada compartimento se mantenha intacto, as suas inter relações sofrem modificações e, assim sendo, a estrutura e configuração do edifício pode mudar substancialmente. Outras vezes, porém, o que se verifica é a junção ou fusão de dois ou mais edifícios até aí

separados e autónomos, passando cada um deles a constituir um compartimento de um edifício maior e mais complexo; ou então um pavilhão com identidade própria no contexto de um conjunto edificado funcionalmente coerente. Noutras ainda, o que se constata é a necessidade de dividir um edifício constituindo dois ou mais edifícios distintos do primeiro. Casos há, no entanto, em que, ao invés de se optar pela remodelação ou ampliação de um edifício arquivístico preexistente, opta-se pela construção de raiz de um completamente novo, mantendo o edifício antigo semi-activo ou desactivando-o na totalidade. Ou seja, a ordem do arquivo, para além de resultar, como já vimos, de um projecto construtivo mais ou menos consciente, é, ainda, uma ordem flexível, dinâmica, em constante mutação, tal qual a ordem dos edifícios, que permanentemente procura ajustar-se a novas necessidades. Essa dinâmica verifica-se a qualquer nível das unidades arquivísticas.

A visão sistémica dos arquivos que aqui se apresenta, ao relativizar a importância da ordem de produção dos documentos como único critério com base no qual se constituem as unidades arquivísticas e ao defender que a ordem dos arquivos não é uma ordem natural, mas sim uma ordem construída, colide directamente com o conceito de Fundo que, como sabemos, ocupa uma posição absolutamente central no seio da teoria e prática arquivísticas contemporâneas. Com efeito, o conceito de Fundo, na acepção corrente de conjunto de documentos de uma única proveniência e, em consonância, de unidade máxima de significação arquivística para efeitos de representação e gestão dos documentos, assenta numa concepção estática e monolítica da agregação documental. Alicerça-se e desenvolve-se em torno da concepção naturalista e determinista da ordem dos arquivos, a tal ponto que opera uma correspondência directa e necessária entre o conceito de autor e o conceito de obra. Como se o arquivo fosse, tal como os documentos que o compõem, um produto ingénuo e descomprometido, uma espécie de secreção natural e inevitável cuja ordem reproduz fielmente a ordem das actividades e funções que documentam e ou suportam, que por sua vez determina a ordem da própria organização. A organicidade do conjunto dos documentos é, assim, facilmente equiparada e confundida com a própria orgânica da organização produtora, como se esta fosse ao mesmo tempo a matriz e o molde daquela. E, inevitavelmente, ambas as orgânicas, de acordo com esse ponto de vista, se estruturam de acordo com o critério funcional. O cenário de uma organização produzindo, simultânea ou sucessivamente, vários conjuntos orgânicos de documentos independentes entre si — ou seja, vários arquivos, diferentes sistemas de significação de documentos, vários macro-documentos — é, aqui, inadmissível. A hipótese de um mesmo arquivo ser produzido, simultânea ou sucessivamente, por duas ou mais organizações com personalidades jurídicas distintas é simplesmente unimaginável.

Esta concepção sistémica e dinâmica do arquivo torna bastante mais complexo o trabalho de identificação, reconhecimento e reconstituição da sua ordem original, ou seja, da ordem atribuída na fase corrente do seu ciclo de vida. Não só porque o projecto, o sistema construtivo, os instrumentos e mecanismos de sustentação correspondentes podem ser diversos e de difícil apreensão, como, de facto, com demasiada frequência se constata a existência não de uma mas de várias ordens, todas elas originais porque legitimamente produzidas para suportar necessidades e contingências de conservação, acesso e utilização de documentos com valor administrativo por parte da organização produtora. Ainda mais complexo quando um mesmo documento ou conjunto de documentos é sucessivamente integrado em distintos contextos construtivos, como as pedras de

um edifício antigo que, ao longo da sua história, são colocadas em diferentes sítios da estrutura do edifício. O princípio do respeito pela ordem original, regra de ouro por que se deve pautar toda a intervenção de tratamento técnico documental em arquivo histórico, exige do arquivista nesse contexto que seja capaz de reconhecer, compreender, recuperar, representar, proteger e valorizar a ordem desses sistemas documentais, desses arquivos. Ainda que, porventura, esse mesmo arquivista possa considerar que, do seu ponto de vista, essas estruturas organizativas e os correspondentes sistemas de suporte não garantem, face às necessidades funcionais presentes, padrões de eficácia minimamente aceitáveis. Em muitos casos, não se trata de recuperar e reactivar uma mas sim diversas ordens originais que se sucederam no tempo e cujos indícios se apresentam material ou logicamente aos nossos olhos na esperança de serem por nós correctamente interpretados. Tal como se passa na Arquitectura, impõe-se à Arquivística a introdução de um olhar e de uma metodologia arqueológicas nas intervenções no terreno.

Em momento algum o arquivista pode confundir a sua potencial dupla função: a de arquivista-construtor e a de arquivista-restaurador. Não assiste ao profissional dos arquivos históricos o direito de produzir alterações, quaisquer que sejam, por mais “científicas” e clarificadoras ou correctivas que possam parecer, na ordem dos arquivos que já se encontrem nessa fase do ciclo de vida. O arquivista não pode cair na tentação e no erro crasso de produzir bem intencionados quanto inúteis palimpsestos ou pastiches arquivísticos. Pelo contrário, e à semelhança do que sucede com o arquitecto-restaurador, é função do arquivista devolver ao seu edifício documental a ordem ou as ordens que o mesmo conheceu ao longo da sua vida activa. Nesse seu desígnio, o arquivista dispõe, aliás, de mecanismos mais poderosos que o próprio arquitecto, já que, em última análise, e se lançar mão dos adequados meios tecnológicos, poderá literalmente reabilitar, em simultâneo, todas essas ordens, enquanto que o arquitecto não poderá nunca ultrapassar a dimensão física e material do seu objecto de intervenção, tendo que optar por uma das ordens, por vezes a tão polémica e hoje tão descredibilizada “traça original”.

Esse objectivo primordial de salvaguarda da ordem original não é, no entanto, de todo incompatível com a possibilidade de construir ordens assumidamente novas para esse edifício, ordens lógicas, virtuais, tantas quantas as que se mostrarem necessárias para solucionar novas necessidades funcionais trazidas por novos utilizadores e desde que não coloquem em risco ou atropelam a percepção da(s) ordem(ns) original(is). Novamente aqui o arquivista está mais livre de agir do que o arquitecto, para quem, por vezes, é impossível responder a novas exigências de utilização do edifício sem por irremediavelmente em causa a ordem ou o programa arquitectónico original.

Por outro lado, face à concepção sistémica do arquivo aqui defendida, o princípio do respeito pela proveniência, outra máxima orientadora da actividade arquivística, terá necessariamente que ser entendido de forma mais ampla, no sentido de integrar a ideia de que não só uma mesma organização pode produzir, num dado momento ou ao longo de um período de tempo, diferentes arquivos — no sentido acima referido de sistemas autónomos de documentos —, como alguns desses sistemas documentais podem ser produzidos por sectores específicos dessa organização, alguns mesmo pertencentes a níveis hierárquicos inferiores. Para além destes casos de “micro-proveniência”, desde sempre bastante frequentes, haverá, ainda, que atender quer às

situações de “multi-proveniência diferida”, que ocorre, por exemplo, quando os arquivos são herdados por outras entidades e a sua produção/construção e utilização continuadas, quer de “multi-proveniência simultânea”, que se verifica sempre que mais que uma entidade produza e utilize, simultaneamente, o mesmo arquivo, como são, por exemplo, os casos relativamente frequentes de entidades *ad hoc* que funcionam e são administrativamente apoiadas por entidades permanentes em cujos sistemas de arquivo são integrados e geridos, por vezes sem qualquer distinção ou autonomia, os documentos produzidos e recebidos pelas primeiras.

Pelo que fica dito poder-se-á, então, concluir que enquanto o conceito de *Arquivo*, sistema composto pelos documentos, suas relações e correspondentes instrumentos de controlo e sustentação, se apoia no conceito de *organicidade* e remete para a noção de unidade ou agregação arquivística e, claro, de unidade de representação / descrição, o conceito de *Fundo* remete para o conceito de *proveniência*. Numa visão multinível dos objectos arquivísticos, o Arquivo corresponderá, portanto, ao nível de topo dessa estrutura. O Fundo, por seu lado, representa o conjunto (inorgânico) dos arquivos produzidos por uma mesma entidade autora. Por outras palavras, trata-se de uma agregação autoral de diferentes sistemas arquivísticos produzidos e utilizados por uma mesma organização, à semelhança do conceito de obra completa de um determinado escritor ou músico.

Uma verdade iniludível: a concepção dos arquivos como sistemas abertos e dinâmicos impõe aos profissionais a quem cabe a aplicação dos princípios do respeito pela proveniência e do respeito pela ordem original, ainda que em suporte tradicional, a necessidade de um conhecimento muito mais extenso, detalhado e sofisticado sobre esses arquivos e documentos, as circunstâncias da sua produção, as acções arquivísticas que sobre eles incidiram, os agentes que os criaram, geriram e utilizaram. Mais e melhor informação que lhes permita perceber, em muitos casos, objectos e sentidos nunca materialmente explicitados, ainda que profundamente significativos.

As novas condições tecnológicas que assistem, hoje em dia, a produção, a gestão e a utilização de documentos e arquivos, em rigor, não põem de modo nenhum em causa a formulação teórica aqui expandida em torno do conceito de ordem dos arquivos. Reporto-me, obviamente, aos sistemas de gestão de documentos de arquivo electrónicos (ERMS - Electronic Records Management Systems) que observam todos os requisitos estruturais e funcionais formulados internacionalmente no sentido de assegurarem a criação e a preservação a longo prazo de documentos e arquivos autênticos.

Pelo contrário, muitas das premissas teóricas que subjazem aos modernos sistemas de gestão de documentos electrónicos baseiam-se na concepção dos arquivos como sistemas complexos e dinâmicos de documentos e suas relações. Os sistemas ERMS, por exemplo, longe de se limitarem a processar e armazenar dados e informações decorrentes da representação de documentos e arquivos, podem constituir-se como uma peça central do sistema de arquivo, assegurando a gestão dos instrumentos e mecanismos de sustentação do edifício arquivístico. Ou seja, funções estruturantes como a classificação, a indexação, a ordenação e a descrição podem e devem ser informatizadas, no sentido em que o próprio sistema pode executá-las até ao ponto que for

considerado adequado ou, em alternativa, pode simplesmente assistir o arquivista nessas tarefas. A essencial relação entre um documento e o seu contexto de produção, por exemplo, pode ser automaticamente registada e assumida pelo sistema. Já em relação a alguns documentos, o seu arquivamento só poderá ser executado pelo sistema se for essa a decisão do operador credenciado. Isto porque, em ambiente electrónico, a avaliação documental deve produzir resultados antes mesmo do arquivamento dos documentos, para evitar a captura pelo sistema de documentos ineficazes.

A descrição, em particular, ganha um estatuto fundamental no estabelecimento e manutenção da ordem dos arquivos em ambiente electrónico. Se é certo que os documentos em suporte tradicional transportam fisicamente consigo, em muitos casos, os indícios e os dados suficientes para a identificação do seu contexto administrativo e arquivístico, em ambiente electrónico essas e todas as outras relações estabelecidas entre documentos (muitos mais tipos de relações, em todo o caso, do que aquelas que os sistemas em tecnologias tradicionais se podem permitir salvaguardar e valorizar) e entre estes e as acções administrativas a que reportam ou as acções documentais de que são objecto só existem se forem consignadas na estrutura de meta-informação, ou seja, num instrumento de descrição adequado. Em ambiente electrónico os documentos, as suas relações e as acções que sobre eles são executadas são objecto de persistente registo. Esta, aliás, é uma das estratégias para assegurar a preservação dos documentos e dos seus atributos, independentemente do contexto tecnológico.

A estrutura do edifício arquivístico electrónico é, necessariamente, portanto, uma estrutura lógica. Inclusive a clássica e até agora sacrossanta relação entre forma documental e suporte documental deixa de ter uma expressão física e deixa de ser estável e permanente. Em ambiente electrónico a distinção entre unidade documental (documento, processo, série, etc.), unidade tecnológica (página, folha, livro, ficheiro) e unidade contentora (pasta, maço, disco, etc.) torna-se desde início bastante clara, fazendo os dois últimos tipos de unidades parte do chamado contexto tecnológico do documento, sujeito a permanente mudança.

Além disso, é igualmente possível atribuir a um mesmo documento ou agregação documental contextos arquivísticos diferentes sem recorrer à duplicação física. É ainda possível garantir aos diversos utilizadores naturais ou potenciais direitos de acesso e utilização de documentos a um nível de precisão muito baixo, por vezes à página ou mesmo ao bloco de informação dentro da página. Esse facto, só por si, amplia o significado do conceito de proveniência.

A salvaguarda da(s) proveniência(s) e da(s) ordem(ns) original(is) desses sistemas arquivísticos pode chegar a níveis de precisão dificilmente alcançáveis com a tecnologia tradicional. Essa capacidade, no entanto, depende em absoluto da qualidade da meta-informação que tiver sido produzida e da capacidade do sistema a processar. Em todo o caso, essa responsabilidade é, a partir de agora, certamente executada com muito mais informação e um grau infinitamente menos elevado de incerteza.

A introdução e a generalização das novas ferramentas tecnológicas na gestão de documentos e arquivos representam, assim, a meu ver, não só um desafio tão sério quanto estimulante aos fundamentos teóricos da Arquivística contemporânea - tal como eles vem sendo formulados pela comunidade arquivística em geral - como, sobretudo, uma oportunidade especialmente fecunda para a qualificação da sua *praxis*.

OS ARQUIVOS NOS PROJETOS DO MERCOSUL: ESTADO DA QUESTÃO E PERSPECTIVAS¹

José Maria Jardim

Doutor em Ciência da Informação - Universidade Federal Fluminense
Departamento de Ciência da Informação - josemariajardim@yahoo.com.br

RESUMO

O Mercosul tem como seu objetivo principal a integração regional de processos econômicos, mas contempla também aspectos culturais e informacionais. É o caso das propostas de Integração Cultural e de Sociedade da Informação no Mercosul. Os arquivos encontram-se fora do projeto do Mercosul. São mencionados, de forma periférica, nas concepções cultural e informacional. Considerando o estado da questão, são discutidas possíveis ações para a construção de um projeto arquivístico no âmbito do Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE - Políticas arquivísticas, Mercosul, Arquivos Públicos, Arquivistas.

ABSTRACT

The Mercosul has as its main objective the regional integration of economic processes, but it also contemplates cultural and informational aspects. It is the case of the proposals of Cultural Integration and Information Society. However, archives are outside of the project of the Mercosul. They are mentioned, of peripheral form, in the cultural and informational conceptions. Considering the state of the question, possible actions for the construction of an archival project in the scope of the Mercosul are argued.

KEY WORDS - Archival policies, Mercosul, Public Archives, Archivists

O Mercosul como espaço de integração

Constituído em 26 de março de 1991, através do Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, o Mercosul - formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai² - tem diversos antecedentes a partir dos anos 80³, voltados para a criação de um espaço econômico comum, via a liberalização comercial, eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços e a harmonização de políticas macroeconômicas.

¹ Parte desse artigo foi objeto de comunicação no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos de Jordão, São Paulo, de 17 a 20 de outubro de 2005.

² Os países associados ao Mercosul são Bolívia e Chile e mais recentemente Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

A aceleração dos processos de integração regional, a abertura de mercados e o estímulo à complementaridade entre as economias nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visando a obter uma inserção mais competitiva na economia internacional, constituem os elementos norteadores do Mercosul. Diversos mecanismos de implementação do Mercosul têm sido desenvolvidos a partir do Conselho do Mercado Comum, composto por Chanceleres e Ministros da Economia dos quatro países. Com as Decisões adotadas em Buenos Aires, em agosto de 1994, e em Ouro Preto, em dezembro do mesmo ano, completou-se, em sua essência, o quadro normativo que passou a regular, a partir de 1º de janeiro de 1995, o funcionamento do Mercosul. O Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum definiram, ainda, por ocasião das reuniões de Assunção, em agosto de 1995, a nova estrutura organizacional de natureza técnica do Mercosul. Foram criados ou mantidos órgãos fundamentais como: Reuniões de Ministros⁴, Subgrupos de Trabalho⁵, Reuniões Especializadas⁶ e Grupos Ad Hoc⁷.

No ano 2000, os Estados-membros do Mercosul decidiram encarar uma nova etapa no processo de integração regional denominada "Relançamento do Mercosul", tendo como objetivo fundamental reforçar a União Aduaneira tanto em nível intracomunitário como no relacionamento externo.

Ao longo desses 14 anos, a questão arquivística tem sido periférica no âmbito da estrutura do Mercosul. Do ponto de vista dos Estados que formam o Mercosul, a possível dimensão arquivística do chamado Mercado Comum do Sul não ficou até o momento evidenciada.

O Mercosul e a integração cultural

A estrita perspectiva de integração econômica do Mercosul começou a ser ampliada a partir de 1995, tocando outras dimensões da diversidade histórico-social dos países do grupo.

A questão da integração cultural vem sendo objeto da Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul a

³ Ata para a Integração Argentino-Brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986; Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), com vistas a consolidar o processo de integração envolvendo Brasil e Argentina; "Ata de Buenos Aires (6 de julho de 1990), firmada pelos governos do Brasil e Argentina; "Acordo de Complementação Econômica nº 14 assinado em dezembro de 1990, no âmbito da ALADI.

⁴ Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais, Reunião de Ministros da Justiça, Reunião de Ministros da Educação, Reunião de Ministros da Cultura, Reunião de Ministros da Saúde, Reunião de Ministros da Agricultura, Reunião de Ministros do Trabalho.

⁵ SGT-1 (Comunicações), SGT-2 (Mineração), SGT-3 (Regulamentos Técnicos), SGT-4 (Assuntos Financeiros), SGT-5 (Transportes e Infra-estrutura), SGT-6 (Meio Ambiente), SGT-7 (Indústria)

SGT-8 (Agricultura), SGT-9 (Energia), SGT-10 (Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social)

⁶ Reunião Especializada de Turismo e Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia

⁷ Grupo Ad Hoc sobre Aspectos Institucionais, Grupo Ad Hoc Mercosul-OMC, Grupo Ad Hoc Mercosul-ALADI, Grupo Ad Hoc sobre Serviços, Grupo Ad Hoc do Setor Açucareiro

partir de 1995. Esta Reunião contempla quatro Comissões Técnicas: Patrimônio, Indústrias Culturais, Redes de Informação e Capacitação. Nas missões de cada uma delas não se encontra nenhuma referência aos arquivos.

O II Encontro da Comissão Técnica do patrimônio, realizado em Montevideu, nos dias 19 e 20 de outubro de 1995, apresenta como uma das recomendações,

“Conformar un Banco de Datos sobre Patrimonio que reuna en primera instancia, toda la información sobre museos, archivos, bibliotecas, centros culturales e instituciones nacionales y locales del patrimonio, seminarios, cursos, conferencias, investigaciones etc que se eventos, simposios, conferencias, investigaciones, que se realicen en los países integrantes del Mercosur y ubicar el mismo en la Casa del Mercosur de Colonia que deberá difundir la información recibida entre los representantes de los países citados”.

Não encontramos na literatura e nos documentos aos quais tivemos acesso nenhuma referência quanto à existência deste banco de dados.

Durante a Reunión Técnica sobre Patrimonio Histórico - Arquitectónico del Mercosur Cultural, realizada em 17 e 18 de abril de 1995, em Asunción, sugeriu-se, no que toca a “Intercambio y relación con las Universidades”, “Elaborar una lista de cursos, seminarios u otros eventos que se desarrollen en instituciones y centros de investigación de los países miembros, sobre: Bibliotecas, Museos, Archivos, Conservación, Restauración y temas afines”. Tampouco obtivemos informações sobre esta iniciativa.

É, porém, o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, firmado em dezembro de 1996, em Fortaleza, que explicita, pela primeira vez, a dimensão arquivística, estabelecendo em seu artigo VI:

Os Estados Partes incentivarão a cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, com vistas à harmonização dos critérios relativos à classificação, catalogação e preservação, para fins de criação de um registro do patrimônio histórico e cultural dos Estados Partes do Mercosul.

Esta trajetória tende a demonstrar-nos que o universo dos arquivos é contemplado na estrutura e no projeto de Mercosul, no máximo pelo viés do patrimônio histórico. E aparentemente, mesmo sob tal perspectiva, os arquivos parecem um tema periférico.

Para além da sua vocação como patrimônio cultural, os arquivos constituem recursos informacionais, desde a sua produção, ao longo de todo o ciclo vital para o desenvolvimento científico, tecnológico e aos direitos do cidadão. Neste sentido, a dimensão arquivística no Mercosul não apresenta ainda nenhum tipo de sistematização de propostas e ações como visualizamos no caso da União Europeia.⁸

⁸ “Los archivos en La Unión Europea: informe del grupo de expertos sobre los problemas de coordinación en materia de archivo”, publicado pela Secretaria Geral da Comissão Europeia em 1994.

O Mercosul e a questão informacional

A dimensão informacional do Mercosul tem como uma das facetas mais evidentes a discussão sobre um projeto de Sociedade da Informação para a região. Tal perspectiva tem suas origens na Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECYT), instituída pela Resolução 24/92 da 5ª Reunião do Grupo do Mercado Comum (GMC). Seu objetivo é “realizar estudos com vistas a promover a integração das instituições de pesquisa e a formulação de diretrizes básicas relacionadas com as políticas científicas e tecnológicas do Mercosul.”

Na 2ª Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia, realizada de 26 a 28 de maio de 1993, foram criadas comissões temáticas nas seguintes áreas:

- sistemas de informações científico-tecnológicas;
- marco normativo de cooperação científico-tecnológica
- interconecção de redes de computação.

As diretrizes de trabalho para a Comissão Temática de Sistemas de Informação Científico-tecnológica levaram em conta diversos aspectos, entre os quais, destacamos “maximizar o uso de recursos, programas, entidades, produtos e serviços de informação já existentes nos respectivos sistemas nacionais de C&T”. Classicamente e equivocadamente, os arquivos tendem a não ser considerados parte da infra-estrutura de nacional de C&T. Como tal, seus serviços e produtos de informação não encontram-se contemplados na principal iniciativa de política de informação do Mercosul.

A proposta para um projeto comum de Sociedade da Informação para o Mercosul, encontra-se baseada na Proposta Brasileira e Argentina da Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica do Mercosul.

Em janeiro de 1999, foi realizado um Encontro Especializado em Ciência e Tecnologia entre Argentina e Brasil com vistas a apresentar à Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica o documento “Elementos para um projeto: Sociedade da Informação: conteúdos informacionais - Uma proposta para o Mercosul”. Este documento apresenta diversas razões para a adoção do Projeto Sociedade da Informação, dentre as quais destacamos:

- “Efetivamente pode-se dizer que grande parte da população no MERCOSUL não participa das questões públicas por desconhecimento de seus direitos e deveres na sociedade. Para participar é necessário estar informado. Uma política mais agressiva deveria ser desenvolvida neste setor para que os cidadãos tenham acesso à informação.”

Ora, tanto no plano teórico quanto político-gerencial é uma evidência histórica que a transparência do Estado e o uso social da informação governamental não são possíveis sem políticas arquivísticas. No entanto, o projeto sociedade da informação ignora esta dimensão. Além disso, outros argumentos são mencionados, cujos teores incluem certamente todos os aspectos da gestão e uso da informação arquivística. Entre outros, ressaltamos:

- “Deve-se levar em conta o fato que a informação não pode ser abordada apenas pela quantidade ou a rapidez com que ela é transmitida, deve ser considerada fundamentalmente na sua dimensão qualitativa. Que tipo de informação é gerada, estocada, transmitida e manipulada com o advento da revolução informacional?”
- A tecnologia da informação pode ser usada como veículo para ajudar a eliminar desigualdades sociais e econômicas. As ferramentas das tecnologias da informação e suas aplicações podem oferecer oportunidades que transcendem barreiras de raça, gênero, deficiência, idade, capacidade financeira e lugar;
- A preocupação de estabelecer diretrizes para a construção de políticas de informação como estratégia de inserção dos países do MERCOSUL na Sociedade da Informação ou nova era mundial pode evitar a formação de um mundo que separe os Países e segmentos sociais entre ricos e pobre em informação onde possam surgir sociedades limitadas ou ilhadas em termos de acesso e uso de informação;
- Essas políticas deveriam valorizar, nacionalmente, a importância do investimento intangível. Desenvolver através de políticas da informação, o consenso entre educação, desenvolvimento tecnológico e abertura comercial. Muito embora, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável essa convergência ocorra, deve ser explicitada com clareza, com estratégias e ações.”

Em maio de 1999 é elaborado pela Comissão o documentos “Resumo Executivo. Projeto: Sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul”⁹.

O conceito de sociedade da informação que orienta esta proposta relaciona-o ao conceito de desenvolvimento econômico e social sustentado. A Sociedade da Informação é considerada “o resultado de novos paradigmas e provoca um conjunto significativo de mudanças de enfoque no âmbito das sociedades e suas organizações, onde:

- 1) A informação constitui a principal matéria prima;
- 2) O conhecimento atua na agregação de valor a produtos e serviços;
- 3) A tecnologia constitui um elemento vital para as mudanças;
- 4) O tempo e a qualidade constituem fatores decisivos de competitividade”

Sociedade da Informação é definida como “qualquer conglomerado humano cujas ações de sobrevivência e desenvolvimento estejam baseadas predominantemente num intensivo uso, distribuição, armazenamento e criação de recursos de informação e conhecimentos, mediados pelas novas tecnologias de informação e comunicação”.

Ao analisar a “Indústria e Serviços de Conteúdo”, a proposta reconhece que esta tende ser associada à geração de conhecimentos.

“A indústria da informação é definida como aquela que inclui todos os segmentos ou atividades relacionadas com a produção de recursos de informação – processamento e reprocessamento, organização, armazenamento e recuperação da informação – que se operam com fins lucrativos ou não. Os segmentos ou atividades relacionados com a produção de conhecimentos – disseminação, acesso, uso e assimilação da informação, são chamados de indústria de transferência de informação. Indústria e serviço de conteúdo (editoração impressa e eletrônica, multimídia, áudio, vídeo), produtores de bases de dados, produtores de programas para diferentes mídias, agência de propriedade intelectual/industrial, serviços de entretenimento, serviços de informação (bibliotecas, arquivos, museus convencionais, digitais e virtuais, agências noticiosas, serviços remotos de informação mediados por telefone, fax e/ou computador, distribuição e comércio de documentos, dados e informações)”.

Temos finalmente uma referência aos arquivos. Em seguida, com base em estudos da Comissão Europeia, o documento aborda a área de conteúdo, definido como “dados, texto, som, imagem ou combinações multimídia dos mesmos, representados em formato analógico ou digital em diversos suportes, como sejam papel, microfimes, memória magnética ou óptica”. Uma definição bastante familiar ao campo arquivístico, como podemos constatar.

O projeto de Sociedade da Informação para o Mercosul busca contemplar:

- 1) A infra-estrutura existente da indústria de serviços de conteúdo de informação;
- 2) As instituições produtoras e provedoras de informação;
- 3) Os produtos de informação;
- 4) As políticas ou indícios de políticas setoriais e de informação; e
- 5) As demandas dos usuários de informação.

Propõe que “cada país, de acordo com as suas próprias diretrizes estratégicas, deverá ainda precisar quais setores e sub-setores que privilegiará para o desenvolvimento de seus estudos”, tendo como fórum de discussão a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECYT), responsável pela formulação das diretrizes gerais dos projetos científico-tecnológicos conjuntos do MERCOSUL. Face ao exposto, fica evidente que este é o projeto mais articulado sobre a questão informacional no âmbito do Mercosul, tanto quanto é possível ressaltar a exclusão do campo arquivístico na proposta. A exclusão dos arquivos se dá no débil reconhecimento da informação arquivística como recurso fundamental em qualquer proposta de Sociedade da Informação e na aparente ausência das instituições arquivísticas nacionais neste processo de discussão. Vale observar, porém, que não há evidências de que este projeto tenha sido viabilizado.

⁹ A Comissão da Sociedade da Informação da RECYT desenvolve o Observatório da Sociedade da Informação do MERCOSUL : <http://www.recyt.org> . Acesso em 12 dez 2005

Considerações finais:

Apesar da escassa literatura a respeito, podemos considerar que aparentemente nenhum dos países do Mercosul dispõe hoje de uma política nacional de informação e uma política nacional de arquivos àquela relacionada. Essa constatação não ignora os enormes esforços e progressos já alcançados neste sentido pelos diversos agentes do campo informacional e arquivístico: instituições arquivísticas, universidades, associações profissionais, etc. Tampouco ignoramos a histórica periferização desse setor na agenda política dos governos latino-americanos em geral.

Sendo o Mercosul um projeto econômico e político de Estados que historicamente não têm contemplado ou mesmo têm negligenciado a informação arquivística em seus diversos atributos, seria surpreendente que contássemos hoje, neste plano, com uma situação favorável.

O "Mercosul arquivístico" tem como referência fundamental os Congressos de Arquivologia do MERCOSUL. Apesar do apoio e participação de atores estatais, esses congressos derivam especialmente de iniciativas de coletivos profissionais da Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, ou seja, setores organizados das sociedades desses países. Tais Congressos evidenciam, sem dúvida, o desejo dos profissionais de arquivologia dos países do Mercosul se reconhecerem numa dimensão transnacional. É absolutamente saudável que os coletivos profissionais coordenem essa iniciativa. No entanto, as iniciativas decorrentes desses Congressos não se refletem na estrutura organizacional do Mercosul.

É necessário que determinadas ações relativas ao campo arquivístico sejam assumidas como projetos e políticas na estrutura do Mercosul. Para isso, a comunidade arquivística do Mercosul deve congrega-se em torno de alguns pontos básicos a serem propostos às instâncias de coordenação política como o Conselho do Mercado Comum. Tais pontos, entre outros, são:

- ampliação das ações envolvendo os arquivos no âmbito do Projeto Mercosul Cultural
- representação na Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECYT);

Essas iniciativas poderiam contribuir para maior visibilidade dos arquivos seja nas políticas do Mercosul em termos de integração cultural quanto no que se refere aos aspectos informacionais.

Enquanto iniciativas desta natureza não ocorrerem, veremos a questão arquivística periferizada na estrutura do Mercosul.

Uma das ações iniciais desse Grupo de Trabalho na estrutura do Mercosul, voltado para a questão arquivística, seria efetivamente contemplar a questão das políticas nacionais de arquivos dos países membros. No mínimo, é preciso reconhecer o estado da questão a respeito, ou seja:

- Algum desses países considera que dispõe efetivamente de uma política nacional de arquivos?
- Que princípios norteiam esta política?
- Quais as instâncias e agentes que participam na definição e avaliação dessas políticas?
- Quais as relações entre a política nacional de arquivos e o sistema nacional de arquivos, no caso da existência deste?

- Qual a composição do sistema e a função das suas diversas partes?
- Quais as relações entre a política nacional de arquivos e outras políticas públicas de informação no país?

Como não há políticas públicas de informação e, especificamente de informação arquivística, sem conhecimento, outras questões se colocam. Entre elas, a harmonização das estratégias de formação do arquivista e a ampliação e produção e difusão do conhecimento arquivístico no Mercosul.

Referências Bibliográficas

COUTURE, Carol; Lajeneuse, Marcel. *Législations archivistiques et politiques nationales d'archives: étude comparative d'impact*. Montréal: Université de Montréal, 1991.

DELMAS, B.; D'olier, J.H. *La Planification des Infrastructures Nationales de Documentation de Bibliothèques et d'archives: esquisse d'une politique générale*. Paris: UNESCO, 1974.

CRUZ -Ramos, Rosalba; Zetter-Leal, Julio. Las políticas de información de la UNESCO y su repercusión en América Latina. *Rev. Esp. Doc. Cient.* Madrid, v.15, n.4, p. 340-358, 1992.

IDCIT. Documentos de trabajo. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE INFORMACIÓN. 1992, La Habana. Disponível em: <http://infolac.ucol.mx/>. Acesso em: 12 ago 2005

JARDIM, José Maria. O problema dos arquivos administrativos na América Latina. In: SEMINÁRIO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, 1, 1991, Santiago do Chile.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói; EdUFF, 1999.

MEJÍA, Myriam. Memorias de lo visible. *Revista da Asociación Latinoamericana de Archivos*, Bogotá, n.20.

MERCOSUL. RECYT. Comissão Temática de sistemas de Informação Científica e Tecnológica. Sociedade da Informação. *Sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul*. (Versão Preliminar). Jan. 1999. Disponível em: http://www.ibict.br/ct_sict/ Acesso em: 12 jan 2000

MERCOSUL. RECYT. Comissão Temática de sistemas de Informação Científica e Tecnológica. Sociedade da Informação. *Resumo Executivo. Projeto: sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul*. Maio, 1999. Disponível em: http://www.ibict.br/ct_sict/ Acesso em: 12 jan 2000

MOLINO, Enzo. *Políticas de información en América Latina y el Caribe: estudio en siete países de la región*. . Disponível em: <http://infolac.ucol.mx/> Acesso em: 14 jan 2002

MONTVILOFF, Victor. *Politiques nationales de l'information*. Manuel concernant la formulation, l'approbation, la mise en oeuvre et l'action d'une politique nationale de l'information. Paris: UNESCO, 1990.

ARQUIVO DE DIREITO, COLEÇÃO DE FATO: O CASO IHGB.

Wilson Santiago da Silva

Arquivista, com especialização em Logística

RESUMO

Este artigo identifica e analisa, sob os parâmetros da Arquivologia, os métodos e os propósitos da reunião de um acervo documental, organizado pelo IHGB, para subsidiar suas pesquisas em História e Geografia. Expondo as diferenças entre o acervo do IHGB e o acervo de um arquivo, intentando alterar o termo utilizado para classificar o conjunto de documentos do IHGB.

Para tanto, observa as transformações, ao longo tempo, do tratamento arquivístico, bem como a formação e a estruturação de seus métodos e teorias.

PALAVRAS-CHAVE: a) Arquivo; b) Arquivologia; c) Documento; d) História; e) Teoria.

RESUME

Cet article identifie et analyse, sous les paramètres d'Archivistique, les méthodes et les finalités de la réunion d'un fonds de documents, organisé par le IHGB (Institut Historique Géographique Brésilien), pour subventionner leurs recherches en Histoire et Géographie. Il expose les différences entre le fonds du IHGB et d'un archive, il objective changer le terme utilisé pour classifier le groupe de documents du IHGB.

Ainsi, il observe les transformations, à la longue, du traitement archivistique, ainsi que la formation et la structuration de leurs méthodes et leurs théories.

MOT-CLÉS: a) Archive; b) Archivistique; c) Document; d) Histoire; e) Théorie.

Introdução

Toda instituição possui um arquivo. Ao longo de sua existência, a partir da realização de suas atividades, as instituições acumulam e guardam documentos que foram criados para atender às necessidades administrativas pertinentes às mesmas. Daí forma-se, natural e gradualmente, pelo processo de acumulação, um arquivo.

O arquivo também é a memória da instituição, nele se encontram as bases estatutárias, a relação de colaboradores, os planos de negócios, clientes, concorrentes, fornecedores, e outros tantos registros, aos quais recorreremos diariamente. Não importa em qual suporte esteja a informação: se a informação conservada nestes suportes for orgânica, fruto das atividades da instituição, é um arquivo.

Desde a Antiguidade, os senhores mantiveram registros de seu governo, da argila ao papel, a informação, acompanhando a evolução tecnológica, serviu de base para governabilidade de territórios, patrimônios e pessoas. Gerindo com eficiência o suporte disponível, os governantes realizaram suas atividades administrativas, religiosas, culturais e jurídicas, cuja memória foi preservada, graças aos extensos registros que seus arquivos nos legaram.

Não tardou para que o homem recorresse a essa imensa fonte, para uma atividade intelectual distante da administração: a História. Desde a muito, cronistas, historiadores e diletantes afins, valeram-se dos arquivos na busca de soluções cujas respostas se encontravam "para além da memória dos vivos". A importância dos arquivos transcendeu a margem administrativa, sua real razão de ser, para constituir um universo de possibilidades aos pesquisadores, que buscam, nesses locais, resgatar a memória social, técnica e científica da sociedade.

Essa segunda responsabilidade assumida pelos arquivos, somada à crescente busca por soluções administrativas, passou a exigir um nível de qualificação cada vez maior dos arquivistas, bem como o aprimoramento de suas técnicas. Para atender satisfatoriamente essa demanda, nasceu a Arquivologia.

Toda disciplina baseia-se na força de seus princípios. O alicerce teórico que a sustenta, a metodologia e a terminologia empregada precisam de consistência e clareza. Pois tão importante quanto a busca pela inteligibilidade do objeto, é a busca pela inteligibilidade da disciplina.

Sustentar-se como disciplina é sustentar toda teoria, princípio, lei, todo conhecimento adquirido sobre objeto. Aplicar a terminologia incorreta causa, não raro, proposições ambíguas ou mesmo juízos dicotômicos muitas vezes difíceis de se corrigir.

Nota-se, porém, que, em certa medida, tanto os indivíduos quanto as instituições têm buscado mais informações a respeito dos arquivos. Algumas empresas privadas, principalmente as de grande e médio porte, vêm intensificando o cuidado dispensado aos seus arquivos. No caso das instituições públicas, toda política arquivista é regida em lei (ou pelo menos deveria ser). Todavia, o número de profissionais qualificados para o trabalho, ainda é muito pequeno, em nosso país. Consequentemente torna-se difícil à aplicação correta de alguns termos arquivísticos de consagrados valores técnico e científico, que assumem conotações diversas, assim dificultando que a Arquivologia se torne inteligível.

O fato é que sejam leigos ou mesmo alguns profissionais de arquivo desatentos, denominam de arquivo a todo e qualquer conjunto de documentos. A vulgarização indiscriminada do termo, principalmente por parte de alguns profissionais, pode ser fruto de uma carência teórica ou uma indisposição, muitas vezes compreensível, de alimentar discussões infrutíferas com aqueles que permanecem na ignorância.

À luz do exposto acima, e assim como a experiência ensinou aos mineradores que nem tudo que reluz é ouro, este artigo, atendo-se à proposição: *os documentos arquivísticos não são objetos de coleção e ao termo significação orgânica*, (PAES, 1991, p. 1) pretende demonstrar que nem todo conjunto de documentos é um arquivo. Para tanto considerará o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB; que, criado no século XIX, ocupou-se "desveladamente" da "historia e geographia do Brasil"; com a finalidade de "colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do imperio do

Brasil", centralizando, assim, "imensos documentos preciosos" (IHGB, 1838, p. 4-6). E, a partir dessa preocupação em "colligir" documentos, cotejando essa forma de aquisição à apresentada nos princípios arquivísticos, tenciona-se, passo a passos, expor esse raciocínio.

Partindo do princípio de que os documentos de arquivo formam um conjunto orgânico, e que são acumulados naturalmente no decurso das atividades "oficiais" de uma instituição, e baseados nos pressupostos arquivísticos intenta-se analisar e destacar onde repousa a impossibilidade de considerar o conjunto documental reunido pelo IHGB no curso de suas atividades culturais como um arquivo. Para distinguir tal conjunto documental, formado com o fim de subsidiar as pesquisas científicas do Instituto, de um conjunto orgânico de documentos, um arquivo, tentaremos demonstrar que o modo como o conjunto documental do IHGB foi constituído difere da constituição de um arquivo. Para isso, analisaremos os fatores que diferenciam esses conjuntos, tais como,

- intenção/objetivo da reunião/acúmulo dos documentos;
- processo de reunião/acúmulo dos documentos;
- grau de relação existente entre as unidades documentais do conjunto.

Tais procedimentos são pertinentes se considerarmos que, arquivisticamente, é possível perceber a existência concomitante de dois conjuntos documentais (nunca dois arquivos), na origem do IHGB:

- um conjunto acumulado pela instituição no desenvolvimento de suas atividades e organicamente estruturado, constituindo um arquivo; e
- outro arbitrariamente reunido, com documentos de diversas proveniências, o que contraria os princípios da naturalidade da acumulação e da organicidade da documentação.

Arquivística: objeto, método e história

O surgimento da escrita remonta a história dos documentos. Todavia somente a partir do desenvolvimento de sociedades institucionalmente organizadas, em moldes próximo ao nosso, pode-se observar a criação de arquivos.

Para Malheiro (1999, p. 45), os arquivos surgem "naturalmente", "como fenômeno espontâneo", proveniente não apenas da necessidade de que a comunicação rompesse o limite da voz, como também pudesse ser passível de transmissão ao longo do espaço e do tempo.

Esse "fenômeno" é oriundo dos registros das atividades desenvolvidas por cada entidade ou pessoa, e esses registros são o próprio testemunho dessas mesmas atividades. As atividades são, a partir da linguagem escolhida, registradas sobre um suporte, formando, desse modo, um documento, que pode ser simplesmente entendido como "informação + suporte", ou seja, o conteúdo e o material que o contém. Há, no entanto o **documento arquivístico**, "aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de **prova** ou de **informação**" (PAES, 1991, p. 8, grifo nosso). **Os documentos de arquivo, em geral são únicos**, quando muito, são produzidos em um limitado número de vias, e sua cópia, quando necessária, depende de autorização prévia do produtor.

Recorrendo ao documento arquivístico, poderá um consulente qualquer obter informações tanto sobre as atividades, quanto sobre os agentes destas, ou mesmo sobre o contexto em que elas foram desenvolvidas. A isso, Schellenberg (1974, p.153) denominou valores **probatórios** e/ou **informativos**.

Ilza Teixeira Soares, no seu estudo sobre os *Valores dos Documentos de Arquivo*, extrai "duas grandes missões" para os documentos: "servir de instrumento de trabalho" e "servir como fonte de informação e de pesquisa". Como "instrumento de trabalho", o documento presta uma ação "imediate", i.e., aquela para a qual foi concebido, estritamente concernente às atividades do ente produtor. Os "interesses outros, que não aqueles vinculados à criação do documento": pesquisa histórica, artística, arquitetônica, de cultura em geral, configuram uma ação "mediata".

Objetivando conservar mais informação com menos documentos os arquivistas desenvolveram critérios para avaliá-los, identificando valores que justificassem o custo de sua preservação, quando finda a ação imediata. Quando não mais servissem aos entes produtores.

No âmbito da Arquivologia, ao cabo de todo processo, os documentos seguem dois destinos: a **eliminação** ou a **conservação permanente**. Para que esta decisão, sobre o destino dos documentos, seja tomada, forma-se uma comissão interdisciplinar que identifica os valores dos documentos, anunciando, após, o julgamento. O caráter irrevogável dessa decisão justifica a importância dos diversos estudos sobre os valores dos documentos de arquivo.

Os documentos oficiais modernos são muitos volumosos. Seu crescimento, em volume, corresponde de perto ao aumento da população, a partir de meados do século XVIII. Esse aumento da população tornou necessária a expansão da atividade governamental e esta expansão teve como uma de suas resultantes um tremendo aumento na produção de papéis. Como se aplicaram métodos tecnológicos modernos à produção de documentos, seu crescimento nas últimas décadas tem sido em progressão antes geométrica do que aritmética (SCHELLENBERG, 1974, p. 151).

Continuando, Schellenberg diz que "uma redução na quantidade de tais documentos torna-se essencial", mas alerta: "na eliminação de documentos públicos modernos é preciso que se tenha o máximo cuidado para que se conservem os que têm valor. [...] Num programa desta natureza não há substituto para o cuidadoso trabalho de análise".

Dessa análise resultaram "padrões de avaliação" que buscavam a preservação dos documentos relacionados à origem, estrutura, organização e finalidade das entidades que os acumularam. Para H. Meinert, "as avaliações devem levar em conta a importância da fonte arquivística [...] não podem ser analisados individualmente como peças isoladas; devem ser avaliados em seu contexto administrativo" (Meinert *apud* SCHELLENBERG, 1974, p. 157).

Essa postura é sustentada até hoje.

Na identificação de valores de um documento, buscam-se aqueles de ação imediata: "valor primário", e os de ação mediata: "valor secundário". O primeiro ligado a origem e função do próprio documento, o segundo às informações contextuais nele contidas. Schellenberg (1974, p. 153) divide o valor secundário dos documentos em "valores probatórios e informativos". Estes relacionados às "informações que contêm sobre

peças, entidades, coisas, problemas, condições, etc.", com que a entidade produtora tenha tratado. Aqueles valem pela "prova que contém da organização e funcionamento" da entidade que o produziu. Em síntese temos **informativo**: "informação essencial sobre matérias" com o que a entidade atua (educação, finanças, indústria, etc.); **probatório**: documentos sobre os "próprios atos" da entidade (resoluções, atas, regimentos, etc.).

O que é imprescindível para o arquivista é considerar o documento em seu conjunto. A avaliação nunca deve ser feita em unidades isoladas. "Os documentos de qualquer entidade são produtos de uma atividade, e muito do significado deles depende de suas relações com a atividade". Só deste modo pode-se garantir o **valor de testemunho** dos arquivos.

Os historiadores gregos do V século efetuavam suas pesquisas a partir dos "relatos dos fatos, que eram feitos por testemunhas oculares desses fatos". As diversas narrativas eram confrontadas, e assim, deduziam a verdade. Porém, no entender de R. G. Collingwood (1989, p. 36-40), havia nesse método "três limitações": 1º) "a única fonte que eles podiam criticar era uma testemunha ocular; 2º) "a única coisa sobre que podiam escrever eram os eventos que tinham ocorrido em época alcançada pela memória das pessoas [que os testemunharam]"; e 3º) "uma dada história [...] duma geração não pode ser reescrita, quando essa geração tiver desaparecido".

O limite do método era o limite das próprias testemunhas. Daí a grande importância do valor de testemunho dos arquivos para os pesquisadores modernos, em seus documentos encerram-se os mais cabais testemunhos. Neles, excetuando-se as eventuais fraudes, os registros estão tal qual ocorreu o fato. Objetivamente, sem intervenção alguma.

É essencial para a apreciação de um documento qualquer saber com exatidão quem o produziu, e em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivos, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e porque meios chegou até nós. Tal conhecimento só é possível na medida em que o conjunto de documentos que o acompanha tenha sido conservado intacto, individualizado, sem possível mistura com documentos de outra proveniência, mesmo que esses se refiram ao mesmo objeto (DUCHEIN, 1986, p. 17).

Preservar o contexto de criação de um documento é de suma importância para a Arquivologia. Que antes era conhecida por "Diplomática Prática". O fazer arquivístico está em consonância com os princípios da Diplomática e de Paleografia¹ desde o século XVIII. Dessa estreita relação, conserva-se, até hoje, esse desvelo. Decerto, o valor de testemunho está intrínseco em cada documento *per se*, contudo, somente em seu contexto de produção, nos é possível observar a estrutura de "organização e funcionamento" da entidade produtora.

Mesmo que seguir a advertência de Duchein não seja a garantia da fidedignidade reclamada, ainda é o meio mais seguro para preservar o valor de testemunho dos documentos.

Há na Antiguidade, além das iniciativas religiosas, uma "motivação de índole pragmática" que culminam na constituição de arquivos. Palácios e templos tornaram-se os locais de guarda dos tratados internacionais, contratos, atos notariais, promissórias, recibos, sentenças dos tribunais, sem esquecer dos textos literários, oráculos hinos religiosos, crônicas, etc. A restrição ao acesso demonstra um alto grau de importância dada a esses registros. Observam-se mesmo alguns cuidados quanto a identidade, autenticidade e qualidade dos documentos. Temos um exemplo deixado pelos egípcios, no século XI a.C. Nas paredes de um túmulo, em Pi-Ramsés II, há um desenho representativo das atividades de "chancelaria". O chanceler analisa os documentos produzidos pelos escribas sob seus cuidados, conferindo os detalhes e autenticando-os com sua assinatura (MALHEIRO, 1999, p. 46; 55). Placas de madeira, de argila, de osso, telas de tecido, escamas de tartaruga, folhas de árvores, papiro, pergaminho, metais, cerâmica, a necessidade de se registrar os fatos comportou diversos suportes na constituição de documentos.

Nesses arquivos já é possível observar muitos de nossos pressupostos teóricos aplicados pragmaticamente, o sistema de organização previa a distinção entre os diversos setores administrativos, além de manter a estrutura orgânica dos arquivos.

Para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério seletivo de preservação e a disponibilização de serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, tanto pela pertinência e rigor da sua integração sistêmica (MALHEIRO, 1999, p. 48).

É importante salientar, que o termo arquivo é de aplicação "relativamente tardia" (MALHEIRO, 1999, p. 58). Em Atenas, à época da república, o arquivo do Senado era chamado *nomophylakion* (guarda das leis), de acordo com locais de guarda eram conhecidos por *chartophylakion* (guarda dos papiros), *grammaphylakion* (guarda dos textos escritos), *zugastron* ("arca ou cofre onde eram guardados os documentos"). O termo *archeion* "irá ser transmitido aos romanos e primeiros cristãos, que o adotaram preferencialmente, cristalizado sob a forma latina de *arquivum*".

Dada a importância dos atos, seus registros, conservação e acesso, desde cedo observou-se a necessidade de se confiar os arquivos a pessoas capazes de geri-los satisfatoriamente.

Em Roma, "as grandes administrações não dispensavam o concurso de pessoal especializado". Tal era a consideração, que veio a "definir o estatuto do arquivista". Algumas regiões tiveram associações de arquivistas. Em geral, os arquivos eram confiados aos *questores*, responsáveis pelos atos do Estado, os documentos privados do Imperador ficavam a cargo do *tabularii*, auxiliado pelos *adjutores tabulariorum*. Mas, como nem tudo é perfeito, era corrente, pelo menos até 16 d.C., que se dividisse o trabalho em "dois níveis": "a conservação dos *codices* e *tabulae* mais importantes era da responsabilidade dos *questores*...; haviam, também, outros tipos de registros que ficavam a guarda dos *edis* e *tribunos da plebe*". No entanto,

A organização destes últimos era bastante imperfeita, levando a reparos sobre a negligência com que eram tratados os seus arquivos. Este estado de coisas levou a extinção, pelo Imperador, da arquivagem plebéia. Na data mencionada, Tibério encarrega uma comissão sectorial de pôr em ordem os arquivos. Nesta altura é criado um novo cargo, o *ab actis*, um arquivista com responsabilidades especiais... (MALHEIRO, 1999, p. 64)

¹ Uma é a "ciência que julga a autenticidade ou falsidade dos documentos antigos por meio do estudo de seus caracteres" e a outra é "... o estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição." Respectivamente. Essas definições foram retiradas do livro "Noções de Paleografia e Diplomática" de Ana R. Berwager e João Franklin E. Leal, de 1995, ed. da Universidade Federal de Santa Maria.

À queda do Império Romano do Ocidente (476) seguiu-se um declínio da produção documental. A descentralização do poder e a simplicidade econômica oriunda da cultura dos bárbaros não contemplavam uma continuação da estrutura administrativa romana. Porém, a produção documental não se extinguiu por completo, pois, mesmo nesse extenso período de “ruralização”, fazia-se necessário o registro de algumas atividades. Em geral, os documentos eram redigidos por alguns clérigos, herdeiros das práticas romanas. Uma das principais características dos arquivos medievais, sejam eclesiásticos ou seculares, é o fato de que, originalmente, eles eram, em geral, constituídos por documentos recebidos: cartas de vassalagem, obrigações de senhores e servos, etc. (SILVA, 1987, p. 6)

Os reis e senhores que não possuíam residência fixa preservavam esses documentos junto aos seus tesouros, ou os depositavam em instituições da Igreja Católica, que se tornou a primeira instituição medieval a desenvolver um sistema arquivístico. Ao passo da complexidade econômica, tornou-se comum às grandes famílias dispor, entre a criadagem, de pessoas hábeis no registro de documentos, criando um corpo notário, chamado “chancelaria”. Em tempo, voltou-se a praticar a guarda de cópias de documentos expedidos (instituída pelo *Corpus Juris Civilis de Justiniano*, no século VI) nos chamados registros. O resultado foi a acumulação de duas séries distintas de arquivos: os documentos originais, recebidos e guardados em lugar seguro, e as cópias dos originais expedidos, guardadas sob a responsabilidade das repartições que criaram os originais. Gradualmente, as chancelarias passaram a incluir em seus acervos cópias dos documentos recebidos (POSNER, 1959, p. 8).

Ainda que, segundo Posner (1958, p. 8), a idéia de se criar um depósito central não fosse muito comum à época, em *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*, citam-se bons exemplos de locais próprios para a guarda dos arquivos:

[...] encontramos nas câmaras municipais das comunas francesas, locais previstos para conservação dos arquivos. Nos estatutos da comuna de Nice, de 1204, é mencionado que os arquivos serão mantidos ‘[...] na sacristia, fechada com duas chaves, uma na posse do sacristão, e a outra, na do claveiro.’ (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 41)

Segundo a professora Louise Gagnon-Arguin, “o início de uma administração mais estável acarreta a construção de locais reservados ao depósito de documentos”, ou seja, a partir da adoção, por parte dos senhores, de residência permanente, tornou-se comum reunir documentos dispersos, a fim de serem conservados sob a tutela de seus senhores.

As grandes famílias arranjavam espaços para conservarem os documentos. Os senhores previam locais especiais, em estreita ligação com sua chancelaria e muitas vezes com a sua capela, a fim de conservarem os seus diplomas ou títulos de propriedade (ROUSSEAU; COUTURE, 1998 p. 41).

Malheiros (1999, p. 75) acrescenta: “este processo coincide com o advento de novos Estados europeus e com o desenvolvimento de certos principados e cúrias eclesiásticas.” Assim, vislumbra-se “a época de recriação dos arquivos centrais da administração”, “os depósitos de documentos aumentaram consideravelmente a partir do século XVI”. E não somente devido às necessidades do estado, como salienta Malheiros (1999, p. 81), “mas sim um processo estimulado por exigência da Nação...”

No entanto, tais pesquisas restringiam-se aos títulos de privilégios, terras, ofícios, cargos e outros se-

melhantes. Mesmo a concepção de Estado erigida àquele momento não era capaz de conceber uma administração de arquivos que se verificasse verdadeiramente nacional, fato esse que tomou novos rumos após a Revolução Francesa.

Há um consenso entre os estudiosos de que a Revolução Francesa é um marco na história dos arquivos. Ernest Posner considera a importância da lei de 24 de junho de 1794, que transformou os Arquivos Nacionais, criados em 1789, originalmente concebidos como depósito central dos arquivos da Assembléia Nacional, em um estabelecimento central dos arquivos do Estado. Nesse sentido, um expediente corriqueiro veio a desenvolver uma “administração de arquivos públicos de âmbito nacional”. “O resultado foi que pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos cobriu toda a rede de depósitos existentes de velhos materiais e de repartições públicas criadoras de documentos” (POSNER, 1959, p. 8).

Outro efeito positivo da Revolução, em relação aos arquivos, foi, segundo Posner, o reconhecimento, por parte do Estado, de sua responsabilidade com a “herança documental do passado”. De certo, nos primeiros anos da Revolução, muitos documentos foram destruídos, pois os revolucionários não os viam como ferramentas administrativas, mas como instrumentos de “sujeição dos fracos aos fortes”. Nesse sentido, livrar-se dos documentos equivaleria a libertar-se de todo e qualquer resquício feudal. Passado o furor inicial, o Estado francês adotou uma postura mais racional em relação aos documentos. Legislando de forma responsável, criou uma agência, que se encarregou da seleção dos documentos que seriam ou não eliminados, valendo-se, agora, de critérios bem menos extremados.

Dentre as medidas tomadas, em matéria de arquivos, no período revolucionário, a franquia dos mesmos ao grande público, foi uma das contribuições mais importantes. O “princípio da acessibilidade”, num primeiro momento, não foi movido pelo desejo de pesquisa histórica, mas associado às necessidades de testemunho e prova inerentes a qualquer documento face às demandas dos consulentes. Embora haja casos pontuais de franquia dos arquivos para “estudiosos” antes de 1789, somente após a Revolução o acesso tornou-se um direito do cidadão. Em períodos anteriores, “em geral, negava-se o acesso dos estudiosos aos arquivos e, onde se lhes concedia esse favor, era favor e não direito” (POSNER, 1959, p. 13).

Um dos resultados da ambição napoleônica foi transmitir a cultura arquivística francesa pela Europa. Durante a manutenção das conquistas, Napoleão ousou recolher a um depósito central os documentos considerados mais importantes que pôde reunir dos diversos países. Freado o vagão, a idéia de um depósito central continuou avançando. Em países menos atormentados, os depósitos centrais desenvolveram-se mais naturalmente, em geral, a partir de um departamento mais dinâmico, onde aos poucos, outros arquivos lhe foram sendo custodiados, assumindo a função de guarda do arquivo do Estado (POSNER, 1959, p. 10).

Com o fim da ingerência “napoleônica”, os povos da Europa gradualmente tomaram consciência de sua individualidade nacional e começaram a usar a história nacional como uma fonte de encorajamento em momentos de desastre nacional” (POSNER, 1959, p.14).

O Romantismo ganha espaço entre os “homens de cultura”, transformando os arquivos em “monumentos nacionais”. Uma vez que a demanda maior pelos documentos surgia dos pesquisadores, logo os ar-

quívotos tornaram-se redutos de erudição. Os antigos funcionários, “treinados em trabalhos de redação e registro oficial”, “que muitas vezes... mostravam um conhecimento perfeito das necessidades da administração dos arquivos”, foram aos poucos substituídos (POSNER. 1959. p. 14).

A despeito do alto nível intelectual dos eruditos, sua formação e pretensões não foram capazes de conciliar a natureza e a utilidade *prima* dos arquivos às possibilidades agora exaltadas. Assim, “[...] a transferência regular de documentos governamentais para os arquivos foi negligenciada. Os papéis governamentais modernos pareciam ser matérias de menor importância e até indesejáveis” (POSNER. 1959. p. 15).

Além do mais,

... dentro dos arquivos, os documentos eram muitas vezes arranjados de acordo com pontos de vista não condizentes com seu carácter peculiar. Muitos arquivistas haviam obtido seu treinamento em bibliotecas e somente eram capazes de pensar em termos de biblioteconomia. ... as pesquisas eram consideradas de importância tão preponderante que parecia óbvio que os documentos deviam ser arranjados e catalogados de modo a facilitar ... o uso erudito. ... os documentos eram encaixados nesses esquemas sem nenhuma consideração pela sua conexão original (POSNER. 1959. p. 15).

Advindo desse fato, imensas formações de “coleções”. Por conseguinte, houve uma espécie de ruptura entre os arquivos, que até nossos dias são erroneamente denominados “históricos” e “administrativos”.

No século XIX, dá-se, pois, uma “[...] ruptura entre os arquivistas e os gabinetes onde são elaborados os *dossiers*”. É a esta viragem no trabalho do arquivista que se deve a dicotomia que ainda hoje encontramos na função do arquivista, a saber, uma função voltada para análise e interpretação dos documentos com valor histórico ou um retorno a uma função ligada ao trabalho administrativo tal como este era conhecido na Idade Média e no Antigo Regime (ROUSSEAU; COUTURE. 1998 p.41).

Seria leviano, porém, atribuir aos historiadores-arquivistas a culpa por todas essas mazelas. Houve mesmo por parte dos Estados europeus que, sob as ondas das revoluções burguesas, expropriaram os bens do clero e da nobreza, anulando direitos, confiscando posses e toda a documentação possível, uma onda de centralizações que abarrotaram depósitos demandando medidas rápidas para organizar todo aquele universo.

Assim, assistimos em vários países movimentos de incorporações em massa de arquivos privados, nos depósitos do Estado (que recebem muitas vezes a designação de arquivos nacionais), e uma reordenação geral dos documentos, misturando-se cartórios diversos sob uma ordem geral cronológica e/ou temática (MALHEIRO, 1999, p. 105).

Não obstante a ordenação temática mostrar-se apta aos interesses culturais, sua aplicação ao longo do tempo veio a acarretar problemas de ordem administrativa. O que os arquivistas oitocentistas ainda não haviam percebido era que os documentos são criados e preservados para cumprir um determinado objetivo, e apesar de os haverem recolhido aos arquivos nacionais, não significava a perda total de seu valor administrativo. Àquela época ainda não se haviam criado métodos eficazes para análise da temporalidade dos diplomas.

Depósitos abarrotados, sem um sistema de recuperação da informação que se mostrasse satisfatório, minavam a credibilidade dos arquivos nacionais. Apenas os documentos considerados inúteis às agências governamentais que os produziram eram recolhidos aos arquivos.

“Face a esse estado de coisas, surgiu a necessidade de impor ordem no caos” (MALHEIRO, 1999, p. 107). Assim, despido da capa erudita, e ciente da responsabilidade dos arquivos em oferecer suporte à administração, o historiador Natalis de Wailly (1805–18886), chefe da seção administrativa do Ministério do Interior francês, propõe ao ministro T. Duchâtel uma circular que discipline os arquivistas:

[...] agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos [documentos] provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos [...] (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 80).

Com a publicação da circular (24 de abril de 1841),

Os arquivos públicos começam a valorizar seus traços administrativos, a reestabelecer e a manter contacto com os órgãos administrativos [...] e a reclamar participação na decisão a respeito de que documentos deveriam ser preservados (POSNER, 1959, p. 16)

Na prática, Wailly substituiu a arbitrariedade da classificação temática, pelo agrupamento dos documentos em fundos. Assim, deixava-se de juntar num determinado local tudo que fosse simplesmente taxado de “Privilégios dos Senhores”, “Matérias Inúteis” ou “*Quintaes & Casaes*”, em favor de um arranjo que considerasse a “proveniência” dos documentos. Desta forma, os documentos relacionados aos “Mapas de Contas” do Ministério do Interior, por exemplo, eram conservados distintos dos “Mapas de Contas” do Ministério do Exterior.

“A classificação geral por *fundos* é a única verdadeiramente capaz de assegurar o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme... (Desjardins *apud* DUCHEIN, 1986, p. 16)”. Com essa frase Natalis de Wailly rebateu as críticas sobre sua idéia, e logo conquistou a maioria dos arquivistas europeus. Adotada sob a denominação de *Provenienzprinzip*, na Alemanha ou *Le Respect des Fonds d'Archives*, na França, a idéia da Wailly constitui, hoje, a base de toda intervenção arquivística.

Havia muito mais na Circular, do que uma instrução. Estava encerrada naquele enunciado uma abordagem teórica e um método de intervenção que viria tornar-se “o princípio fundamental da Arquivologia”.

Inicia-se dessa forma uma nova fase dos arquivos, tratados como colaboradores da administração, e geridos profissionalmente.

Com a adoção, pela maioria dos arquivistas, do Princípio do Respeito aos Fundos, o tratamento arquivístico, com já foi comentado, ganha um novo enfoque: a organização dos documentos e, conseqüentemente, sua recuperação, passam a ser baseadas na origem institucional de cada um. O foco, agora não estava mais no assunto, mas no local de onde provinha o documento. Era imprescindível que a agência que criara o documento soubesse sua localização. Essa perspectiva passou a orientar uma organização voltada para o produtor. Mesmo que, ainda no século XIX, persistisse uma tendência historicista no âmbito das práticas arquivistas, como na elaboração de instrumentos, descrições, etc., ainda assim, era patente a “viragem” dos arquivos da erudição à administração.

A necessidade em se aperfeiçoar o trabalho nos arquivos levou à criação de cursos e, por conseguinte, publicações sobre o tema. Para formar uma mão-de-obra capaz de atender às demandas arquivísticas, Portugal, Nápoles (1811), França (1821) e Viena (1854) entre outras nações (MALHEIRO, 1999, p. 108), criaram cursos ou pode-se dizer atualizaram seus currículos. Nesse período há, de acordo com o Malheiro, uma “intensificação da atividade técnica” (1999, p. 114) o que não impediu observações teórico-conceituais.

Com a publicação, em 1898, por Muller, Feith e Fruin, do *Ordenen en Beschrijven Van Archieven*, mais conhecido como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”, que é considerado um marco na tradição arquivística, esta se libera “da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX” (MALHEIRO 1999, p. 116).

Deve-se também salientar todo o aparato legal que envolveu o tratamento arquivístico, contribuindo cristalização de um corpo disciplinar. Normas para a administração, fiscalização, triagem e eliminação de documentos avançaram por muitos países, nas primeiras décadas do século XX (MALHEIRO, 1999, p. 124).

A ascensão dos preceitos arquivísticos, consoantes às “novas perspectivas de encarar os estudos históricos”, na década de 1940, acentuam a dicotomia Arquivos-História (MALHEIRO, 1999, p. 124).

A chamada “explosão documental” da década de 1940 pode ser entendida como um vertiginoso aumento da massa documental, propiciado pela conjuntura administrativa do pós-guerra (MALHEIRO, 1999, p. 131-134), e consubstanciada pela difusão das novas tecnologias de produção e reprodução de documentos. Conquanto o crescente volume de papéis se apresentasse como um problema a ser resolvido, os arquivistas americanos, adiantando-se aos demais, conceberam o *records management*.

Ao contrário do que possa parecer, não se praticava uma organização sistemática dos documentos, antes que estes fossem recolhidos aos arquivos “definitivos”; a proeza da prática americana do *records management*, consistia em gerir os documentos da criação ao destino final.

Mesmo que os documentos produzidos e/ou recebidos por uma instituição, no decurso de suas atividades, ultrapassassem sua “força” administrativa, ainda assim, por precaução era necessário conservá-los sob a responsabilidade de seus produtores/receptores, pois não era possível saber exatamente o momento em que se valeriam deles novamente. Por isso, não poderiam ser publicizados em um arquivo de custódia, pelo menos não até que estivessem completamente exauridos de seus valores administrativo, fiscal e legal. Assim, na visão americana, antes que os documentos passassem da fase administrativa à “histórica”, eles se encontravam numa fase de *pré-archivage*. A partir da adoção do recurso de *pré-archivage*, os arquivistas observaram que os documentos estavam sujeitos a uma dinâmica peculiar, regida, em geral pelo tempo. Essa perspectiva culminou na formulação teórica mais difundida entre os arquivistas: o **Ciclo Vital dos Documentos** e, como resultado a **Teoria das Três Idades**.

A abordagem preconizada pela Teoria, dita que os arquivos de 1ª idade, ou Correntes, cuja frequência de uso é intensa, devem permanecer o mais acessível ao produtor; nos de 2ª idade, Intermediários, encontram-se os documentos em que a frequência do uso diminuiu, mas sua conservação deve-se à prescrição de prazos legais, administrativos, ou fiscais; em ambos os casos, o acesso é restrito aos produtores ou facultado sob autorização dos mesmos; sob os arquivos de 3ª idade, Permanentes, recai a função de repositório da memória, uma vez cessado o uso pelo ente produtor, os documentos, devidamente avaliados em carácter

irrevogável, são recolhidos à esse arquivo onde serão **permanentemente** conservados para fins de comprovação legal, cujos prazos são imprescritíveis, para fins de pesquisa, etc.

Os Arquivos Corrente, Intermediário e Permanente são, pois, as idades arquivísticas em que os documentos se encontram.

Aqui analisaremos o “princípio fundamental” da Arquivologia: o *respect des fonds* ou *Provenienzprinzip*.

Há repositórios em que todos os documentos, independentemente de sua origem, acham-se arranjados pela ordem cronológica. Outros há em que os documentos recebidos pelos distintos órgãos estão reunidos em pacotes ou séries, de acordo com o ramo do serviço governamental a que se referem. Assim, por exemplo, todos os papéis relacionados à assistência aos pobres ou aos assuntos militares se reuniram em outros tantos conjuntos, sem atenção ao fato de pertencerem ao arquivo da província ou de uma cidade, ou de um determinado convento. O *respect des fonds* não foi aqui observado. E é eminentemente recomendável, em tal caso, recolocar cada documento ou carta no arquivo da entidade administrativa ou do funcionário a quem pertenceu o original (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 29).

O princípio é de 1841, a recomendação, de 1898, ou de 2003, tanto faz; se considerarmos que do século XIX ao XXI tem o *respect des fonds*, ou *Provenienzprinzip* (Princípio da Proveniência) regido toda a intervenção arquivística, seja teórica ou prática. À obra citada, Malheiro acrescenta o seguinte: “ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade [...] pode-se afirmar que a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nela contida permanecem irrepreensíveis” (MALHEIRO, 1999, p. 116).

“... reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos [...] Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família, não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família...” (Desjardins, *apud* DUCHEIN, 1986, p. 16)

Eis o enunciado de Wailly, **conservar cada arquivo distinto um do outro**. Pode parecer simples e lógico à primeira vista, mas à época foi a salvação. Malheiro (1999, p. 107) diz que o método desenvolvido veio “impor ordem no caos”.

Como visto, a organização arquivística das sociedades da Antiguidade estava voltada para o interior, i.e., para suas próprias atividades. A acumulação de documentos dava-se no contexto de uma administração, e servia-lhe de suporte. E assim permaneceu, até o século XVII, onde agentes externos reclamaram posição dominante no seio arquivístico. Processo que Malheiro (1999, p. 95) chama de “desvios iluministas”. Durante esse período, a erudição determinou um tratamento arquivístico voltado para o historiador. Sob os auspícios do método rankeano, os arquivos viraram “celeiros da História”. Some-se a isso a construção, a partir do século XVIII, dos chamados “Arquivos Nacionais”, onde atuava uma classificação e um arranjo cuja recuperação da informação privilegiava, como antes dito, a pesquisa.

Deste modo, o método proposto configura-se num retorno às práticas da Antiguidade, trazendo de volta o arquivo à administração, a qual serve.

Destarte, temos no *Provenienzprinzip*, um princípio segundo o qual os documentos de um fundo não devem ser confundidos com os documentos de um outro fundo, preservando-se o contexto e a organicidade de sua produção. O que não era observado antes. Pela ótica anterior, “o documento de arquivo era considerado por seu valor intrínseco, independentemente de seu contexto” (DUCHEIN, 1986, p. 15). É essa, pode-se dizer integridade contextual, a maior característica do fundo de arquivo, e do próprio arquivo em si. “Cada arquivo é um todo orgânico que não pode ser desmembrado”, afirmavam os holandeses, S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (1973, p. 29).

Entendido isso, pode-se passar a análise dos níveis em que se apresenta o *Provenienzprinzip*: o externo e o interno.

Para os arquivistas canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 82), o Princípio da Proveniência “comporta duas vertentes”, definindo-o assim, como o “[...] princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser conservados segundo a sua ordem primitiva, caso exista”.

Verificam-se dois níveis, o externo, que trata da distinção entre os arquivos – ‘não devem ser misturado’ – e o interno, que dispõem sobre a “ordem original” ou primitiva dos documentos dentro do próprio arquivo – ‘devem ser conservados segundo a sua ordem primitiva, caso exista’.

No início, quando Wally formulou seu postulado, não se pensava no segundo nível. Assim,

“hibridismo da solução adotada na sua aplicação (o fundo era considerado como uma entidade indivisível, mas sua organização interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade) levaram a que, posteriormente, surgissem críticas no sentido de um aperfeiçoamento” (MALHEIRO, 1999, p. 108).

Disto resultou o que o italiano Francesco Bonaini proclamou, em 1867, de “método histórico”, que respeitava a ordem original, “com base na história de cada instituição” (MALHEIRO, 1999, p. 108).

O “método histórico”, ou *Strukturprinzip*, (Princípio da Estrutura), como foi definido pelos alemães, compôs uma das muitas recomendações dos holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (1973, p. 44): “o sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu”. Recomendavam não apenas manter, mas também, “quando se puder fazê-lo sem excessiva dificuldade, reintegrar os arquivos que foram desmantelados”.

Deve-se atentar para o fato de que, com bem salientaram Rousseau e Couture (1998, p. 82), “o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio da proveniência seja aplicado”. Torna-se, pois, **imprescindível** que os documentos que compõem o arquivo e, por conseguinte, o fundo de arquivo estejam organicamente arranjados, e, se possível, mantida sua ordem original. Seguindo o conselho incisivo desses canadenses, o arquivista ou quem quer que seja “não tem nada que criar uma outra ordem que misture os fundos ou que modifique sua ordem interna”.

A originalidade do enunciado de Wally não reside propriamente na formulação do princípio (Herrera, 1989, p. 14-15, *apud* MALHEIRO, 1999, p. 107), mas por atingir níveis semânticos, ao apropriar-se da palavra

fonds. Na circunstância em foi empregada, *fonds* passou a significar um conjunto de documentos arquivísticos oriundos de uma mesma proveniência.

O *Bureau Canadien des Archivistes* entende por fundo de arquivo o

“conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática [natural] e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral [jurídica] ou por uma família no exercício de suas atividades ou das suas funções” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91).

A definição acima não difere muito o *fonds d'archives* do próprio *archive*: “conjunto de documentos de qualquer natureza, reunidos orgânica e automaticamente por um corpo administrativo, uma pessoa física ou jurídica, em razão de suas funções ou de sua atividade” (Sir H. Jenkinson *apud* DUCHEIN, 1986, p. 17).

Com efeito, todas as publicações sobre Arquivologia consultadas para a realização desse trabalho adotam o conceito do *Bureau Canadien des Archivistes*, o que nos aproxima da conclusão do arquivista americano Mario D. Fenyo: “ninguém sabe realmente o que a palavra fundo quer dizer, nem mesmo os franceses que a inventaram” (Fenyo *apud* DUCHEIN, 1986, p. 18).

Seria importante, para encontrar a resposta, despir-se da capa do XXI século, e tornar-se um arquivista do século XIX, ou pelo menos tentar se aproximar de seu pensamento. Então, o que pensava Wally, ao nomear como *fonds* o conjunto de documentos de que tratava na circular?

No célebre artigo de Duchein (1986), são abordadas questões pertinentes, que visam “buscar para casos concretos, soluções precisas”, deixando de lado “considerações demasiado teóricas”. Assim, optou o autor em privilegiar o aspecto prático (“casos concretos”) do respeito aos fundos, privando a Arquivologia da discussão sobre o significado do termo, que ainda permanece obscuro no cosmo arquivístico. Este trabalho, porém, após observar na literatura consultada as variações de terminologia, sempre presente nos diversos países, creio que, apesar de **não refletir a idéia exatamente contida no termo**, torna-se, talvez, mais claro para o leitor, iniciante ou não, no vocabulário arquivístico, entender o fundo sob a denominação inglesa do *archive group*, o que pode ser **literalmente traduzido e estritamente entendido** por GRUPO DE ARQUIVO. O que pode mesmo chegar muito próximo do pensamento de Wally, que se dirigia aos conjuntos arquivísticos de diversas proveniências, alocados sob o mesmo espaço, mas que deveriam manter-se individualizados: cada *grupo* de arquivos organizados em seu devido lugar, compondo um todo: o fundo de arquivos. Desde então, optou-se por adotar neste trabalho a concepção maximalista² exposta por Duchein (1986, p. 19). Destarte, considerar-se-á fundo o soma dos diversos arquivos produzidos por um organismo, não importando o grau de “complexidade da organização funcional e dos vínculos de subordinação entre os níveis dos organismos”. Os níveis hierárquicos inferiores, cujas competências (apesar do grau de autonomia que lhes é correspondente) estão subordinadas à cúpula, formam os arquivos desse fundo.

A concepção aqui proposta não reclama originalidade alguma, uma vez que diversas entidades públicas e privadas adotam o mesmo critério. Pretende-se, aqui, propor uma maior distinção entre o fundo e os arquivos que o compõem.

² A concepção maximalista “consiste em definir o fundo por seu nível mais alto, considerando que a verdadeira unicidade funcional [...] situa-se na cúpula”.

Para tanto, no âmbito destas linhas entende-se o fundo de arquivos como:

O conjunto de arquivos, de uma mesma proveniência, acumulados no âmbito de uma administração pública ou privada, cujas competências estejam precisamente definidas e regulamentadas de modo pertinente, correspondendo em grau de autonomia e gozo de decisão.

Este conceito, organizado a partir da tradução literal do *archive group*, da concepção de Sir H. Jenkinson³ e da solução proposta por M. Duchein (1986, p. 20), afim de “definir o organismo produtor de fundos de arquivo”, norteará este trabalho daqui por diante.

De início, aplicar-se-á o conceito estabelecido por Schellenberg, para distinguir os arquivos de outros conjuntos documentais. Seguindo daí pela análise dos elementos característicos de um arquivo.

Atualmente, acrescento-se o centro de documentação ao paralelo traçado por Schellenberg entre biblioteca e arquivo. Um centro de documentação reúne materiais tanto de um como de outro órgão. Ao contrário de Schellenberg (1974, pp. 21-24), não julgou-se necessário neste trabalho, para fins de distinção entre os órgãos, analisar os diferentes suportes de informação. Conquanto, verificou-se, ainda na introdução deste artigo, que mesmo na Antiguidade, as sociedades se aproveitaram daquilo que seu estágio técnico e manifestação cultural lhe permitiram utilizar como suporte dos registros. Nos dias de hoje, o suporte está vinculado ao tipo de informação, às tradições jurídicas ao custo de produção e à facilidade de acessibilidade e manuseio. Assim, permanecem apenas duas diferenças substanciais: “o modo pelo qual [os materiais] se originam” e o “modo pelo qual entraram para as respectivas custódias”.

Quanto à primeira, Schellenberg destaca a relação existente entre a produção dos materiais e “atividades” da entidade produtora. Enquanto nos arquivos essa relação é íntima, pois os diversos documentos possuem uma única fonte, embora distintos em suas funções, todos então relacionados ao ente que os originou e os documentos são organizados de acordo com sua “proveniência”. Numa biblioteca, porém, os materiais relacionam-se às atividades de cunho cultural, possuem diversas origens, são tratados individualmente e organizados de acordo com os assuntos que cada documento/livro contém.

No tópico sobre o modo que entraram em custódia, Schellenberg (1974, p. 23) “entende que os arquivos são órgãos receptores, enquanto que as bibliotecas são colecionadores”. Como dito acima, os arquivos provêm de uma única fonte, salvo nos casos de compartilhamento de fundos, i.e., nos casos em que uma entidade absorve os arquivos ou parte deles, de outra entidade, cujas competências, num dado momento, tornaram-se-lhes sujeitas. De qualquer modo, este fenômeno está intimamente restrito às atividades exercidas. Em uma biblioteca, há pelo menos, duas maneiras para se adquirir materiais: compra ou doação.

Em termos gerais, são essas as diferenças básicas. As outras dizem respeito aos métodos de tratamento: avaliação *versus* seleção, arranjo e classificação, a descrição e a catalogação (SCHELLENBERG, 1974 pp. 25-30).

O principal elemento característico de um arquivo é o próprio **documento arquivístico**: registro de informações de natureza funcional⁴, manuscrito, impresso ou fixado em qualquer suporte, e produzido no

âmbito de uma atividade sistemática. Outra característica diz respeito aos “fatores concretos (*tangibile*)” e aos “fatores abstratos (*intangibile*)”, anunciados por Schellenberg (1974, p. 15-16). Os fatores concretos estão relacionados a “forma dos arquivos, a fonte de origem e o lugar de sua conservação”. Quanto os abstratos, reputados “essenciais”, pelo autor, divide-se em dois: a razão pela qual os documentos foram criados, e “os valores pelos quais os arquivos são [definitivamente] preservados”. Nesse ponto, há uma divergência entre a concepção adotada neste trabalho, o pensamento de Schellenberg, e a corrente a qual este segue.

O primeiro elemento essencial refere-se à razão pela qual os materiais [documentos] foram produzidos e acumulados. Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo. ... este objetivo é o cumprimento de sua finalidade oficial. É, pois, importante a razão pela qual os documentos vieram a existir. Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social são, então, considerados como tendo qualidade de material [documentos] de arquivo em potencial (SCHELLENBERG, 1974, p. 15-16)

Alguns arquivistas entendem apenas o Arquivo Permanente, digno da denominação “arquivo”, por isso, na citação acima, Schellenberg sustenta que, observadas certas condições (“produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade”, etc.) os documentos produzidos pelas entidades, na forma prescrita, podem ou não ser “considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial”. O “arquivo” citado é o permanente:

Os documentos se tornam arquivo quando, terminado o seu uso corrente, sejam definitivamente separados para preservação uma vez julgada conveniente a sua guarda. [...] documentos conservados somente em função dessa finalidade não são necessariamente arquivo. para que o sejam faz-se mister uma outra razão — a de ordem cultural. (SCHELLENBERG, 1974, p. 16)

No entanto, a postura adotada neste trabalho, nos termos gerais da concepção brasileira, percebe as fases arquivísticas, quais sejam: corrente, intermediária e permanente, como **fases** do mesmo arquivo, e não arquivos distintos. Assim, observados o critérios, explicitamente o referente aos objetivos de criação, e tacitamente sobre a relação de interdependência com os outros documentos, expostos pelo próprio Schellenberg, o conjunto de documentos assim produzido, forma um arquivo. Esta discussão torna-se muito interessante, se considerarmos, mais uma vez, as palavras de Schellenberg: a) “devemos admitir que a razão primordial para a preservação da maioria dos documentos é alcançar o objetivo para o qual foram criados e acumulados” (SCHELLENBERG, 1974, p. 16); e b) “os valores culturais são acidentais” (SCHELLENBERG, 1974, p. 21).

Isto posto, observar-se-á as duas qualidades primordiais de todo conjunto documental que se pretende arquivo: a naturalidade da acumulação e a organicidade da documentação.

Estes dois elementos estão intrinsecamente ligados à forma como os arquivos se originam e conservam-se na sua integridade. Dizem respeito à acumulação dos documentos e à relação existente entre cada um e o todo, i.e., ao ente produtor e as atividades por ele desenvolvidas.

³ Manual of Archive Administration, 1937, p. 100 (DUCHEIN, 1986, p. 19).

⁴ Adj., [...] 3. Destinado a um fim prático: Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3ª ed.; Ed. Nova Fronteira, 1993.

Na análise realizada pelos canadenses, Rousseau e Couture (1998, p. 91), dos elementos que definem o fundo de arquivo, há um de particular interesse: "...reunidos automática e organicamente...".

O que a tradução lusitana entendeu por "automática" no Brasil equivale dizer **natural**; "natural e organicamente". E em vez de "reunidos", trataremos por **acumulados**. Em acordo com uma explicação que os próprios autores fizeram, podemos afirmar que os arquivos derivam de uma "acumulação cronológica [naturalmente] que decorre das próprias atividades da pessoa física ou moral [jurídica]..." (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91).

No Dicionário de Terminologia Arquivística (DBTA, 1996), o verbete "acumulação" está definido como "reunião orgânica dos documentos produzidos e recebidos no curso das atividades próprias de uma instituição ou pessoa, em oposição à reunião artificial típica da coleção".

Em síntese, a naturalidade da acumulação dita a forma estrita do desenvolvimento dos arquivos, ou seja, da inserção de novos documentos no acervo. Que, via de regra⁵, só pode ser feita pela produção de novos documentos pela entidade detentora dos arquivos. Os arquivos "nascem" naturalmente pela produção e acúmulo dos documentos produzidos por uma entidade no âmbito estrito de suas atividades. A produção e acumulação são naturais na medida em estejam em consonância direta com a estrutura, atividades e funções da entidade. A acumulação natural independe da vontade do produtor, que sob hipótese alguma pode selecionar os documentos que produzirá, uma vez que, eles estão atados às próprias atividades da entidade. Assim, é impossível que uma indústria farmacêutica, p.e., viesse a produzir apenas documentos ligados à sua produção de fármacos. Onde estariam as informações sobre suas finanças, impacto ambiental, remunerações de empregados, etc.?

A organicidade, *strictu sensu*, é a relação de interdependência entre os documentos que compõem um arquivo e este com a entidade que o produziu. S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin (1973, p. 18), afirmam que o arquivo "é um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas [ou naturais]. Se se modificam as funções da entidade modificam-se concomitantemente a natureza dos arquivos".

(...) organicidade, que está vivamente presente na própria conceituação de fundo [e mesmo do arquivo], é o fator que melhor esclarece a diferença entre os conjuntos documentais arquivísticos e as coleções características das bibliotecas e centros de documentação. (Bellotto *apud* BRITO, 2000, p. 06).

Em "O conceito de Organicidade na Arquivística", Brito (2000, p.10), em busca da etimologia da palavra e conseqüente caracterização arquivística acrescenta que "a palavra **organicidade** é formada a partir do nome orgânico acrescido do sufixo latino (-DADE), que indica qualidade ou estado. De onde conclui-se que **organicidade** significa qualidade ou estado do que é orgânico" (BRITO, 2000, p. 10, grifo do autor).

Numa síntese do processo etimológico, teríamos: órgão → orgânico → organismo → organicidade.

De seu importante estudo depreendemos três características essenciais, a) "que tem caráter de um desenvolvimento natural, inato, em oposição ao ideado, calculado" (Ferreira *apud* BRITO, 2000, p. 11); b)

"cada uma de suas partes, assim como a sua totalidade, têm cada uma a sua finalidade própria" (Ablaganno *apud* BRITO, 2000, p. 11); e c) "as partes do organismo devem ser subordinadas à totalidade do próprio organismo" (Ablaganno *apud* BRITO, 2000, p. 11).

Da mesma forma, os arquivos e os documentos que os compõem.

Feita a análise de algumas das características dos arquivos, passa-se agora ao momento em que impera cotejar o conjunto reunido pelo IHGB, com os conceitos arquivístico trabalhados.

Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB

Sob um ar Romântico-Iluminista pós-independência, conjugado às necessidades técnicas e um caos político, nasce a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). O pensar a SAIN, no entanto, foi anterior a independência, 1820. Suas bases estatutárias foram lançadas em 1825, iniciando suas atividades em 1827. A SAIN procurou "vulgarizar no país os conhecimentos úteis à lavoura e às demais indústrias nacionais", para isso publicou de 1833 a 1896 a revista o *Auxiliador da Indústria Nacional*. "Agente" da ideologia do progresso, a Sociedade pregava a adequação do processo produtivo às modernas técnicas em desenvolvimento, o uso das máquinas, além de analisar o "problema de mão-de-obra", antevendo os resultados da pressão para a abolição do sistema escravista.

Em meio à discrepância de um discurso econômico liberal e uma prática política conservadora, os membros da SAIN, "frações hegemônicas da classe dominante, basicamente aquelas nucleadas na Província fluminense do Rio de Janeiro", necessitaram uniformizar suas ações, fim de alcançarem seu "grande objetivo": "construir a nação" em seu benefício, no âmbito de uma monarquia constitucional". Esse projeto, entretanto, estava além das capacidades da SAIN, criada para reproduzir um Iluminismo industrial e "enciclopédico". Assim, aos "poetas econômicos" juntaram-se as "sumidades intelectuais", "homens civilizados", que através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "filial" da SAIN, buscaram materializar o projeto de consolidação de um Estado Nacional à sua imagem, conforme "à sua semelhança".

Durante a sessão de 18 de agosto de 1838, dois membros da SAIN, o Marechal Cunha Matos e o Cônego Cunha Barbosa, ambos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paris, propuseram ao Conselho Administrativo a criação de um instituto histórico e geográfico. Sob uma direção provisória o instituto foi instalado no dia 21 de outubro, na presença dos 27 membros da SAIN. Seus estatutos aprovados em 25 de novembro; a diretoria era composta pelo visconde de São Leopoldo (presidente), Marechal Raimundo José da Cunha Matos (vice-presidente e diretor da sessão de geografia), Araújo Viana (vice-presidente e diretor da sessão de história), Cônego Januário da Cunha Barbosa (primeiro-secretário), Silva Maia (segundo-secretário), Pedro de Alcântara Bellegarde (orador), e José Lino de Moura (tesoureiro). Nascia, assim, sob os auspícios da SAIN, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (WEHLING, 1994).

Destinado a tornar tanto a História quanto a Geografia em ciências aplicadas à máquina estatal, o IHGB "visava atingir objetivos político-administrativos e intelectuais que transcendiam de muito qualquer rotina acadêmica". Ademais, ao contrário do que ocorria na Europa, onde o debate científico já se havia

⁵ Sobre outra forma ver **compartilhamento de fundos**, in "O que não é arquivo em Schellenberg", neste mesmo trabalho.

instalado nas universidades, no Brasil o palco ainda estava no interior das academias iluministas, instrumentalizadas em favor dos objetivos de seus membros. Os intelectuais do IHGB pretendiam resgatar os “exemplos e modelos” úteis à administração do Estado, à civilização da sociedade, bem como lançar o Império Brasileiro junto às grandes nações do Velho Mundo.

Considerando o momento do Estado brasileiro àqueles dias, não é difícil imaginar porque era necessária a atuação do IHGB na construção de uma ordem, que privilegiasse o *status* de seus proponentes. Com a abdicação do trono por D. Pedro I, em 1830, o poderoso império dos trópicos viveu sob disputas acirradas entre os membros da Câmara, do Senado e os Regentes, entre a capital e as províncias, entre o latifúndio e a indústria, entre portugueses, ingleses e brasileiros, imprensa, republicanos, abolicionistas, contrabandistas (enfim) instabilidade geral.

Esse clima não era visto com bons olhos pelos demais países. Os europeus temiam que o Brasil aderisse aos ideais republicanos, característico das nações do Novo Mundo, enquanto que os americanos temiam uma empreitada expansionista/anexionista, identificada às reivindicações de posse sob laços sanguíneos, característicos às monarquias do Velho Mundo. Os debates giravam também em torno da integridade do território, de dimensão continental e ainda praticamente inexplorado, e da pretensão de civilizar os índios.

Para a jovem monarquia que constrói sua identidade a partir da oposição às formas republicanas de governo, assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre o espaço (GUIMARÃES, 1988, p. 20).

Com tanto trabalho por fazer, os intelectuais do IHGB elaboraram um projeto de base positivista-historicista, em torno do qual lançaram-se à obra: construir a nação brasileira: “(...) amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político” (DIAS *apud* GUIMARÃES, 1988, p. 2).

Aos fundadores do instituto caberia, portanto, transformar partes dispersas em um todo coeso e inteligível a si mesmo e aos outros (principalmente). No entender de Lilian Moriz Schwarcz (1998, p. 18), a opção brasileira pela manutenção dos laços com o Velho Mundo, fez com que a elite “nacional” buscasse

a afirmação de uma imagem que distanciasse a monarquia brasileira de uma idéia de anarquia — tão comumente associada às repúblicas americanas —, do ‘comércio de almas’ e de um sistema escravocrata persistente e difundido, sobre o qual se estruturavam a sociedade e a economia local. É justamente por isso que desde os primeiros anos de independência houve um investimento evidente na *divulgação* de uma representação ao mesmo tempo comum e peculiar desse longínquo império (SCHWARCZ, 1998, p. 18, grifo nosso).

Divulgação estampada na proposta de criação do IHGB, em 1838: “o Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remetterá todos os documentos de sua instalação; e assim também com outros da mesma natureza em nações estrangeiras”... (IHGB, 1839), nos discursos: “ei-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto instituto historico e geographico do Brasil; e desta arte mostrarmos às nações cultas, que também presamos a gloria da pátria” (IHGB, 1839), e nos estatutos: “procurará sustentar correspondencias com sociedades estrangeiras de igual natureza ...” (IHGB, 1839).

Schwarcz, com sua visão antropológica do momento conturbado da política pós Pedro I, na qual se inseriu o IHGB, afirma:

Dessa maneira, se por parte das elites é possível perceber um uso quase instrumental da figura do rei — uma intenção muitas vezes abertamente expressa de construção de uma representação de porte nacional, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um “passado” cuja continuidade temporal levava ao Império —, já na releitura das festas populares o que está presente é a imagem mítica do rei, um rei sagrado e religioso que nesse sentido não tem data nem lugar (SCHWARCZ, 1998, p. 20 e 21)

A ratificação desse pensamento provém de um estudo de Poppino. Suas análises da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) demonstram que predominavam os artigos de história, e desses os temas preferidos situavam-se no período colonial (GUIMARÃES, 1988, p. 18), onde era possível “fundar mitos de origem conformadores da identidade nacional”.

Mas, nem só de propostas ideológicas fundou-se o IHGB. Havia uma metodologia “legal”, considerada neste estudo tanto por sua inserção nos estatutos, quanto pela expectativa de resultados que os intelectuais do IHGB pretendiam alcançar em suas pesquisas. Em termos gerais, pode-se afirmar que a metodologia baseava-se no contismo. Especificamente em relação à História: “tanto quanto o romantismo e o nacionalismo, no plano ideológico, foi o historicismo, no plano teórico-metodológico, o enformador por excelência da *Weltanschauung*⁶ dos fundadores do IHGB” (WEHLING, 1994, p. 168).

A publicação da *Principia Mathematica* de Newton, em 1687, resultou na construção de uma nova forma de percepção e construção do conhecimento científico, que, a princípio voltada à Física, encontrou campo fértil na Biologia, alcançando o Direito, a Economia, e a História. Baseado na

existência de regularidades nos fenômenos naturais; sua organização mecanicista; seu caráter de totalidade e auto-equilíbrio (‘alterar um elemento é alterar o conjunto’); a possibilidade de, pela observação e pela experimentação, traduzir cognitivamente as regularidades em leis (princípio da indução) (WEHLING, 1994, p. 60).

Newton sustentou uma série de argumentos que ao longo do tempo tornaram-se modelos nas pesquisas que se pretendessem científicas. À observação do chamado “paradigma newtoniano” era a referência para se conferir ou não cientificidade ao pensamento.

Não cabe aqui citar as querelas ajuizadas pelas disciplinas prejudicadas pela rigidez do paradigma. Coube à História, nas vicissitudes do processo ajustar-se ao modelo, ainda que alguns advogassem em favor “de uma alternativa para assinalar a diferença” entre as ciências e seus objetos. O “reino” newtoniano, porém, ofereceu pouca abertura às alteridades metodológicas. Não obstante, os defensores da cientificidade histórica percorreram “nos quadros de ferro do paradigma newtoniano” dois caminhos: a busca de leis históricas e/ou o estudo “factual” de pequenas ações no passado. Obteve o segundo maior número de adeptos, dentre os quais o IHGB.

⁶ “Visão de Mundo”

A “ida voluntária ao micro” foi a responsável pela afirmação da História no rol das ciências.

A pesquisa documental, a crítica dos testemunhos, seu cotejo e suas interpretações eram atitudes científicas semelhantes às desenvolvidas por físicos, químicos e biólogos em seus laboratórios... A História poderia ser. Quanto ao método, pelo menos, comparada às demais ciências, faltando-lhe apenas de **modo absoluto** a capacidade de experimentação, e de **modo relativo**, a de generalização... (WEHLING, 1994).

Dessa maneira construiu-se a “metodologia da História”: “um conjunto de regras orientadoras da pesquisa”. Cujo objetivo era encontrar a verdade (objetivo de todas as ciências) do fato histórico (objeto da História) contida nos **documentos** (onde o cientista-historiador poderia observar seu objeto, com imparcialidade, conferindo, deste modo, objetividade à pesquisa).

Os objetivos do IHGB estendiam-se um pouco mais para além do que “colligir”, “methodizar”, bem como contribuir para o ensino publico. De acordo com as análises de expoentes da Sociologia e História brasileira, como Lilian Moriz Schwarcz, Arno Wehling, Manuel Luiz Salgado Guimarães, entre outros, estava implícito nos objetivos do Instituto, se não dos Estatutos, em seus redatores, “construir a nação”. O arquivo e tudo mais, não eram os “fins”, mas um meio.

Capítulo I.

Fim e objecto do Instituto.

Art. 1º O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do imperio do Brasil [...]. (IHGB, 1839, p. 03)

No que concerne à Arquivologia, a análise recairá sobre o processo de reunião de documentos promovido pelo IHGB. Pretendendo, dessa forma, distinguir esse acervo de um arquivo, caso haja diferença.

Aos documentos reunidos pelo IHGB se poderia aplicar o termo proferido por Schellenberg: “material [documentos] de arquivo em potencial”. Potencial sim, pois, como neste estudo não foi possível verificar um conceito expresso de documento proferido pelo IHGB, se não apenas isolar a idéia de valor, não se sabe exatamente quais documentos seriam depositados no arquivo e quais na biblioteca. Entre os documentos identificados, a despeito de ser tratados como peças isoladas, em geral as espécies documentais⁷ apresentadas são de caracter arquivístico: mappas, “Relatorios e Leis Provinciais, [...] e] Ensaio Estatistico da mesma Provincia”, assim como “vários documentos officiaes”. (IHGB, 1841, p.109-111).

Na transição do século XIX para o século XX e durante os primeiros anos deste século, assiste-se [...] a afirmação inequívoca da perspectiva historicista e positivista, que se desenvolveu na Europa ao longo de Oitocentos. Tal modelo assenta na proliferação e desenvolvimento de arquivo

com uma finalidade que podemos considerar exógena, relativamente aos fins específicos que determinam a própria formação dos arquivos. [...] arquivo criados para incorporar documentos de interesse histórico não nascem de uma forma natural, já que não estamos na presença de organismos que produzem e/ou recebem documentos no decurso de suas atividades. (MALHEIRO, 1999, pp.115-116)

Observou-se anteriormente, que acumulação e reunião são as duas maneiras existentes para a formação dos conjuntos documentais; a primeira, natural e sistemática, enquanto que na segunda, a formação deve-se a uma seleção arbitrária.

O “arquivo” do IHGB não nasceu como um “fenómeno”, como entende Malheiro, mas da vontade, ou melhor, **intenção** dos membros. Como um produto humano em todos os sentidos. Obviamente, todos os arquivos são produtos humanos. Mas se os produtores pudessem livrar-se do fardo (leia-se custo) de produzir e, muito mais, conservar documentos, de certo o fariam.

No conjunto do IHGB, seus próprios Estatutos ditam o critério para a reunião: “documentos necessarios para a historia e geographia do Brasil”. Seja de onde for que recebessem as peças, o IHGB as “avaliava” e selecionava em conformidade com os critérios pertinentes. Para tanto existiam (já nos Estatutos de 1838 Art.23, e mais especificamente no de 1890) duas comissões responsáveis: a “comissão de revisão de manuscriptos”, cuja competência era: “Art. 38, § 1. Examinar os manuscriptos existentes no arquivo, emitindo juizo sobre a importancia d’elles. § 2. Propor que se copiem estragados, e inutilizem os que já tiverem prestimo por se terem publicado na Revista Trimestral, ou por qualquer outra circunstancia”; e a “comissão de pesquisa de manuscriptos”, a qual incumbia: “Art. 40, § 1. Obter manuscriptos em original ou por cópia, e enval-os á meza administrativa. § 2. Dar notivcia de quaesquer manuscriptos ou documentos, que importe ao Instituto adquirir, quando não os possa directamente obter”. (IHGB, 1890, pp.12-13)

As diversas proveniências são marcadamente características de uma coleção, não de um arquivo: “aquelles [documentos] acham-se depositados já nas mãos de particulares, já nos cartórios das casas religiosas, já nas repartições ou archivos publicos.” (PONTES, 1841, p. 121)

O Instituto já possuía ou imprimia, *a priori*, uma idéia de valor agregado aos documentos. Cujos juízos eram emitidos sobre peças avulsas, passando ao largo dos preceitos da Arquivologia, que avalia o conjunto. A orientação para reunir as peças partia dessa idéia intrínseca de valor, que o levou a perscrutar os arquivos e demais locais onde pudesse encontrar documentos, tanto no Brasil

Do que devem procurar nas provincias os sócios do IHGB, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. - Parte historica: 1º. Noticias biographicas impressas, ou manuscriptas dos Brasileiros distinctos...; 2º. Copias authenticadas de documentos interessantes à nossa historia assim antigos como modernos; e extractos de noticias extrahidas das secretarias, archivos e cartórios...; 3º. Noticias sobre o costume dos indios...; 4º. Descripções sobre o commercio interno e externo das provincias, e de industria e litteratura...; 5º. noticias de factos extraordinarios...; [e] 6º. Noticias sobre seus mineraes, animaes, peixes e aves... (IHGB, 1841, p. 123)

⁷ Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. (DBTA, 1996)

quanto no exterior: "Nesta data officiei ao Encarregado de Negocios do Imperio em Nápoles, recommendando-lhe muito que procure obter copias das cartas auctographadas, e outros manuscriptos **ra-**
ros que possam interessar..." (IHGB, 1841, grifo nosso)⁸

Também são inerentes às coleções formas de aquisição como as expostas pelo Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1841), que pondera "acerca da despeza necessaria para obtel-os, ou tenha de tirar-se copia delles, ou hajam de adquirir-se por compra."

Em outro exemplo, durante a Sessão de 23 de setembro de 1859, foi proposto

Que se lembre ao govêrno imperial a conveniência de mandar para os nossos arquivos cópias dos importantes documentos relativos à história pátria, trasladados da biblioteca de Evora pelos consórcios Snr. Gonçalves Dias e Lisboa, e que devem existir em algumas das Secretarias de Estado. (CORREA FILHO, 1952, p. 17)

Em outra situação:

A primeira coleção de documentos, fossem originais ou cópias autênticas, transferidas de Portugal para o Brasil, derivou, portanto, da decisão do príncipe D. João, desejoso de basear a sua política defensiva nos precedentes diplomáticos explicados pelos papéis oficiais. (CORREA FILHO, 1952, p. 12)

Embora Correa Filho tenha usado a expressão "coleção de documentos", as características apresentadas em seu texto revelam que D. João, retirando-se de Portugal, em 29 de novembro de 1807, devido às incursões de Junot, trouxe para o Brasil um arquivo. Pois, no dizer do próprio Correa Filho, D. João pretendia, neles, "basear sua política", a partir das informações colhidas nos "papéis oficiais".

Muito diferentes foram as investidas do IHGB em solo lusitano.

Seja do exposto, portanto, notória a identificação dos fatos anteriormente consultados ao conceito de reunião apresentado. Contrariando a naturalidade da acumulação Arquivística.

Tomando por base a concepção de valor dos documentos para o IHGB, i.e., o valor intrínseco das peças, verifica-se que não lhes dificultava o fato da ténue (quando havia alguma) relação de interdependência entre os documentos — **organicidade**. Isso pouco importava, o principal era a relação dos papéis com os dois grandes temas propostos "historia e geographia", a relação com certos fatos históricos ou geográficos como no caso seguinte:

Propomos que o Instituto Historico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Exmo. Snr. Ministro do Império, pedindo-lhe mui respeitosamente haja deferir com benignidade a pretensão do bacharel José Higino Duarte Pereira, atenta a utilidade que resultará para a história do Brasil da versão de obras e documentos relativos ao período holandês, que o dito bacharel se propõe consultar nos arquivos e bibliotecas da Holanda. (CORREA FILHO, 1952, p. 18)

Tanto poderiam se copiar todos os arquivos da Holanda, como uma ou duas peças de cada ministério, não se esquecendo dos da Companhia das Índias Ocidentais. Contanto que neles houvesse alguma relação com o "período holandês" de ocupação no Brasil (1624-1654).

A isso, talvez, Malheiro (1999, p. 123) chamasse "desvios" ou num tom mais eufemístico, "arquivos temáticos".

E, como já foi insistentemente afirmado, sem organicidade não há arquivo, pois é necessário que os documentos que o compõem se relacionem uns com os outros e estes com as atividades da entidade produtora.

Conclusão

[...] a memória é seletiva, ao dar presença ao passado, o faz nos termos do presente. A amnésia de que fala Tambiha é característica da maioria das "memórias sociais". A memória tanto opera pela recordação, como pelo esquecimento, respondendo às necessidades do Presente (WOORTMANN, 1997, p. 111, grifo nosso).

Segundo as análises realizadas, verificou-se que o IHGB *reuniu* seus documentos objetivando subsidiar os pesquisadores de História e Geografia. Além do mais, os documentos eram *selecionados*, para atender esse fim, o que descaracteriza a "Naturalidade da acumulação". Estes documentos foram adquiridos de diversas formas, de diferentes locais, e arranjados de acordo com o período e/ou tema de interesse. Esse procedimento contraria o *Provenienzprinzip* e fere a Organicidade arquivística. A não observância desses pressupostos, essenciais à manutenção da integridade do arquivo, é uma constante na documentação reunida pelo IHGB.

E é exatamente por isto, que este trabalho tem por título: "Arquivo de direito, coleção de fato...", pois embora o nome *Archivo* esteja impresso nos estatutos da associação, a documentação que o compõem não possui os principais elementos intangíveis que caracterizam um arquivo: a NATURALIDADE da acumulação e a ORGANICIDADE da documentação. De fato, o IHGB *coleccionou* registros/documentos que contribuísem aos seus objetivos. *Selecionando*, à seu critério o que seria importante coletar e preservar.

Não se pode negar, que no "archivo" do IHGB transparece seu objetivo fim. O que não é possível perceber, é como chegaram a este objetivo: se o "archivo" se compunha de mapas, cartas, tratados e documentos "históricos", onde estavam as atas, os registros de despesas e aquisição de material, de arrecadação e nomeação de funcionários e tudo mais que possibilite a consecução dos trabalhos? Onde estão os registros das "atividades meio"? Será que o Cônego Cunha Barbosa quitou as despesas de reprografia? Onde está a memória administrativa do IHGB? Os documentos que comprovavam as atividades do instituto, foram delegados a um 5º plano sendo indignos de se chamar "archivo", segundo a visão romântica de seus membros.

O que se propôs explicitar neste trabalho é justamente a diferença entre um arquivo propriamente dito e a coleção de documentos selecionada e reunida pelo IHGB. Em um arquivo se produz e recebe — acumula-

⁸ Ata da 61ª sessão em 22 de abril de 1841 - RIHGB volume 3, tomo 3, 1841.

se — documentos diversos, sem a interferência da entidade — Naturalidade. Em um arquivo, há uma relação entre os diversos documentos e estes com as atividades da instituição — Organicidade. Um arquivo reflete a estrutura e as atividades da instituição. A impossibilidade em se perceber estes preceitos leva-nos a afirmar que, no início das atividades do IHGB, o arquivo constituído de direito era uma coleção de fato.

Era decerto improvável que as hemorróidas, as aranhas e as amóbatas viessem um dia a se misturar sob os dentes de Eustenes: mas, afinal de contas, nessa boca acolhedora e voraz, tinham realmente como se alojar e encontrar o palácio de sua coexistência (FOUCAULT, 1992, p. 6).

No âmbito científico, entretanto, as **palavras** e as **coisas** não se harmonizam tão graciosamente, quanto no paladar de Eustenes ou na taxionomia de Borges. Há um abismo entre a imaginação e a realidade. Além de que, as coisas não são do modo como às percebemos ou imaginamos, mas como elas são.

O pensamento racional deve buscar a ontologia do ser, e não simplesmente afirmar com convicção que “uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa”. Pois, “O fato de eu considerar as minhas idéias claras e distintas, são prova de que eu acredito nelas, mas não prova que são verdadeiras.” (Vico *apud* COLLINGWOOD 1989, p. 88). Conquanto a verdade científica provenha de um estudo racional metódico e sistemático.

Para Bordenave (2000, p. 36), as coisa podem ser definidas pelo que elas se compõem ou pelo que elas servem. A definição do objeto da Arquivologia compreende as duas formas. Considerando que a Arquivologia entende o arquivo como um *conjunto orgânico de documentos, independente do suporte, produzidos e/ou recebidos por uma entidade física ou jurídica, no decorrer de suas atividades e conservados para servir de referência, prova, informação ou fonte de pesquisa* (PAES, 1991, p. 1). Entretanto, nem sempre a função destinada a um objeto caracteriza seu conceito. Embora o arquivo possa servir de fonte de pesquisa (científica), esse não é o seu fim. Além do mais, o conceito da “coisa” está estritamente ligada ao grau de conhecimento da “coisa”; pois o que não a “coisa” senão o que conhecemos sobre ela?

Isto é ciência: o explorar, o conhecer e o modificar. Disto bem entendia Karl R. Popper: “todo aprendizado é uma modificação de algum conhecimento anterior”. Aos que se deleitam com a epistemologia, é reconfortante saber que amanhã outros virão para lançar novas luzes sobre a produção de hoje. Esperam-se críticas, sugestões, acréscimos e supressões. Já existem estudos que apontam falhas nos princípios arquivísticos e advogam mudanças. Espera-se que o resultado das pesquisas tragam benefícios à Arquivologia e à sociedade em geral, pois a ciência é um bem de todos. Se as novas propostas lograrem êxito, se farão modificações substanciais no conhecimento arquivístico, só o tempo dirá. Por hora: O conjunto documental reunido pelo IHGB no intuito de amparar suas pesquisas em História e Geografia, a) por não ter sido produzido no interior da entidade, no curso de uma atividade regular e sistemática; b) por não ter sido naturalmente acumulado, mas reunido intencional e seletivamente; c) por não conter relação orgânica, mas temática; d) por não respeitar a individualidade de cada arquivo; e) por não estabelecer uma relação de valor ao conjunto, mas em peças avulsas, diminuindo o privilégio de testemunho dos documentos, na ótica desse trabalho não pode ser considerado um arquivo.

Refêrências Bibliográficas

- BRITO, Alex Gomes da Silva. *O conceito de organicidade na Arquivística*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada à Escola de Arquivologia, 2000.
- COLLINGWOOD, R.G.. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 7ª ed., 1989.
- CPDOC/FGV. *Metodologia de Organização de Arquivos Pessoais*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 4ª ed., 1998.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus*. México: Instituto de Geografia e História, 1952.
- DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em Arquivística*: princípios teóricos e problemas práticos. Arq.&Adm. Rio de Janeiro: agosto, p. 14, 1986.
- DUCHEIN, Michel. *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1959.
- FILANGIERE, Riccardo. *Os Arquivos Privados*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.
- INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO (IHGB). *Proposta, Discurso e Estatuto*. In: _____. *Breve Notícia sobre a Creação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. do Despertador, 1839.
- _____. *Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1890.
- MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R.. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1973.
- POSNER, Ernest. *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1959.
- PAES, Marlina Leite. *Arquivo Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1991.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- REIS, José Carlos. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. Série Fundamentos 125. São Paulo: Ática, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T.R.. *Arquivos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª tiragem, 1974.

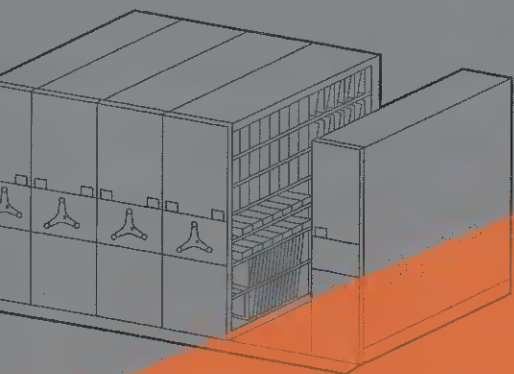
SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL Manoel Luís. *Arquivística — Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, Vol. 1. Porto: Edições Aforamento, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador*, in Acervo, Vol. 2, n.1. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, jan. -jun. 1987.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a Construção da identidade Nacional, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

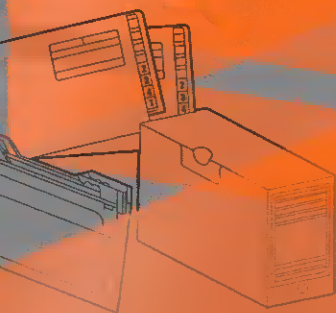
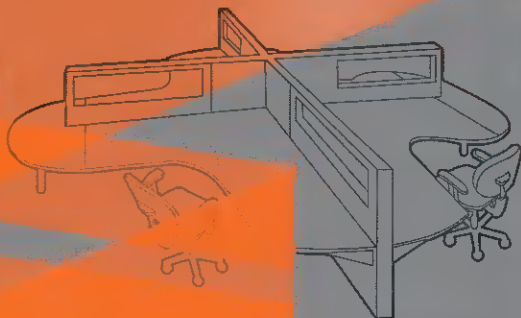
WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: UGF/UFF, 1994.

WOORTMANN, Klaas. *Religião e ciência no Renascimento*. Brasília: ed. UNB, 1997.



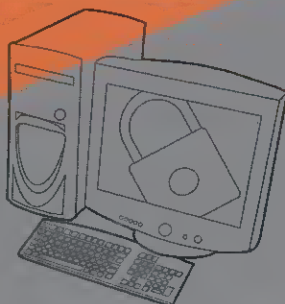
ARQUIVOS DESLIZANTES

MOBILIÁRIO CORPORATIVO



PASTAS E ACESSÓRIOS

GESTÃO E SEGURANÇA



Co-patrocinador do XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia

Av. Almirante Barroso, 6 gr 1908
Centro Rio de Janeiro RJ 20031-000
Tel/Fax (21) 2220 3053

Rua Cel. Oscar Porto, 813 gr 42
Paraíso São Paulo SP 04003-004
Tel/Fax (11) 3887 6964



SPARCH